

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 19/07/2020	Página: A3
Assunto: Cidadania fiscal – cita Preço da Hora Bahia, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade.	

A TARDE
O jornal de toda Bahia

EDITORIAL *Cidadania fiscal*

O direito de o cidadão acreditar nos efeitos da crise econômica provocada pela pandemia reúne indícios suficientes na redução do recolhimento de tributos aos cofres públicos de Salvador e do Estado da Bahia. O cenário adverso implica refletir o quanto nossas ações afetam a coletividade, pois o bom costume de pedir notas fiscais na aquisição de produtos e serviços incide sobre o trabalho em prol da população, incluindo ações adequadas de combate à Covid-19.

Por compaixão e caridade, ao solidarizar-se com o conterrâneo em situação pior, ou pelo interesse próprio, pois a

arrecadação reverte em benefícios individuais, seja qual for o argumento, é preciso entrar no mutirão para fortalecer o esteio da administração pública.

A inevitável fragilização da economia

A cidadania fiscal torna-se instrumento eficaz para fazer do contribuinte o parceiro do Estado, em momento tão grave

subtraiu ao tesouro municipal R\$ 240 milhões em déficit fiscal até o mês de junho. Optou a prefeitura na aplicação de recursos próprios em 400 leitos tendo como valor maior a vida. Já a redução da atividade econômica resultou em perda de R\$ 195 milhões, mas Salvador valeu-se de sua gestão austera, em toada afinada à do Estado, no qual o número é tão grande quanto verdadeiro: R\$ 1,5 bilhão de perdas em receitas, comparando-se com igual período de 2019.

Para vencer vestígios de ceticismo, o governo criou o aplicativo Preço da Hora Bahia, com 250 mil consumidores, e vem cativando o cidadão com a campanha

Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. São estratégias para incentivar o baiano a pedir a nota fiscal a fim de reduzir, não apenas os danos da pandemia, mas também o sofrimento de idosos, crianças, pessoas com necessidades especiais e em situação de rua.

Acidaniafiscal torna-se, assim, instrumento eficaz para fazer do contribuinte o parceiro do Estado, em momento tão grave, por contrastar o aumento da demanda e a redução dos recursos obrigatórios para o poder público exercer o papel para o qual justifica sua razão de ser.


Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● Este projeto é de fundamental importância para o esporte, que transforma vidas. É essencial que esse Parlamento tenha protagonismo e apoie pauta tão relevante como essa **João Roma**

Deputado federal pelo Republicanos, ao pedir a aprovação de um projeto de lei que prevê ações emergenciais destinadas ao setor esportivo durante a pandemia

Navalha de coronavírus

A crise econômica provocada pelo coronavírus levou o governo da Bahia a uma perda de arrecadação calculada em R\$ 1,66 bilhão apenas nos três primeiros meses da pandemia. A queda acentuada de receitas no cofres do estado foi apontada em um relatório preliminar de auditoria feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre o balanço dos gastos do Executivo com ações de combate ao novo coronavírus. De acordo com a análise da área técnica do TCE, a arrecadação do Executivo de março a maio deste ano foi de R\$ 10,67 bilhões, contra R\$ 12,33 bilhões do mesmo período do ano passado, em valores corrigidos. O que representa uma redução de aproximadamente 20%.

PIOR DE TODOS

No documento, os auditores do tribunal destacam que a maior perda ocorreu em maio. Enquanto no mesmo mês de 2019 foram arrecadados R\$ 4,24 bilhões, soma atualizada pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP/FGV), este ano o montante foi de R\$ 3,36 bilhões, quase 21% a menos.

Escadinha no vermelho

O relatório do TCE confirma em números a intensidade do impacto nas contas do governo. Nos dois primeiros meses do ano, quando a covid-19 ainda não havia atingido grau de pandemia, a arrecadação do estado vinha apresentando crescimento gradual - de R\$ 4,03 bilhões em janeiro para R\$ 4,08 bilhões em fevereiro. Em março, quando a doença entrou em estágio de disseminação global, as receitas do estado iniciaram a trajetória descendente, passando de R\$ 3,66 bilhões para R\$ 3,64 bilhões em abril, até chegar em maio com mais R\$ 300 milhões de perdas. Como o TCE não calculou ainda as quedas de junho e julho, o saldo negativo certamente é bem maior.

Entre amigos

Caciques políticos que pertencem à base aliada do Palácio de Ondina trabalham intensamente para garantir que o Tribunal de Justiça adie o julgamento, marcado para a próxima quinta, de uma ação que pode afastar do cargo o prefeito de Riachão do Jacuipe, Zé Filho (PSD). Ele é acusado pelo Ministério Público da Bahia de desviar R\$ 2,7 milhões em contratos para locação de caçambas, tratores e retroescavadeiras firmado com uma empresa que não possuía um só veículo registrado no Detran. Agora, os aliados tentam ganhar tempo no TJ.

Má digestão

Delegados da Polícia Civil preparam uma ofensiva para forçar a Secretaria de Segurança Pública (SSP) a exonerar um capitão da PM nomeado para um posto de confiança no Departamento de Inteligência da corporação. A queixa é a de que o cargo, com símbolo DAS-3, está reservado apenas a delegados, como determina a Lei Orgânica da Civil, e não podem ser ocupados por servidores de outras áreas da SSP. O que para os insatisfeitos configuraria ato de improbidade administrativa.

Raio-X

A cerca de um mês para o início do período eleitoral, líderes de siglas ligadas ao PT e DEM encomendaram uma série de pesquisas de consumo interno sobre a disputa em Salvador. Os resultados servirão para definir a montagem das chapas.

Tribuna

ICMS

Os deputados estaduais Eduardo Salles, presidente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo, e Ivana Bastos, presidente da UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), protocolaram, ontem, na Assembleia Legislativa da Bahia, projeto de lei que apresenta um novo cronograma de pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) entre março e julho de 2020, sem juros e multas, para empresas obrigadas a suspender suas atividades, por meio de decretos dos poderes executivos, no período de pandemia causada pelo novo coronavírus. O texto apre-

ficar só nisso, para desas-
do ministro e seus cole-
-supremo.
rbulento general Augusto
disparou, do Palácio do
mais um foguete de
obra o ministro de

sentado por Eduardo
Salles e Ivana Bastos
prorroga para as empresas
que devem o ICMS referen-
te a março, abril, maio,
junho e julho de 2020 para
janeiro, fevereiro, março,
abril e maio de 2021,
respectivamente.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/07/2020	Página: A2

Negócio da China

O vice-governador, João Leão (PP), está mais entusiasmado do que nunca com a negociação para a Ponte Salvador-Itaparica. Motivo: o dólar baixo. "Para os chineses, essa obra se tornou um negócio da zorra, barateou consideravelmente. Se o valor se mantiver assim, o custo da ponte, para eles, cairá. Eles estão loucos para assinar esse contrato e começar".

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 20/07/2020	Página: A8

BNDES aprova suspensão de cobrança de empréstimos

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que alcançou R\$ 12 bilhões na aprovação de suspensões temporárias de pagamentos de parcelas de empréstimos contratados com a instituição. A medida, conhecida no mercado como standstill, está sendo concedida pelo prazo de até seis meses a mais de 28,5 mil empresas, em cerca de 77,7 mil contratos de financiamento, nas modalidades direta e indireta. Estima-se que os clientes beneficiados com a medida empreguem mais de 2,5 milhões de pessoas.

"Nas operações diretas e indiretas não automáticas, para as quais o BNDES encerrou o protocolo de pedidos de standstill em 30 de junho, o setor mais beneficiado com a suspensão de pagamentos foi o de infraes-

trutura, com R\$ 6,9 bilhões, seguido pela indústria, com R\$ 1,2 bilhão", diz a nota do banco de fomento.

A Região Sudeste recebeu 39,9% do benefício a empresas que contrataram diretamente com o banco, enquanto o Norte foi o mais beneficiado nos contratos indiretos não automáticos, com 61,3% dos valores de standstill aprovados para esta modalidade nessa região. O BNDES informou que ainda está recebendo solicitações de suspensão de pagamentos na modalidade indireta automática.



Obras seguem a todo vapor na Av. ACM

Foto: Uendel Gálter/ Ag. A TARDE / 15-6-2020

EMPREGOS Segmento é considerado dos mais estratégicos para manutenção da economia do país

Construção é o segundo setor menos atingido pela pandemia

ALICE SOUZA*

Considerada uma das piores crises enfrentadas no país desde a Grande Depressão,

mo forma de acelerar a retomada da economia, com a geração de emprego, renda, aumento na arrecadação de impostos. Estamos em um



mentos. Na Bahia, foi o melhor mês de vendas, com 290 unidades comercializadas. O melhor repasse de clientes assinando com o banco [fechando contrato]. Com isso, a empresa vai gerar mais de R\$ 200 bilhões em caixa".

Ainda segundo ele, nos últimos anos a construtora investiu cerca de 250 milhões em sistemas e plataformas digitais, o que, diante do atual cenário, recursos como óculos 3D, realidade virtual e sites "proporcionando aos clientes a experiência de visualizar o imóvel sem ir até o local", se mostrou de grande valia.

"Além de demonstrar os empreendimentos de forma virtual, facilitar a vida do consumidor até a assinatura do contrato, tudo isso melhorou bastante o processo burocrático, inclusive nas questões que envolvem cartório", conta.

Segundo Monteiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a permitir o registro eletrônico, encaminhar, e receber contratos registrados, e a própria Caixa passou a incorporar o registro eletrônico. Ele acrescenta ainda que, no mês passado, cerca de 95% dos contratos de compra e venda foram efetuados de maneira digital.

Distanciamento

Apresentando bom desempenho nos últimos meses, empresas da área e canteiros de obras seguem a todo vapor. Entretanto, adotando as medidas necessárias para

em 1929, a pandemia de coronavírus atingiu em cheio diversos segmentos da economia. Porém, em tempos de medidas implementadas para conter a propagação do vírus, o campo da construção vem andando na contramão dessa nova realidade.

O setor é considerado um dos mais estratégicos para a manutenção da economia do país e, de acordo com dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o turbilhão econômico não resultou em grandes danos ao segmento, pois as obras não foram paralisadas em sua grande maioria.

Segundo dados do Caged, o ano de 2019 foi de crescimento e expectativas, após alguns anos de retração, e assim aconteceu. No mês de abril tivemos uma queda muito grande nas vendas, mas nos meses de maio e junho isso foi mudando, e começamos a ter um crescimento bom quando comparado a abril. Em junho, tivemos o melhor mês do ano, e esse sentimento de recuperação vem crescendo, desde que a Caixa Econômica Federal vem anunciando novas modalidades de crédito imobiliário. Avaliando o primeiro semestre de 2020, as vendas caíram 15%, comparado a

diálogo constante, na busca de alternativas para agilizar os processos. Para que as políticas de incentivo possam ser colocadas no mercado o mais rápido. Como resposta, existem hoje diversas linhas de financiamento habitacional, com menores taxas de juros, preços mais em conta, o que torna os imóveis atrativos como investimento em tempo de crise", diz.

Segundo o diretor de relações institucionais do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon), Carlos Henrique de Oliveira Passos, apesar da queda de mais de 50% na venda de imóveis após a chegada da pandemia – em relação ao mesmo período do ano anterior –, esse cenário, "vem mudando".

"O ano de 2019 foi de crescimento e expectativas, após alguns anos de retração, e assim aconteceu. No mês de abril tivemos uma queda muito grande nas vendas, mas nos meses de maio e junho isso foi mudando, e começamos a ter um crescimento bom quando comparado a abril. Em junho, tivemos o melhor mês do ano, e esse sentimento de recuperação vem crescendo, desde que a Caixa Econômica Federal vem anunciando novas modalidades de crédito imobiliário. Avaliando o primeiro semestre de 2020, as vendas caíram 15%, comparado a



Protocolos de segurança garantem proteção da saúde de trabalhadores, diz sindicato

2019", afirma Passos.

No início de julho, a Caixa anunciou novos pacotes de

Segundo Caged, a construção é responsável por mais de dois milhões de empregos diretos no país

medidas para o crédito imobiliário, visando facilitar a relação dos clientes com as construtoras. Entre as soluções, houve a criação da linha de crédito que permite incluir o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), os custos com cartório para pessoas físicas, além do registro eletrônico da operação, tudo na mesma proposta de financiamento.

O aumento na procura por imóveis nem está tão relacionada à queda nos preços dos produtos, mas sim às vantagens oferecidas nos

novos financiamentos, como explica o gestor executivo de vendas da MRV, Luís Felipe Monteiro.

Segundo ele, mesmo com estandes fechados, construtoras e incorporadoras optaram pelo uso das novas tecnologias como forma de atrair a clientela – sem deixar de oferecer ao cliente "a sensação de estar visitando o empreendimento". E conta que a companhia obteve os melhores resultados de vendas em "nível Brasil".

"Só em junho, foram mais de cinco mil aparta-

mentar a saúde dos trabalhadores.

Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem e Montagem Industrial da Bahia (Sintepav), Emerson Gomes conta que o sindicato vem fiscalizando as construções e cobrando das empresas soluções que garantam a saúde do funcionário e a manutenção dos empregos, principalmente daqueles que são de outros estados ou municípios.

"Logo que iniciou essa crise, criamos uma comissão permanente, sempre buscando diálogo junto ao município e ao estado. Costumo dizer que o ambiente da obra está hoje mais seguro do que o da rua, por causa dos protocolos de segurança que vêm sendo adotados para proteger a categoria. O sindicato faz cobranças junto às empresas para a realização de testes de quarentena. Além de cobrar aplicação dos protocolos".

Ainda segundo Gomes, o Sintepav busca agora, junto aos órgãos responsáveis, a retomada da execução de obras que estavam para iniciar, e que foram paralisadas por causa da pandemia.

***SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO FÁBIO BITTENCOURT**

COVID-19 Segundo o prefeito ACM Neto, a expectativa é que a taxa de ocupação de UTI chegue a 75% hoje e que a capital comece a abrir setores da economia

SALVADOR VISLUMBRA O REINÍCIO DAS ATIVIDADES

VICTOR ROSA

Com a implantação dos novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Salvador, a expectativa é que a taxa de ocupação destes leitos diminua para 75% ainda hoje, iniciando o processo da primeira fase de retomada das atividades econômicas.

O anúncio foi dado pelo prefeito da capital baiana, ACM Neto, na manhã de ontem, durante entrevista coletiva realizada na entrega da segunda tenda do Hospital de Campanha do Wet'n Wild, na Paralela.

"Se mantida a demanda atual, sem uma explosão de novos pacientes, cremos que amanhã [hoje] a gente vence a barreira dos 75% e entre no processo de contagem de cinco dias, para a partir do sexto dia iniciar a primeira fase da retomada das atividades econômicas na capital", explicou o prefeito.

Ainda segundo ACM Neto, a retomada das atividades econômicas será possível graças ao investimento da prefeitura em 75 novos leitos de UTI em Salvador.

Em 15 dias, a prefeitura disponibilizou dez leitos no Hospital Municipal de Salvador, 20 leitos no Wet'n Wild, 25 leitos no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, 10 leitos no Hospital Salvador e 10 leitos no Hospital da Sagrada Família.

Wet'n Wild

A segunda tenda do Hospital



Prefeito em visita ao Hospital de Campanha Wet, que ganhou mais 20 leitos de UTI

de Campanha do Wet'n Wild tem 20 leitos de UTI e outros 80 de enfermaria, que vão se somar aos 50 leitos de UTI e 40 de enfermaria que já estão em funcionamento no local desde maio.

A estrutura no local é voltada exclusivamente para o tratamento dos pacientes com o novo coronavírus, que são encaminhados através do sistema de regulação da saúde.

ACM Neto aproveitou o momento para informar que das 524 pessoas atendidas desde 12 de maio no Wet'n Wild, 337 receberam alta, o que representa 64%

de pacientes recuperados.

Arena Fonte Nova

De acordo com o pronunciamento do prefeito ACM Neto, ontem, os 25 leitos de UTI no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova começarão a funcionar a partir da noite da próxima segunda-feira, 20.

"A prefeitura está transferindo recursos para, pelo menos, estes 25 leitos funcionarem por três meses", explica o prefeito.

15 anos de Samu

ACM Neto aproveitou a coletiva para parabenizar os

profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Salvador, que completa 15 anos neste sábado, 18.

"Não posso deixar de dar uma palavra de agradecimento, de coração, a todos os servidores, funcionários, trabalhadores do Samu 192. Vocês são verdadeiros heróis da nossa cidade. Agora na pandemia nem temos como mensurar a importância do trabalho destas mulheres e homens que vestem o macacão azul e que integram a equipe de salvamento da prefeitura", parabenizou o prefeito.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 18/07/2020	Página: A7

Santa Casa de Valença inaugura leitos de UTI

DA REDAÇÃO

A Santa Casa de Valença entrega à cidade os primeiros leitos de UTI da sua história de Valença. Serão 10 leitos de UTI e 10 leitos de enfermagem clínica para o combate à Covid-19. Um marco para a cidade, que receberá os primeiros leitos de UTI da sua história. A unidade começará a funcionar nesta quinta-feira, 16, em caráter emergencial.

Antes da abertura dos leitos, acontecerá uma inauguração solene restrita com autoridades locais, seguindo os protocolos de segurança. Vão marcar presença na inauguração, além do provedor Marcelo Cabral, o prefeito Ricardo Moura, o deputado federal Raimundo Costa e a secretária municipal de saúde, Margarete Carvalho.

"A inauguração desses leitos é uma conquista pa-

ra a Santa Casa de Valença e para todo o baixo sul. Devo destacar a agilidade e o tempo recorde em que tudo foi feito. Tivemos uma reunião na Sesab no último mês, e agora já estamos inaugurando em caráter de urgência. Minha gratidão a toda a nossa equipe, que vem trabalhando de forma incansável para fazer tudo acontecer. Nossa UTI vai ser de grande serventia para o combate à disseminação do coronavírus em Valença e no baixo sul da Bahia", destaca Marcelo Cabral.

Na oportunidade, Marcelo agradeceu a todos os envolvidos, além do governador Rui Costa, o secretário de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, e o deputado federal Raimundo Costa, "pela parceria e pelo engajamento para tornar possível esses leitos de UTI na Santa Casa".

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 18/07/2020	Página: B2

Turismo, uma grande vítima da Covid: 85% das empresas fecharam

Fausto Franco, secretário de Turismo da Bahia, quis saber o tamanho do estrago que a pandemia causou no turismo baiano, correu atrás e já sabe. O pior: 84,6% das empresas fecharam e admitem que precisam de ajuda para sobreviver.

Fausto botou o Observatório do Turismo da Setur em campo. Entre 19 de junho e 6 de julho a Pesquisa da Pandemia de Covid-19 no Turismo ouviu empresários e guias turísticos, estes últimos, 100% parados tal qual

o pessoal que trabalha no apoio de eventos.

DESEMPREGO — O total de desempregos provocados pela suspensão de seu funcionamento chegou a 55%.

A pesquisa deixa claro que nos 84,6% de empresas paradas os donos afirmaram necessitar de crédito no momento atual para manter as atividades.

Antes da crise, a maior parte possuía até cinco colaboradores, correspondendo a 58%, e mais que três quartos do total, ou seja, 76%, pos-

suíam até 10 colaboradores.

Para a maioria dos empresários (90%) houve redução do faturamento acima de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. A maior parte, também representada por 65,6%, não participou de programas de incentivo dos governos municipal, estadual e federal.

Entre os que participaram de programas, 28% adotaram a redução da jornada de trabalho e de salário e 22% afirmaram ter sido beneficiados pelo auxílio emergencial.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/07/2020	Página:

Correio*

Salvador reduz ocupação de UTIs a 75% e conta os dias para reabertura

ATIVIDADE ECONÔMICA O prefeito ACM Neto comentou a chegada ao patamar de 75% de ocupação dos leitos de UTI para covid-19 em Salvador, número que permite - caso seja mantido ou reduzido nos próximos cinco dias - o início da primeira fase de retomada das atividades econômicas na cidade. "A taxa de ocupação de leitos de UTI para pacientes com covid-19 caiu para 75% em Salvador na noite deste domingo (19), percentual que projeta a abertura da primeira fase da retomada das atividades econômicas", afirmou o prefeito em sua página no Twitter, pouco antes das 20h, minutos após a Secretaria da Saúde do Es-

tado (Sesab) confirmar o novo patamar.

"Esse resultado é consequência direta do enorme esforço feito pela prefeitura na construção de hospitais de campanha, contratação de profissionais e de novos leitos na rede privada e, principalmente, por colocarmos a vida das pessoas sempre em primeiro lugar", completou ele na postagem.

Segundo os dados do sistema de Acompanhamento de Leitos Covid-19 Bahia, da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), Salvador possui 1.354 leitos ativos para tratamento da doença e 948 pacientes internados. Isso significa que a taxa de ocupação geral é de 70%.

“Esse resultado é consequência direta do enorme esforço feito pela prefeitura na construção de hospitais de campanha, contratação de profissionais e de novos leitos na rede privada
ACM Neto

prefeito de salvador

Com relação aos leitos de UTI adulto, a cidade tem exatamente 75% de ocupação. Já os leitos de UTI pediátrica têm 74% de ocupação, o que dá uma média (adulto e pediátrico) de 66%.

O secretário municipal de Saúde, Leo Prates, também usou as redes sociais para comentar os novos números da doença em Salvador. "Trabalho conjunto da prefeitura e governo faz a taxa de ocupação de leitos de UTI cair para 75%. Preservando vidas, iniciamos a contagem regressiva para a abertura da primeira fase do comércio", disse Prates, agradecendo a parceria com o titular da Sesab, Fábio Vilas-Boas.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/07/2020	Página:

Correio*

BNDES suspende recebimento de R\$ 12 bilhões

EMPRÉSTIMOS O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que alcançou R\$ 12 bilhões na aprovação de suspensões temporárias de pagamentos de parcelas de empréstimos contratados com a instituição. A medida, conhecida no mercado como standstill, está sendo concedida pelo prazo de até seis meses a mais de 28,5 mil empresas, em cerca de 77,7 mil contratos de financiamento, nas modalidades direta e indireta. Estima-se que os clientes beneficiados com a medida empreguem mais de 2,5 milhões de pessoas.

"Nas operações diretas e indiretas não automáticas, para as quais o BNDES encerrou o protocolo de pedidos de standstill em 30 de junho, o setor mais beneficiado com a suspensão de pagamentos foi o de infraestrutura, com R\$ 6,9 bilhões, seguido pela indústria, com R\$ 1,2 bilhão", diz a nota do banco de fomento.

A Região Sudeste recebeu 39,9% do benefício a empresas que contrataram diretamente com o banco, enquanto o Norte foi o mais beneficiado nos contratos indiretos não automáticos, com 61,3% dos valores de standstill aprovados para esta modalidade nessa região.

O BNDES informou que ainda está recebendo solicitações de suspensão de pagamentos na modalidade indireta automática. As solicitações devem ser encaminhadas ao agente financeiro que concedeu o financiamento. O banco afirmou que mais de R\$ 22 bilhões já foram liberados em ações emergenciais de combate aos efeitos da pandemia de covid-19.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/07/2020	Página:

Correio*

UNIÃO PAGOU R\$ 5,48 BILHÕES DE DÍVIDAS DE ESTADOS

CONTAS PÚBLICAS O Tesouro Nacional pagou, no primeiro semestre, R\$ 5,48 bilhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 2,04 bilhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado do Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 1,93 bilhão de Minas Gerais e R\$ 553,18 milhões de Goiás.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito.

INFLAÇÃO DO ALUGUEL REGISTRA ALTA DE 2,02%

CUSTO DE VIDA O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel em todo o país, registrou inflação de 2,02% na segunda prévia de julho deste ano, taxa superior ao 1,48% da segunda prévia de junho. Com o resultado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-M acumula taxa de inflação de 9,05% em 12 meses.

A alta da taxa na segunda prévia de julho foi puxada pelos três subíndices que compõem o IGP-M. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, subiu de 2,20% na prévia de junho para 2,72% na prévia de julho.

TELEFÔNICA, TIM E CLARO FAZEM OFERTA PARA A OI

TELEFONIA A Telefônica, a TIM e a Claro apresentaram uma oferta em conjunto para aquisição do negócio móvel da Oi, que está em recuperação judicial. O valor da oferta não foi informado, mas os ativos foram avaliados em R\$ 15 bilhões. A operação inclui autorização de uso de radiofrequência, base de clientes do Serviço Móvel Pessoal, direito de uso de espaço em imóveis e torres, elementos de rede móvel de acesso ou de núcleo e sistemas/plataformas. A oferta das três empresas juntas pode reduzir uma possível resistência do Cade, dado que os ativos da Oi seriam divididos entre as concorrentes, diminuindo o potencial de concentração do mercado.



DIVULGAÇÃO

Maiores resorts do Litoral Norte, Costa do Sauipe reabriu com protocolos rígidos de higienização

Morro de São Paulo e Boipeba contam os prejuízos

Cairu, no Baixo Sul baiano, é um município formado por 26 ilhas. Talvez seja menos conhecido pelo próprio nome do que pelas praias que possui: paraísos como Morro de São Paulo, Boipeba, Moreré, Garapuá, Pratigi, por exemplo, ficam por lá. Antes do coronavírus, a economia local ainda colhia frutos do 'boom' turístico recente, provocado pela descoberta do arquipélago pelo grande público.

"Graças ao investimento em marketing e infraestrutura nos últimos anos colocamos Cairu como 3º destino mais procurado da Bahia", comenta Diana Farias, secretária de turismo do município. "O turismo é de longe a nossa principal atividade. Posso afirmar que ele gera 80% da renda que circula no município. Então você consegue imaginar como a pandemia nos atingiu em cheio", diz a secretária.

A arrecadação municipal foi junto no tombo. Deixou de ser arrecadada a Tupa - ou tarifa por uso do patrimônio do arquipélago -, paga pelos turistas ao entrarem no território. A taxa é uma forma de financiar a prefeitura, já que o município fica inteiramente dentro de uma Área de Proteção Ambiental.

Sem turistas, o que sobra em Morro de São Paulo e outros paraísos? "Vazio. Essa é a sensação. É triste ver destinos turísticos como os nossos como estão. Uma enorme tristeza para uma população que se acostumou a sorrir, abraçar e receber pessoas de todo o mundo", lamenta Diana Farias.

Gilvan Reis possui um restaurante em Boipeba e se diz preocupado: "Desde 18 de março que as atividades turísticas foram proibidas na ilha. Fica a preocupação porque o turismo é a fonte de renda de todas as famílias e no final das contas é o que imprime uma dinâmica de vida a esses locais".

Na tentativa de conter a covid-19, Cairu fechou o município para visitantes ainda em março. A interdição teve um impacto imediato no emprego.

"No final de março, os empresários fecharam seus hotéis e pousadas e os empregados foram na grande maioria demitidos e ficaram recebendo o seguro desemprego. Mas há a perspectiva real de que a retomada dessas pessoas voltem a ser contratadas. Essa é a nossa expectativa", diz a secretária de turismo.

Covid arrasa economia de cidades turísticas

Porto Seguro, Ilhéus, e localidades do Litoral Norte penam com a pandemia

Vitor Villar
REPORTAGEM
vitor.villar@iredabahia.com.br

A Bahia recebeu o dom natural do turismo. E o baiano sabe explorá-lo bem: o setor de hospedagem e alimentação, sozinho, corresponde a 4% do PIB, de acordo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Medir a participação total do turismo na economia baiana é algo inimaginável. Difícil de imaginar, também, é a perda que o setor vem tendo após quatro meses de inatividade, forçada pela chegada do novo coronavírus.

"É impossível calcular o prejuízo para o turismo baiano, porque ele continua sendo contado", lamenta Fausto Franco, secretário de Turismo do estado. "À medida que o tempo passa e as coisas não voltam a funcionar, a conta aumenta", completa.

No centro dessa ininterrupta implosão do turismo estão municípios do imenso litoral em que quase toda a atividade econômica gira em torno do consumo de visitantes. Em cidades como Mata de São João (na Região Metropolitana), Cairu, Itacaré, Marauá (no Sul), Prado e Porto Seguro (Extremo Sul) o cenário é de terra arrasada.

E o pior: ainda sem uma perspectiva plausível de retomada.

"Imagine você: Morro de São Paulo e Itacaré vivem diretamente do turismo. Não há um único hotel aberto nessas cidades. Em Porto Seguro e Ilhéus, também, tudo fechado. E não sabemos se vão retomar as atividades. Quando mais demora, mais agrava a situação e vai ficando insustentável", diz Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia (ABIH-BA).

Em meados de julho, a previsão dos maiores complexos de hotelaria do estado era de reabrir em 1º de julho. Sem demanda de hóspedes, voltaram atrás. O mês já se aproxima do fim e pouquíssimos retomaram as atividades. Um deles é o complexo Costa do Sauipe, em Mata de São João, que reabriu no último dia 17, mas com capacidade reduzida.

Presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA), Silvio Pessoa, quantifica o tamanho do prejuízo: "Já foram perdidos em todo o estado 60 mil postos de trabalho em restaurantes e bares e 20 mil em hotelaria. Além de 240 mil empregos indiretos do setor", conta.

MATA DE SÃO JOÃO

Alguns dos destinos próximos de Salvador mais procurados por turistas ficam em Mata de São João. Praia do Forte, Imbassai e Costa do Sauipe são os propulsores da economia no município e, consequentemente, da sua arrecadação.

"Temos o litoral com a maior concentração de resorts de alto luxo do Brasil. Todos fechados durante a pandemia. Imagine como isso atinge a circulação de renda, o emprego e a nossa arrecadação", lamenta o prefeito de Mata de São João, Marcelo Oliveira.

"Estamos prevendo uma queda de 25% entre o que foi

orçado para 2020 e o que está sendo realizado. Isso é dramático. Um corte de 25% da arrecadação acaba cerceando nossa capacidade de investimento, isso num momento em que a despesa aumentou para combater a covid-19", diz.

Mata de São João possui 10 mil leitos de hotelaria, com uma taxa média diária de 60% em 2019, considerando alta e baixa estação. Isso, sem considerar turistas que se hospedavam em outras cidades e passavam o dia nas praias do município. Só o Projeto Tamar, na Praia do Forte, recebe 800 mil pessoas por ano. O centro de visitação, por sinal, está fechado desde março.

O município abriga quatro grandes complexos hoteleiros. Além de Costa do Sauipe, ficam lá o Grand Palladium (Imbassai), o Iberostar e o Tivoli (Praia do Forte), principais empregadores da população local. Segundo o prefeito, a MP do Governo Federal ajudou para que as demissões após o fechamento fossem reduzidas: "Preferiram suspender o contrato de trabalho para não terem que demitir e contratar depois. Creio que 20% do quadro de cada um acabaram desligados".

O que tem seguido a economia local é o auxílio emergencial pago pelo Governo Federal. "Temos mais de 16 mil pessoas recebendo os R\$ 600. Numa população de 50 mil pessoas, é uma quantidade muito significativa", comenta Marcelo Oliveira.

O poder municipal ainda tem dificuldade de visualizar a volta do turismo ao normal. Nem a reabertura de Costa do Sauipe anima: "Reabriu com 60 apartamentos de 1,5 mil que possuem. É mais para marcar posição, passar confiança aos clientes", comenta o prefeito.

*COLABOROU ADELE ROBICHEZ

2020 é um ano perdido. O pior dos últimos 70 anos. Só comparável, talvez, ao período da 2ª Guerra Mundial
Luciano Lopes
Presidente da ABIH-BA

É impossível calcular o prejuízo porque ele continua sendo contado
Fausto Franco
Secretário de Turismo

Covid-19

Prefeito de Feira de Santana diz que situação é difícil, mas relativamente controlada

Thais Borges

REPORTAGEM
 thais.borges@redebahia.com.br

Após o CORREIO publicar uma reportagem mostrando como Feira de Santana se tornou um distribuidor do vírus na Bahia, o prefeito Colbert Martins (MDB) se posicionou.

Ele disse que o município está numa situação “relativamente controlada na pandemia, embora seja extremamente complicado enfrentar essa situação, considerando-se o polo econômico, educacional, social, logístico e de atendimento à saúde que significamos numa macrorregião que abrange municípios até a mais de 200 km de distância daqui”, destaca o prefeito em nota enviada ao jornal. Procurada, a Secretaria de Saúde do município não havia se posicionado até a publicação da reportagem, na manhã de sábado. O prefeito também não tinha respondido ao pedido de entrevista.

Martins, que é médico e professor de Epidemiologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), afirmou que no período de 6 de março a 17 de julho de 2020, Feira de Santana, com 614 mil habitantes (IBGE 2019), teve 5.741 casos da doença e 99 óbitos. O município registrou 3.305 pessoas recuperadas.

No último fim de semana, mais duas mortes foram notificadas em Feira, ambas ontem: um homem de 88 anos e uma mulher de 43.

“São números a se lamentar e que servem de alerta, evidentemente, mas as próprias estatísticas proporcionais da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) revelam que Feira não pode ser considerada o terror da covid-19 na Bahia”, rebate Colbert Martins.

“Além disso, dados também da Sesab indicam que o município está com coeficiente de incidência da doença de 911,41, abaixo da capital e de sete municípios da Região Metropolitana de Salvador”, pontua o prefeito.

Segundo dados da Sesab até a última sexta, Feira de Santana está em 234º lugar no crescimento médio de casos de covid-19 nos últimos cinco dias em relação a todos os 417 municípios da Bahia.

Colbert Martins afirmou

‘Feira não pode ser considerada o terror na Bahia’



Colbert Martins é prefeito de Feira de Santana, segundo município mais populoso da Bahia e polo regional

São números a se lamentar e que servem de alerta, evidentemente, mas as estatísticas proporcionais da Sesab revelam que Feira não pode ser considerada o terror da covid-19 na Bahia

Colbert Martins

Prefeito de Feira de Santana

ainda que o município tem índice de letalidade da doença de 1,65%, contra 2,31% na Bahia e 3,65% no Nordeste.

“Se confrontarmos as estatísticas da pandemia com a grande influência e a dependência de uma macrorregião de dezenas de municípios, principalmente do ponto de vista socio-econômico de Feira de Santana, além da questão logística de maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste, eu diria que a ação do vírus por aqui poderia estar muito, mais muito mesmo, pior”, acrescenta o prefeito.

POLO IRRADIADOR

Sede do primeiro caso de covid-19 registrado na Bahia, no dia 6 de março, Feira de Santana se tornou agora um “polo irradiador” do coronavírus, na avaliação do comitê científico do Consórcio Nor-

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA / DIVULGAÇÃO



Medição de temperatura na rua

Pode ter o efeito bumerangue, porque esses fluxos se dão nos dois sentidos. À medida que municípios ao longo do eixo são contaminados, há recontaminação e um fluxo de volta

Washington Rocha

Geólogo e professor da Uefs, sobre a influência de Feira em cidades vizinhas

deste. “Esse era o caso das capitais e depois passou a ser o das cidades importantes. Entre 14 e 27 de junho, o número de casos em Feira de Santana triplicou. Foram dois mil novos casos em 14 dias. Isso mostra uma grande expansão da doença”, explica o cientista Sergio Rezende, um dos coordenadores do comitê.

O cenário nas cidades vizinhas e nas que são, de alguma forma, abastecidas por Feira ajuda a entender esse alcance: de 54 municípios baianos nessas condições, apenas dois não tiveram aumento no número de casos em junho.

De 14 de junho até 13 de julho, enquanto Feira aumentou em 407% o número de infectados, 26 cidades registraram crescimentos percentuais ainda maiores. Algumas, como Capela do Alto Alegre e Pintadas, aumentaram mais de 2.000%.

A pedido do CORREIO, pesquisadores do Portal Geocovid-19 identificaram as 10 cidades que mais sofrem com os impactos do coronavírus em Feira. “É o top 10 de influência de Feira de Santana”, diz o geólogo Washington Rocha, professor da Uefs.

O top 10 ficou assim: Salvador, Santa Bárbara, Tanquinho, Jequié, Santo Estevão, Itaberaba, Milagres, Riachão do Jacuípe, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos.

De acordo com ele, o principal fator de influência é a conexão rodoviária. “A gente sabe que o fluxo de cargas e de pessoas, mas principalmente o de cargas, vem sendo mantido. Teve alguma redução devido à queda de demanda, mas vem sendo mantido. E mesmo com fluxos de ônibus interrompidos, tem transporte alternativo funcionando”, explica Rocha.

Município flexibiliza atividade econômica amanhã

O funcionamento do comércio e de serviços em Feira de Santana será flexibilizado a partir de amanhã, com alguns setores passando a funcionar todos os dias e sem o limite de 200 m². A decisão foi tomada ontem pelo prefeito Colbert Martins.

“Chegamos neste domingo com ocupação de 50% nos leitos de UTI do Hospital de Campanha e, dos 40 leitos do Hospital Geral Clériston Andrade, apenas cinco estão com pacientes. Nós temos que administrar a crise com essa maleabilidade, observando sempre a questão da saúde, da vida. Se lá adiante for preciso reduzir mais as atividades econômicas, voltaremos a reduzir”, explica o prefeito.

O Clériston Andrade 2 foi inaugurado dia 15, com 40 leitos de UTI exclusivos para tratamento da covid-19. Na véspera, Feira havia atingido o limite da capacidade.

O decreto estadual estabelecendo a restrição de circulação terminou ontem. Hoje ainda vale o decreto municipal com o escalonamento e o limite de 200 m².

Colbert Martins avaliou como muito positiva a restrição de circulação, com o toque de recolher adotado entre 18h e 5h do dia seguinte. “A população colaborou quase 100% e com certeza nós teremos um resultado positivo no combate à pandemia. Estamos vivendo uma situação excepcional e, portanto, medidas inéditas e por vezes duras devem ser adotadas”, afirma.

O ENTRONCAMENTO COMO PERIGO CONSTANTE

● **Três grandes eixos rodoviários envolvem Feira de Santana e isso, na visão dos especialistas, dificulta a contenção do vírus no município.**

● **Quais são?** O primeiro eixo compreende o oeste da BR-324 e o Norte da BR-116, gerando influência em municípios como Santa Bárbara, Santanópolis, Ipirá, Serrinha, Tanquinho e Riachão do Jacuípe. O segundo passa pelo leste da BR-324 e pelo sul da BR-101, onde estão Coração de Maria, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e Salvador. O terceiro passa pela BR-116 Sul e pela BR-242: Itaberaba, Santo Estevão, Milagres, Jequié.

Fernanda Santana

REPORTAGEM

fernanda.santana@redabahia.com.br

Depois de quatro meses de medidas restritivas, Salvador inicia, nesta semana, um momento de equilíbrio de cálculos para pensar na 1ª fase do plano de reabertura das atividades econômicas. A matemática considera, principalmente, a situação nos hospitais, do número de casos e da taxa de ocupação dos leitos. A cada passo, haverá uma nova análise da reação.

A primeira fase é a da reabertura de shoppings, centros comerciais e semelhantes, comércio de rua acima de 200 m², templos religiosos e drive-in. Para isso, o cálculo é o seguinte: a taxa de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) tem que ter ficado abaixo de 75% num período de cinco dias consecutivos.

Se assim permanecer, sem picos, é possível tirar o plano do papel. Ontem, a ocupação dos 611 leitos da cidade estava em 75,9%. No sábado, chegou a 74%. A expectativa é que, com a entrega de 20 novos leitos nesta semana, a ocupação despenque. São esperados 99 leitos até o fim do mês. Com o número de internados estável e uma maior disponibilidade de leitos, a porcentagem cai.

Se a reabertura acontecer, como sugerem os números, uma fase de acompanhamento é iniciada. O plano municipal é conduzido pelo secretário da Casa Civil, Luiz Carreira. As variáveis permanecerão as mesmas. A equipe observará, então, como a cidade responde. Caso haja aumento para 80% da ocupação, o plano é interrompido. Novamente, serão considerados, em média, cinco dias para saber se a fase é mantida ou abortada.

SEGUNDA FASE

A divisão do número de pessoas internadas em leitos de UTI pela quantidade de leitos deve ser de 70% para o início da segunda fase. "As UTIs são o que balizam o cálculo, mas nele está incluído, claro, o aumento do número de casos, que podem levar a internação, o número de óbitos, a ocupação das enfermarias", disse o secretário Carreira.

Por isso, o próprio esquema de funcionamento dos estabelecimentos será modificado. Os shoppings funcionarão com praças de alimentação fechadas e estacionamento com 50% das vagas, já que a matemática leva em consideração o potencial de contágio de cada local. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 15% dos infectados podem precisar de leito de UTI.

Os ciclos serão sempre de 14 dias e com permanência de 5 dias consecutivos em cada patamar. A fase três - com reabertura de teatros e cinemas, por exemplo - prevê a necessidade de taxa de ocupação menor que 60%.

Cada fase da reabertura exi-

●● **As UTIs são o que balizam o cálculo, mas nele está incluído, claro, o aumento do número de casos, que podem levar a internação, o número de óbitos, a ocupação das enfermarias** Luiz Carreira

Secretário da casa Civil

●● **A natureza dos negócios diverge entre si. Não há um estudo definitivo que mostre o quanto cada percentual cresce a cada reabertura, os cálculos só podem ser reais, de fato, quando se olha para a análise desse movimento**

Fernando carvalho

Epidemiologista



DIVULGAÇÃO/SESAB

Ocupação de leitos de UTI é a principal variável no cálculo da reabertura

A BASE DE CÁLCULOS

Primeiro

Taxas de ocupação dos leitos de UTI pediátrica e adulta < 75% por cinco dias = reabertura de shoppings, centros comerciais e semelhantes; comércio de rua acima de 200 m²; templos religiosos e drive-in;

Segundo

Taxas de ocupação dos leitos de UTI pediátrica e adulta < 70% por cinco dias = academias de ginástica e similares; barbearias, salões de beleza e similares; centros culturais, museus e galerias de arte; lanchonetes, bares e restaurantes;

Terceiro

Taxas de ocupação dos leitos de UTI pediátrica e adulta < 60% por cinco dias = parques de diversões e parques temáticos; teatros, cinemas e demais casas de espetáculos; clubes sociais, recreativos e esportivos, centro de eventos e convenções.

Matemática da retomada: as contas para a reabertura

Primeira fase Com a chegada de novos leitos de UTI, capital baiana entra em contagem regressiva

ge um acompanhamento específico. O secretário de saúde Léo Prates explica que há possibilidade de o número de infectados crescer após a primeira fase de reabertura. Mas que a capital trabalhará, por isso, com uma folga da margem de leitos para covid-19.

FOLGA NOS NÚMEROS

Os 25%, 30% e 40% de leitos vazios, em cada fase, são "uma margem de segurança", diz Prates. "Isso garante certa estabilidade", afirma. A reabertura de escolas, universidades, parques e demais espaços públicos, previstas para a

quarta fase, é especulada somente para 2021. "Mas se e a população cooperar, acho que novembro dá. Depende de cada um e da [oferta] de saúde pública", complementa Prates.

O trabalho será, o tempo todo, manter a cidade sem picos. Em outros municípios, o processo de reabertura chegou a acontecer, mas foi abortado na mesma semana. Curitiba e Porto Alegre, por exemplo, passaram a permitir o funcionamento das atividades econômicas não essenciais, como academias e shoppings, no início de junho.

As atividades foram restringidas logo depois, devido ao aumento de notificações de covid-19. O epidemiologista Fernando Carvalho, da Universidade Federal da Bahia (Ufba), ajuda a entender o porquê dos prazos, porcentagens e quais variáveis podem compor cada fase.

A fase de reabertura dos shoppings e centros

comerciais, por exemplo, deve ser acompanhada de uma crescente nos casos, confirma Carvalho. Acontece que, com maior controle, rastreamento dos casos e medidas de distanciamento social, a transmissibilidade do vírus torna-se menor que num ambiente fechado e de aglomeração, como uma casa de shows.

"A natureza dos negócios diverge entre si. Não há um estudo definitivo que mostre o quanto cada percentual cresce a cada reabertura, os cálculos só podem ser reais, de fato, quando se olha para a análise desse movimento", explica.

Os prazos de manutenção de cinco dias de baixa na ocupação de leitos, como mostra, tem a ver com o tempo de incubação do coronavírus. "Apesar de variar de um a 14 dias, o mais comum é que as pessoas comecem a manifestar os sintomas com cinco dias. Então você já pode começar a ver o aumento de casos, se for para acontecer, a partir daí", afirma Carvalho.

As duas semanas previstas para avançar para a próxima fase fazem parte de uma espécie de outra margem de segurança, portanto. Na maioria dos casos, a capacidade de transmissão depois dos 14 dias é quase nula, pois a carga do vírus - capacidade de replicação - já perdeu força.

As únicas medidas efetivas em casos de reabertura, opina o epidemiologista, são o rastreamento de casos e a disponibilização de medidas de segurança à população - como testagem dos funcionários dos estabelecimentos reabertos. O protocolo previa a necessidade de 100% de testagem, mas cogita diminuir para 20%.

Governo desiste de dividir novas parcelas de auxílio

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal informou nessa sexta-feira (17) que o valor de pagamento das duas últimas parcelas do Auxílio Emergencial seguirá em R\$ 600. No fim de junho, quando o governo anunciou a prorrogação do benefício, o ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou que o valor poderia ser fracionado. "Do ponto de vista operacional, respeitando a questão da pandemia, é mais simples (fazer o pagamento único de R\$ 600)", afirmou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

O banco também anunciou que adiou o início dos saques e transferências da última parcela que já foi paga aos beneficiários do programa Auxílio Emergencial. Os saques e

Do ponto de vista operacional, respeitando a questão da pandemia, é mais simples fazer o pagamento único de R\$ 600

Pedro Guimarães
Presidente da Caixa

transferências seriam permitidos a partir deste sábado (18), mas agora só estarão liberados em 25 de julho, data em que a retirada do dinheiro passa a ser permitida no novo ciclo de pagamento.

Dessa forma, com a alteração, os beneficiários do programa poderão fazer o saque de duas parcelas do benefício. Por exemplo, se um beneficiário recebeu a terceira parcela, mas ainda não fez uso do dinheiro, ele poderá retirar o valor junto com a quarta parcela.

O Ministério da Cidadania divulgou o calendário de novos pagamentos do Auxílio Emergencial. Os novos pagamentos contemplam os beneficiários que se inscreveram no programa por meio do site e do aplicativo, além daqueles que fazem parte do Cadastro Único, mas não recebem o Bolsa Família.

Para o grupo dos trabalhadores do Bolsa Família, os pagamentos seguem o calendário original do programa - isto é, sempre nos últimos dez dias úteis de cada mês, de acordo com o dígito final do benefício. Nesse caso, vão receber mais duas parcelas de R\$ 600, seguindo o calendário de pagamentos do próprio programa. Assim, a quarta parcela será paga entre 20 e 31 de julho e a quinta parcela será paga entre 18 e 31 de agosto.

O novo calendário divulgado pela Cidadania contempla os pagamentos até a quinta parcela de beneficiários inscritos no programa até 2 de julho, data final da inscrição, cujos cadastros foram considerados elegíveis até o momento. Na última quarta-feira, a Dataprev informou que havia ainda 226.582 pedidos pendentes de análise.

Brasil tem 12,4 milhões de pessoas desocupadas, aponta o IBGE

PESQUISA A população desempregada no Brasil foi estimada em 12,4 milhões de pessoas na semana entre 21 e 27 de junho, uma taxa de desocupação de 13,1%. O número equivale a um aumento de 12,3% com relação à semana anterior, quando 11,7 milhões estavam desocupados, e alta de 10,5% com relação a primeira semana de maio.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19) para a semana entre 21 e 27 de junho, divulgada, nessa sexta-feira (17), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a população ocupada do país, a pesquisa estima em 82,5 milhões (48,5%) na última semana de junho, en-

quanto na semana anterior era de 84 milhões de pessoas. Abaixo também na comparação com a semana de 3 a 9 de maio, quando era de 83,9 milhões de pessoas.

A pesquisa indicou que do total, 12,4% dos ocupados ou 8,6 milhões, trabalhavam remotamente. Em relação à semana anterior (8,7 milhões ou 12,5%), ficou esta-

tisticamente estável, como também, na comparação com a semana de 3 a 9 de maio. Lá era 8,6 milhões ou 13,4% dos ocupados.

A pesquisa indicou ainda que 12,5% da população ocupada, ou seja, cerca de 10,3 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho por causa do distanciamento social.



O confuso debate dos novos tributos

Um imposto sobre transações digitais, ou sobre pagamentos, ou sobre comércio eletrônico, ou movimentações financeiras. Cada hora o ministro Paulo Guedes fala uma coisa. E tudo tem jeito e cheiro de CPMF. O Congresso está discutindo a unificação de tributos num IVA, que Guedes diz que é coisa dos anos 50. O ministro quer usar o imposto novo para tirar os encargos trabalhistas das empresas. A forma do debate torna tudo ainda mais confuso. O economista Marcos Lisboa, presidente do Insuper, discorda do imposto imaginado por Guedes e defende o IVA.

"Quem diz que o IVA é velho tem que mostrar a evidência. Só aumentou o número de países que usam esse imposto. Ele é uniforme, vou comprar um carro e é a mesma alíquota para

toda a cadeia, cobrado um pedaço em cada parte do valor adicionado", diz Lisboa.

Tudo seria mais simples se o ministro colocasse sua proposta sobre a mesa e parasse de dizer que está sendo interditado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ninguém guarda boas recordações da CPMF, até porque o "P" era de provisório e ficou dez anos. Agora, o temor é entrar um e não sair o outro. Essa tem sido a história que levou o país a ter uma carga tributária tão alta.

O governo calcula que a alíquota de 0,2% sobre transações digitais poderia arrecadar até R\$ 60 bilhões por ano, mas no mercado há quem entenda que a arrecadação possa ser menor e ir perdendo potência com o tempo. Para desonerar o salário mínimo, seriam precisos

RS 70 bilhões. Paulo Guedes quer que o legado dele seja a desoneração da folha, mas aí precisaria de R\$ 150 bi.

O ministro de vez em quando diz que só quer taxar novos serviços digitais, porque a economia estaria indo para "bits e bytes". Ele pode estar se referindo a serviços das novas tecnologias, tema que tem gerado de fato muito debate no mundo. De vez em quando ele parece estar se referindo a taxar todas as etapas de movimentação financeira, o que vem a ser a nossa velha conhecida.

O Congresso está discutindo outra coisa: como tornar mais simples os impostos sobre consumo de bens e serviços. O ICMS é tão cheio de normas conflituosas, alíquotas, exceções, que só a simplificação seria um grande salto. Ao juntar

impostos federais com o ICMS e o ISS, a ideia do Congresso é criar um IVA, acabando com a loucura que é hoje ter tanto tributo nas três esferas administrativas incidindo sobre o valor adicionado de bens e serviços.

A CPMF é um imposto que corrói sua própria base de tributação, concluiu um estudo feito por dois economistas do Banco Central sobre o tributo que vigorou entre 1997 e 2007. Se fosse possível de fato eliminar o recolhimento patronal para a previdência e, com isso, estimular a oferta de vagas de trabalho, seria bom. Neste momento, mais do que nunca, os pesados impostos sobre o emprego ficaram irracionais. Tudo o que a economia precisa é de emprego, mas quem os cria paga 22% sobre a folha. E tem parte disso que não é exatamente contribuição, vira imposto, quando a empresa recolhe até acima do teto. A questão é com qual imposto distorsivo o Brasil quer ficar.

"Há razão para tirar imposto sobre a folha, mas custa caro. Guedes diz que vai gerar emprego. Má notícia: em geral não cria emprego, vira aumento de salário para quem já está empregado. Em alguns casos uma parte vai para aumento de sa-

lário e só uma parte para novos empregos", diz Lisboa.

O presidente do Insuper diz que tem uma discussão totalmente diferente no mundo que é como se tributa a renda da empresa em que a patente de tecnologia está em paraíso fiscal. A Apple tem briga imensa com o governo americano. A renda da Apple não vem do iPhone, mas das patentes dos equipamentos.

Como ampliar a base para que nenhum serviço da nova tecnologia escape da tributação é uma questão desses novos tempos de transformações digitais. O problema é que o governo fala coisas confusas há um ano e meio e nada apresenta. Temos que apenas supor.

Dentro do Ministério da Economia, quem tem dado todas as ideias não tem poder de decisão, o ministro formata e leva para o presidente, que de nada entende. Enquanto isso, no Congresso, o IVA vai sendo discutido até agora em duas propostas diferentes. Uma na Câmara e outra no Senado. E olha que tudo está sendo proposto para livrar o país do manicômio tributário. Por enquanto, o assunto parece tão complicado quanto sempre foi.



entre /O ASSUNTO

f /correio24horas @correio24horas



Jairo Costa Jr

texto
jairo.junior@redebahia.com.br

Engenheiro por formação, o secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, recorreu à matéria-prima de sua área acadêmica, a matemática, antes de declarar à imprensa na sexta-feira que a capital deverá reunir as condições necessárias ao início do processo de retomada econômica até o fim da próxima semana, mais precisamente nos dias 23 ou 24. A estimativa, anunciada durante a abertura de 20 leitos de UTI para pacientes com covid-19 no Hospital de Campanha do Wet'n Wild, foi baseada nos mesmos cálculos que permitiram a ele antecipar, em conversa com o CORREIO, quando a cidade atingirá os índices determinados para ativar as duas outras fases previstas no plano de reabertura definido pela prefeitura e o governo do estado.

"Não estamos diante de uma equação complexa. Salvador tem hoje (sexta-feira) taxa de ocupação nas UTIs em 78%. Esse é o resultado da diferença entre leitos disponíveis, são 611 atualmente, e a quantidade de internados, que está em 474. Com as 20 novas unidades do Wet'n Wild, chegamos a 631. O que reduz o índice para 75%, patamar exigido para a Fase 1 da retomada", diz Prates. No entanto, acrescenta, "o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, garantiu a abertura de 25 outros leitos montados em parceria com a prefeitura na Fonte Nova neste fim de semana. Só isso faz com que a gente inicie a próxima semana em 72%. Se o percentual permanecer abaixo do teto por cinco dias, a primeira etapa começa quinta ou sexta que vem".

A chamada Fase 1 inclui shoppings centers, centros e galerias comerciais, lojas de rua com mais de 200 metros quadrados e templos religiosos. Alertado de que o cálculo desconsiderou um eventual aumento no número de pacientes em estado grave, o que faria a taxa de ocupação retornar aos índices atuais, Prates sacou novamente a matemática. "O fluxo de entrada e saída das UTIs tem oscilado em torno de 475 internados por dia, o que indica tendência de estabilidade. Com mais 10 leitos que a prefeitura negocia junto ao Hospital Sagrada Família e a contratação da equipe para os 10 implantados no Hospital Salvador, podemos ter na próxima semana margem para ficar abaixo de 75%", destaca.

VARIÁVEIS

Sobre a Fase 2, com maior nível de risco, a experiência com



Secretário de Saúde prevê início da reabertura semana que vem e última etapa a partir de novembro

Matemática da retomada

Fase 1 da reabertura na capital deve começar dia 24, calcula Leo Prates; a última, de novembro a fevereiro

72%

É a taxa de ocupação de leitos de UTI para covid projetada por Leo Prates até o fim da próxima semana

16%

É o índice estimado por ele de imunidade na capital, segundo o cálculo da OMS sobre subnotificações

48%

É a taxa de imunidade prevista para novembro

números foi trocada pela cautela. Para o secretário, qualquer previsão agora acerca do cumprimento da meta exigida na etapa posterior da retomada seria precipitada. Antes, afirmou, é imprescindível observar os efeitos da reabertura dos shoppings, templos e grandes estabelecimentos comerciais. "Só então poderemos calcular com maior precisão quando estaremos com taxa de ocupação limitada a 70% por cinco dias seguidos, teto exigido para ativar o segundo passo", justifica.

Em síntese, explica o secretário de Saúde, o comportamento da população após a primeira etapa é a variável mais importante para o sucesso da posterior, que engloba a liberação de academias, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, lanchonetes, bares e restaurantes. Tal fator, ressalta Leo Prates, é algo que escapa às projeções matemáticas. "A princípio, pode haver uma falsa sensação de que tudo está bem ou caminhando para a normalidade, fazendo com que as pessoas relaxem em relação aos cuidados. Esse é o grande perigo e pode nos levar de volta aos níveis

atuais, gerando mais atrasos ao processo de reabertura (leia mais ao lado)", avalia.

EQUAÇÃO DE REBANHO

Os cálculos ganham novamente importância nas estimativas de Prates, antecipadas à reportagem, sobre o calendário referente à terceira e última fase da retomada, a que autoriza a reabertura de teatros, cinemas, clubes e espaços para shows e eventos a partir da taxa de ocupação de leitos limitada a 60%. Nesse caso, afirma, a equação leva em conta a imunidade de rebanho, termo que no jargão epidemiológico é usado quando o contágio atinge 50% da população de determinada área, criando uma barreira humana natural à disseminação de vírus. "Na previsão mais otimista, acho que no fim de novembro a gente terá condições de ativar a etapa final. No pior cenário, só em fevereiro", diz.

Para chegar às datas, Prates multiplicou o número atual de casos confirmados em Salvador pelas estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a subnotificação da covid no Brasil. "Segundo a OMS, o total de fato é dez vezes maior que a soma dos casos registrados oficialmente. Temos 45 mil infectados no momento. Com a proporção de subnotificados, seriam 450 mil pessoas, o que resulta em uma taxa de imunidade de 16% da população da capital ao longo dos quatro primeiros meses de pandemia. Só que, baseado nos prognósticos dos infectologistas, dobraremos esse índice em metade do tempo a partir de agora. O que nos levaria ao percentual de 48% em novembro, bem próximo de alcançar a imunidade de rebanho", emenda, sem esquecer de que, em relação a pandemias, existem elementos que a matemática jamais conseguirá prever.

ENTREVISTA LEO PRATES

'A POSTURA DO CIDADÃO NOS GEROU 60 DIAS DE ATRASO'

Em entrevista por telefone ao CORREIO, o secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, classificou o comportamento da população a partir do início da retomada como fundamental para o sucesso do plano de abertura de atividades econômicas suspensas durante a pandemia. Para ele, se o cidadão tivesse cumprido o papel que lhe cabe na batalha contra o novo coronavírus nos primeiros quatro meses de restrições, a flexibilização teria começado em maio.

O senhor fez referência à necessidade de avaliar os efeitos gerados pela ativação da Fase 1 da retomada antes de estimar a data provável para o início da segunda etapa. A que tipo específico de impacto estamos falando?

Uma coisa que nos preocupa demais é o comportamento do cidadão de Salvador após a reabertura de shoppings, grandes lojas, espaços comerciais e templos religiosos. A falsa sensação de que está tudo bem, que a cidade vai caminhando para a normalidade. Isso é o grande perigo, porque pode fazer com que as pessoas relaxem quanto aos cuidados necessários para evitar a propagação do vírus. E, por efeito direto, o aumento da sobrecarga nos leitos de UTI para covid. Se a população tivesse seguido as recomendações dos órgãos de saúde, evitado aglomerações, cumprido a regras de isolamento social, teríamos condições de iniciar a retomada há dois meses. Estamos dois meses atrasados.

Além da abertura de UTIs, qual a medida que será tomada na rede municipal de saúde para evitar a sobrecarga nessas unidades?

De acordo com o protocolo da OMS, vamos ampliar o número dos leitos clínicos para tratar pacientes antes que evoluam para o estado grave. Com isso, esperamos conter o avanço do quadro nos primeiros dias de internamento.

Tribuna

VICTOR PINTO

Tem cheiro de CPMF nova no ar...



De nova essa política não tem nada, principalmente na econômica. Atochar imposto, pelo visto, é a nova meta da era Bolsonaro no espírito pós-pandemia. Tudo bem que o rombo nas finanças será algo a ser desbravado, mas tudo aquilo que não seria feito, ou pelo menos dito pelo próprio presidente, o circunda.

Qual foi o pulo gato? O *boom* do comércio digital em meio a pandemia – algo relativo de um crescimento vistoso de 15% como apontou da Receita Federal – fez o governo mirar o setor para tirar o quinhão da nova CPMF bolsonarista. O novo normal agora nos permitirá fazer muito mais compras pela internet, pois os milhares de brasileiros que mal faziam ou nunca fizeram transações na web passarão utilizar ainda mais a ferramenta. Ou seja: se tínhamos queixas de fretes caros, outros encargos podem surgir...

Pela sinalização da área econômica, as alíquotas levadas em conta por Paulo Guedes variam de 0,2% a 0,4%, com potencial de arrecadação anual de R\$ 60 bilhões a R\$ 120 bilhões, que, de acordo com recente matéria da Folha, seriam usados para bancar uma desoneração da folha de pagamentos.

Mas Bolsonaro nega veemente. Não é uma nova CPMF. Veremos. Afirma que se o povo não quiser, não haverá. Vejamos a recente declaração do populista: “O que o Paulo Guedes está propondo não é CPMF, não. É uma tributação digital. É uma compensação, é eliminar um montão de encargos em troca de outro. Agora, se a sociedade não quiser, não tem problema nenhum”. Será?

Vale refrescar a memória. Para quem não se lembra, a CPMF é a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Foi uma cobrança que incidiu sobre todas as movimentações bancárias por 11 anos. De 1997 a 2007, a CPMF arrecadou R\$ 223 bilhões. Em 2007, último ano de vigência da contribuição, foram recolhidos R\$ 37,2 bilhões, segundo balanço divulgado pela Receita Federal. Conforme informações do Senado Federal, apesar de ter sido criada para financiar a saúde, não havia essa obrigação na lei, e R\$ 33,5 bilhões foram usados para financiar outros setores.

Mas os sempre opositores (de FHC e depois Lula) achavam absurda a contribuição. Na época, em seu momento derradeiro, fora feita uma campanha vasta com objetivo de derrubar o caso. Bolsonaro, então deputado federal, vociferou contra o

conhecido “Imposto do Cheque”.

Os governos Dilma e Temer chegaram a cogitar o retorno da contribuição, mas não conseguiram encontrar terreno fértil para tal. Bolsonaro afirmou em campanha que não a recriaria. Em tempos dos primeiros meses de sua gestão, desautorizou qualquer tipo de assunto sobre a volta do imposto, mas agora Guedes, que até pouco tempo sapateava na corda bamba, quer encontrar uma forma de manter o Auxílio Emergencial com uma nova roupagem. Isso, inclusive, é o discurso já embasado pelo novo grande aliado do bolsonarismo: o centrão no Congresso Nacional.

E a velha política a olho nu. Se a velha CPMF era vinculada a negócios bancários, a nova CPMF será para as compras on-line. Nos preparemos, vem aí mais imposto, cuja carga pesada tributária alardeava que iria modificar na lógica do “mudar tudo isso aí”. Um adendo: Guedes quer continuar com o auxílio para atender um caráter eleitoral e pavimentar Bolsonaro no pós-pandemia. Uma extensão do Bolsa Família, projeto de caráter parecido, que tende a se chamar Renda Brasil. Nos rincões, antes desbravados pelo petismo, o ex-capitão começa ser exaltado pelo assistencialismo e a oferta de dinheiro, algo tão criticado por seus apoiadores mais ferozes. De novidade na forma de fazer política isso não tem nada...

*Victor Pinto é jornalista formado pela UFBA, especialista em gestão de empresas em radiodifusão e estudante de Direito da Uoel. Atua na cobertura política em sites e rádios de Salvador.

Tribuna

Guedes quer convencer Bolsonaro e emplacar imposto

ALESSANDRA AZEVEDO LC
LUIZ CALCAGNO, DO CORREIO
BRAZILIENSE

O governo começa a afinar o discurso em defesa de um novo imposto sobre transações financeiras digitais, nos moldes da antiga Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF). O apoio à medida cresce aos poucos no Planalto, com a insistência do ministro da Economia, Paulo Guedes, que não pretende abrir mão do projeto. Idealizador da proposta, ele acredita que conseguirá convencer o presidente Jair Bolsonaro com o argumento de que a arrecadação extra pode ser usada para criar ou ampliar benefícios sociais.

O apoio explícito do chefe do Executivo, para Guedes, é questão de tempo. O vice-presidente Hamilton Mourão, por exemplo, já defende abertamente a proposta. Ontem, em entrevista à Rádio Gaúcha, afirmou que "temos que tributar isso aí", em referência às movimentações financeiras feitas pela internet. Mas, no caso de Bolsonaro, a situação é mais complicada. É preciso um bom motivo para justificar a criação do imposto que ele mesmo rejeitava.

Por isso, parlamentares duvidam do apoio do chefe do Executivo à medida. Deputados e senadores apontam a possível incoerência de Bolsonaro, caso embarque na ideia, após ter demitido Marcos Cintra, ex-secretário da Receita Federal, por defender uma nova CPMF. "Não acredito que o presidente vá comprar (a ideia). Acho que é mais uma

MINISTRO
Paulo Guedes
não desiste
do imposto



tentativa, que é legítima, de colocar o tema em debate", ponderou o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB).

A proposta do governo, mesmo com contrapartidas sociais, é "natimorta", considerou Efraim Filho. "Já nasce derrotada pela memória ruim que a sociedade tem do imposto, tanto o setor produtivo quanto a população", explicou. Por enquanto, no Congresso, o poder de convencimento da equipe econômica não vai para além do Centrão, grupo aliado do governo. "Não queremos novos impostos e, muito menos, a ressurreição da CPMF", reforçou o deputado.

Apenas lideranças de

partidos como PP, PL e PSD defendem o imposto, e geralmente com alguma ressalva, como a inclusão da desoneração da folha por mais tempo do que pretende o governo. Para tentar ampliar a base de apoio, Guedes chegou a dizer que vai inserir cobranças sobre dividendos na proposta de reforma tributária, o que poderia agradar parte da esquerda. Mas logo explicou que, em troca, acabaria com o Imposto de Renda para pessoas jurídicas.

A perda de arrecadação de um lado seria compensada pela cobrança, de outro. Guedes usa mesma lógica para várias situações, mas,

atualmente, aponta a CPMF como fonte de financiamento de praticamente todas as ideias levantadas. O novo imposto, segundo o ministro, pode ajudar na ampliação da desoneração da folha de salários de empresas, na criação de um fundo de Previdência para trabalhadores informais e no aumento de benefícios do Bolsa Família.

COMPENSAÇÕES

Mesmo que a CPMF não seja capaz de cobrir todas as mudanças, as compensações devem entrar no debate da reforma. Para o líder do PP no Senado, Esmeraldo Amin (SC), é importante sugerir contrapartidas para garantir que não haverá aumento de carga tributária. "A discussão sobre diminuir encargos sobre a folha de salários deve ser ampla, com equivalência financeira. Temos de levar em conta todas as opções de contrapartida", disse. O senador cita como exemplo as propostas de taxar dividendos e de rever isenções no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), concorda com a necessidade de se manter o nível de impostos. Como não há proposta de reforma oficial sobre a mesa, a discussão está em aberto, no governo e no Congresso, lembrou o parlamentar. "No jogo de equilíbrio, o brasileiro não sustenta aumento de carga tributária. Toda ideia é válida, desde que seja consequência de manutenção do volume atual de impostos. A mesma regra se aplica à tributação de dividendos", frisou.

PELO PAÍS

Bolsonaro espera se curar da covid-19 para voltar a viajar

AUGUSTO FERNANDES, DO
CORREIO BRAZILIENSE

agem pode ser nesta quinta-feira, caso o mandatário esteja curado do novo coronavírus até lá.

O diagnóstico da covid-19 impedido o presidente Jair Bolsonaro de sair do Palácio da Alvorada, mas o mandatário já tem desenhado um plano para quando receber alta da doença, algo que pode ocorrer nesta semana. A ideia do chefe do Executivo é intensificar compromissos oficiais fora do Distrito Federal, sobretudo para a inauguração de obras. Ainda surfando na onda de um comportamento mais moderado e pouco agressivo contra outras instituições, Bolsonaro quer aliar isso à entrega de resultados, principalmente para aumentar a popularidade.

Como revelou o Blog do Vicente na última semana, uma das primeiras agendas pós-covid do presidente será no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI), onde ele visitará o Museu do Homem Americano. A viagem também incluirá uma passagem por Campo Alegre de Lourdes (BA), a 66km de São Raimundo. No município baiano, presenciará a inauguração de uma adutora que levará à cidade as águas do Rio São Francisco. Para concluir o pequeno "tour" nordestino, ele deve sobrevoar de helicóptero um trecho da Ferrovia Transnordestina entre Piauí e Pernambuco. A vi-

A região virou um ponto estratégico para Bolsonaro conquistar mais votos. O presidente viu na ida a Penaforte (CE), em junho, para inaugurar um dos trechos da obra de transposição do Rio São Francisco, uma forma de ganhar pontos com a população mais pobre do Nordeste, reduto ainda dominado pelo PT. A leitura é a mesma para as pessoas que estão ao seu redor e também para a base aliada no Congresso Nacional, sobretudo o Centrão. Não à toa, o convite para a viagem, nesta semana, partiu do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI).

VISITAS

Em live nas redes sociais na última quinta-feira, Bolsonaro destacou a importância das viagens para uma melhor aceitação do seu governo. O presidente frisou que os ministros foram ordenados a concluir obras. Segundo ele, "pelo menos dois dias por semana, vamos inaugurar obras". "Vamos voltar para o Nordeste todo. A questão de inaugurar obras não é inaugurar para aparecer. É para mostrar que está fazendo", frisou. "Porque, se depender da mídia local, não aparece. O Ministério do Desenvolvimento Regional tem 20 mil obras no Brasil."

Tribuna

Empresários vivem expectativa por reabertura de shoppings

YURI ABREU
REPORTER

Em contagem regressiva para a reabertura dos shoppings e das lojas do comércio de acima dos 200 m², empresários dos dois segmentos vivem a expectativa quanto ao retorno das atividades, que ainda não tem uma data definida — mas espera-se que já neste final de semana voltem a funcionar. Tudo vai depender da taxa de ocupação dos leitos de UTI, que até meados da tarde de ontem, segundo a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), estava em 77% — é preciso que o índice fique menor ou igual a 75% durante cinco dias consecutivos.

No sábado, em entrevis-

ta à TV Bahia, o prefeito ACM Neto disse que assim que for implementada a primeira fase de flexibilização da economia seja implementada em Salvador, será realizada a medição de temperaturas de todas as pessoas que entrarem nos shoppings. Caso a pessoa esteja com temperatura acima de 37,8°, ela será impedida de entrar no estabelecimento comercial.

"Fizemos um acordo com os shoppings e com os comerciantes. A prefeitura não vai exigir a testagem de todos os comerciários, porém todos os shoppings vão ter que assegurar a medição de temperatura de todas as pessoas que entrarem nos shoppings. Isso não vale só para o trabalhador, para o comerciário, com vale tam-

bém para o cliente", falou o gestor municipal à rede de televisão.

Os dirigentes, por outro lado demonstram misto de desconfiança e ânimo, mesmo com os números ainda acima do desejado. "Depois de mais de 120 dias fechados, a nossa expectativa é muito grande. Fomos o local no mundo onde os shoppings ficaram mais fechados. Nós, em conjunto com o hospital Sírio Libanês, elaboramos um protocolo cuja nossa principal preocupação maior é preservar a saúde das pessoas que trabalham e frequentam o shopping, assim como preservar o emprego", disse o coordenador regional baiano da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), Edson Piaggio. De acordo com



Foto:Homido de Jesus

CONDIÇÃO

Prefeitura vai liberar funcionamento quando taxa de ocupação de UTI leitos cair

ele, o prejuízo foi superior a R\$ 3 bilhões.

Para Paulo Mota, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio da Cidade do Salvador (Sindilojas), apesar do ano de 2020 estar "perdido", uma vez que boa parte do comércio ficou fechado por um período tão

longo, é preciso que os estabelecimentos voltem a abrir para tentar diminuir os prejuízos causados pela pandemia.

"O que nós temos que observar é como o público vai se comportar nessa primeira fase, pois o problema sanitário que nós temos ain-

da é gravíssimo. É importante que voltemos a ter as atividades econômicas, de forma gradativa, para que possamos superar os desafios para manter a economia funcionando. E, quem sabe, para o ano, termos a chance de recuperar todo esse tempo perdido", afirmou.

Em crise, bares podem morrer na pandemia

Foto: Romildo de Jesus

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Com a demora na abertura do comércio local, por conta da Covid 19, muitos bares de Salvador podem morrer, nessa pandemia, fechando suas portas diariamente no vermelho. E, alguns deles, mesmo após o retorno das atividades, quando forem liberadas pela prefeitura, sequer receberão em seus espaços os tradicionais clientes para um drink. Segundo dados recentes da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) esta é a mais pura realidade.

Com 28 anos de atividades, completados no último dia 7, o bar Ponte Aérea, um dos mais famosos e tradicionais da orla marítima, principalmente, tarde de verão da Bahia, está tentando se organizar dentro das suas limitações para receber com a mesma elegância de sempre os frequentadores de ontem, de hoje, e quiçá de amanhã. "A nossa principal limitação para reabrir é financeira", antecipa uma das sócias do negócio, Alanna Marzola.

SEM RESERVAS

Para retomar às atividades, o Ponte Aérea tem estudado muito, todas as orientações das instituições e tentado absorver, ao máximo, as lições vindas de outros estados e até de outros países para se adequar à realidade de momento. "Hoje, estamos faturando apenas 5% do que faturávamos antes da pandemia. E você sabe, qualquer empresa, que corte custos e reduza gastos, mas se faturar apenas 5%, não tem caixa ou reserva financeira que aguentel".

Alanna Marzola, na sua experiência de vida, está coberta de razão. O setor de bares e restaurantes segue enfrentando sérios problemas para se manter na pandemia do novo coronavírus. Uma recente pesquisa divulgada na mídia registrou que



SEM RECEITA

Estabelecimentos apontam limitação financeira como problema para reabrir

72% das empresas do setor já promoveram demissões. E que cerca de 1,2 milhão de trabalhadores da área estão sem emprego. A pesquisa ainda mostrou, ainda, que 76% das empresas buscaram novas linhas de crédito para financiar o negócio e tiveram as suas propostas recusadas.

NO VERMELHO

O Ponte Aérea, segundo a empresária gaúcha, "está fechando no vermelho e acumulando uma dívida que, em alguma hora, inevitavelmente, teremos que pagar". Sem pressa de revelar as agruras nos disse: "A gente não demitiu funcionários. Colocamos, uma boa parte deles no programa do governo federal e continuamos funcionando com uma operação mais enxuta. Mas, é óbvio, que eu preciso honrar as contas de água, luz e salários, entre outras de curto, médio e longo prazo", acentuou.

Nesse clima de incerteza, quando ninguém sabe exatamente a data em que o comércio da capital baiana será liberado, Alanna Marzola diz: "A única saída

para se manter sobrevivendo, é com um empréstimo bancário, que querendo ou não, é mais uma dívida, que estou contraindo e que terei de pagar em algum momento". Dizendo viver uma situação contraditória, a empresária frisou: "A cada dia que passa, é menos um dia e eu vivo, com muita tristeza, em ver vários colegas fechando as portas dos seus estabelecimentos comerciais", lamenta.

ÁGUA NO PESCOÇO

Fazendo uso de uma metáfora, Alanna Marzola diz com voz embargada: "A água está subindo e chegando ao pescoço". Em seguida acrescentou: "A gente procura os bancos, pois o que temos de receita, a partir da nossa atividade fim, temos que arcado o que temos que pagar. A gente tem movido montanhas para continuar funcionando e reabrir as portas, tão logo o decreto do Prefeito ACM Neto for anunciado". Mas, faz uma ressalva: "A gente acredita que não adianta pensar só em reabertura. É necessário que também seja feito um plano sustentável".

Quanto a parte mais dura da questão – que é a de contrair dívidas – Alanna Marzola dá posições bem definidas sobre o tema. "A estratégia de contrair dívidas para pagar depois, não é sustentável. Nós temos isso bem claro. A gente precisa, sim, de estratégias de curto, médio e longo prazo; de ações que visem melhorar a situação do nosso setor, para que a gente consiga logo se recuperar. Se eu pudesse dividir por etapas o problema eu diria que são três: sobrevivência, recuperação, e retomada. E cada uma delas precisa de ações, planos e incentivos para que as nossas micro e pequenas empresas continuem vivas. Elas representam uma parcela significativa de empregos e os bares contribuem muito com essa cadeia produtiva".

Antes de encerrar, a empresária que dirige o Ponte Aérea, afirmou: "A gente está lutando dia após dia porque a nossa vida está aqui. A gente precisa que as outras instituições façam a sua parte dentro desse contexto".

Tribuna

Guedes deve fatiar reforma e adiar 'nova CPMF'

ANTONIO TEMÓTEO DO UOL,
EM BRASÍLIA

Após pressões do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é contra a criação da "nova CPMF", o governo resgatou o plano original de enviar ao Congresso uma reforma tributária fatiada. A primeira parte, prometida para a próxima terça-feira (21), deve prever a criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, em substituição ao PIS e à Cofins. Com isso, a polêmica proposta de criação de um imposto sobre transações digitais, nos moldes da CPMF, ficará para depois.

Nesta semana, Maia decidiu reabrir os trabalhos da comissão da Câmara sobre a reforma tributária, após o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltar a defender a criação de um imposto similar à CPMF. Contrário à "nova CPMF", Maia afirmou ao UOL que a proposta não passa no Congresso. Com isso, Guedes recuou e voltou ao plano inicial de enviar uma reforma fatiada, como planejava fazer em dezembro de 2019.

Guedes defende a nova CPMF para compensar o fim da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários. O ministro diz que essa é a solução

RETOMADA

Ministro vai taxar ganhos de dividendos



para criar empregos e reduzir a informalidade. Apesar de admitir o fatiamento, ele não detalhou quais serão as próximas fases da reforma, após o envio do IVA. Declarou apenas que o Imposto de Renda cobrado das empresas deve diminuir e que a distribuição de dividendos será tributada, mas não informou alíquotas ou prazos para enviar essas propostas ao Congresso.

Outras ideias do governo Desde o começo do governo Bolsonaro, Paulo Guedes e outros integrantes da equipe econômica vêm ensaiando uma série de propostas para o sistema tribu-

tário. Dentre as diversas propostas, membros do governo já mencionaram:

Imposto sobre transações digitais, apelidado de nova CPMF

VA dual, com adesão voluntária de estados reformulação do PIS e da Cofins Ajuste nas alíquotas e na faixa de isenção do Imposto de Renda

Fim dos benefícios fiscais a produtos da cesta básica tributação de dividendos

"Imposto do Pecado" para bebidas alcoólicas, cigarro e alimentos açucarados

Apesar das especula-

ções, nenhuma proposta foi formalizada até agora.

Em fevereiro, deputados e senadores criaram uma comissão mista para a reforma tributária. Foi usada como texto base a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com complementos da PEC 110/2019, que veio do Senado. Ambas as propostas focam na criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para simplificar tributos cobrados ao longo da cadeia produtiva e que refletem no preço final pago pelo consumidor....

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 18 e 19/07/2020	Página: 05

Tribuna

SERÁ INTEGRAL

Governo desiste de fracionar auxílio de R\$ 600

ESTADÃO CONTEÚDO

O governo desistiu de fracionar o pagamento das duas parcelas adicionais do auxílio emergencial nos meses de agosto e setembro. Os mais de 65 milhões de beneficiários do programa de renda criado durante a pandemia de COVID-19 receberão mais dois pagamentos integrais de R\$ 600 conforme calendário divulgado pelo Ministério da Cidadania ontem, sexta-feira (17).

No anúncio da prorrogação do auxílio por dois meses – para além das três parcelas pagas entre maio e

julho –, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a cogitar o fracionamento dos pagamentos em até quatro partes, para criar uma impressão de duração maior da medida.

Na ocasião, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a continuidade dos pagamentos integrais de R\$ 600 em agosto e setembro.

De acordo com o calendário publicado nesta sexta, os beneficiários continuarão recebendo os valores primeiro em contas digitais para só depois conseguirem casar os recursos conforme

cronograma estabelecido pela Caixa Econômica Federal – evitando aglomerações nas agências.

A maioria dos beneficiários só conseguirá sacar o dinheiro de setembro em outubro, mas poderá fazer pagamentos e transferências antes disso por meio da conta digital.

CALENÁRIO DIVULGADO

Quem já recebeu as três primeiras parcelas terá o quarto pagamento emergencial de R\$ 600 depositado entre os dias 22 deste mês (para os nascidos em janeiro) e 26 de agosto (para os nascidos em dezembro).

Já o calendário de saques começa em 25 de julho e vai até 17 de setembro.

O quinto pagamento de R\$ 600, por sua vez, começará a ser depositado em 28 de agosto, em um calendário que vai até 30 de setembro.

Os saques da última parcela do auxílio emergencial vão de 19 de setembro a 29 de outubro.

Os beneficiários que só conseguiram acessar o auxílio emergencial mais tarde terão direito às mesmas cinco parcelas, em um calendário estendido que vai até meados de dezembro.

POSIÇÃO

Mourão defende imposto sobre ICMS digital

DANIEL GULLINO, DE O GLOBO

O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu ontem a criação de um imposto sobre transações financeiras como uma forma de compensar a desoneração da folha de pagamentos e para custear o Renda Brasil, programa social do governo Bolsonaro que vai substituir o Bolsa Família.

Mourão deu entrevista à Rádio Gaúcha. Sua fala ecoa o que está sendo estudado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— O ministro Paulo Guedes coloca como um substituto da desoneração da folha. Ao desonerar a folha, haveria uma oportunidade muito maior da criação de empregos formais. Eu ainda vejo mais além: um imposto dessa natureza pode ser também utilizado para reforçar o programa de renda

mínima, o Renda Brasil, que vem sendo montado pelo governo.

Para Mourão, é preciso "arranjar um jeito" de tributar as transações financeiras:

— Eu acho que tem que ficar muito claro e não simplesmente criar um imposto por criar um imposto. Então, eu vejo que hoje a discussão está centrada em cima da desoneração da folha, então eu acho justo. Não abrangeria todos os tipos de transações. Hoje nós temos uma série de transações eletrônicas que são feitas e que não pagam tributo nenhum. Nós temos que arrumar um jeito de tributar isso aí.

O vice-presidente, no entanto, ressaltou que é o Congresso que irá resolver essa questão:

— Se o Congresso aceitar, significa que a sociedade brasileira aceita. Se não aceitar, paciência.

Na quinta-feira, Guedes

anunciou que enviará ao Congresso a primeira parte da sua proposta de reforma tributária na próxima terça-feira, mas sem o imposto sobre pagamentos.

A primeira parte da reforma, segundo o ministro, irá criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que já era cogitado pela equipe econômica desde o ano passado.

Desde a época de campanha, Guedes insiste em criar essa nova modalidade de imposto, comparada à antiga CPMF. Mas a resistência política é grande.

Seu primeiro secretário da Receita Federal, Marco Cintra, caiu após defesa pública do imposto e veemente negativa do presidente Jair Bolsonaro.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também é fortemente contrário à proposta e, na quinta-feira, em entrevista à

GloboNews, disse estar pensando em relançar a campanha "Xô CPMF", criada pelo antigo PFL em 2007 para derrubar o então chamado "imposto do cheque".

O governo tem colocado a proposta de uma reforma ou minirreforma tributária como moeda de troca para a desoneração da folha de pagamento.

Segundo a equipe econômica, a ideia é promover uma redução dos encargos incidentes sobre a mão de obra de forma mais ampla e não conceder mais um ano de recolhimento diferenciado para 17 setores que são grandes empregadores de mão de obra. A prorrogação da desoneração da folha, que iria até o fim de 2021, foi vetada por Bolsonaro dentro da MP 936. Maia já disse, mais de uma vez, ser favorável à derrubada do veto, assim como outras lideranças da Câmara e do Senado.

SE LIGUE

Governo cria nova linha de crédito para microempresa

FUTURO DA ECONOMIA

Para o presidente do BB, os números da economia dão as primeiras mostras de que a recuperação é "lenta, mas sólida". Novaes acredita que a queda brusca será compensada por uma retomada em swoosh, logomarca da empresa de artigos esportivos Nike.

"A agricultura vai bem, obrigado. Praticamente não sentiu impactos da crise. O comércio teve uma capacidade de adaptação incrível, aprendeu a vender à distância muito rápido", diz.

"A indústria também

está desempenhando acima do esperado. O único setor que, realmente, continua sofrendo muito é o de serviços, porque, na maioria das suas modalidades, requer a presença do consumidor", afirma Novaes.

Reforma tributária: primeira parte será entregue ao Congresso na terça-feira, afirma Guedes

O executivo diz ainda que, por isso, preocupa-se com os moldes da reforma tributária em discussão no Congresso Nacional porque atinge o setor de serviços em momento de fragilidade.

"O que mais preocupa o mercado, de uma maneira

geral, é que esses problemas todos que estão sendo criados, correm o risco de permanecerem no tempo", diz. "Como dizia um mestre meu, não há mais permanente que o problema temporário de governo."

"Se contaminar a perspectiva futura de equilíbrio das contas fiscais, a gente não vai recuperar a confiança na economia brasileira."

PRIVATIZAÇÃO DO BB

Novaes comentou também sobre uma possível privatização do Banco do Brasil. Ele diz que foi chamado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para um ges-

tão de "maximização de valor" para a instituição e que o modelo bipartido entre capital aberto e vínculo ao governo limita as decisões da gestão.

"Na minha avaliação, um banco ou qualquer empresa pública de capital aberto é uma anomalia. Não tem sentido um gestor ter dois chapéus", diz o presidente do banco.

"Você não pode chamar o capital privado e ficar, às vezes, subordinado a decisões de governo. Felizmente, não tem sido meu caso."

Ainda assim, diz, vem conseguindo reconhecer perdas potenciais e colocar

Necessidade de crédito é 'brutal' e solução para impulsionar economia

G1

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novais, disse ontem, em live da Federação Brasileira de Bancos, que a necessidade por crédito é brutal e a solução para impulsionar o crescimento é a abertura econômica.

"Há essa sensação de que o sistema bancário não está fazendo o suficiente. O que está havendo é o sistema bancário está expandindo o crédito, mas, em uma situação como essa, a demanda cresce demais", diz.

Segundo Novaes, o BB concedeu R\$ 182 bilhões em créditos desde o início da pandemia, em meados de março. Deste valor, R\$ 94 bilhões foram de novos contratos e R\$ 88 bilhões em renegociações.

As pessoas jurídicas ficaram com R\$ 99 bilhões dos empréstimos. Pessoas físicas, R\$ 48 bilhões. Grande financiador do agronegócio, o BB concedeu ao setor R\$ 35 bilhões.

"O problema é que a necessidade é brutal. Nós pre-

cisamos é liberar a economia, deixar as pessoas voltarem a trabalhar. Em São Paulo, no Rio, no Norte e Nordeste, as curvas [de mortes por Covid-19] estão caindo, está na hora de deixar a população trabalhar", disse.

O discurso de Novaes se alinha ao do presidente Jair Bolsonaro (Sem partido), atribuindo uma contenção exagerada das medidas de isolamento social a prefeitos e governadores. Para Novaes, as medidas adotadas, como o isolamento social para conter o vírus, não souberam equilibrar saúde e economia. "Não se pode dar a governadores e prefeitos a incumbência de cuidar da crise epidêmica sem que esses mesmos agentes públicos olhem também para as consequências de suas ações na área econômica, seja em termos de desemprego, de fechamento de empresas ou de desorganização das contas públicas", disse o presidente do BB.

"É impossível" atender a toda a demanda por crédito na pandemia, diz presidente do BB

Tribuna

Três regiões da Bahia têm ocupação de UTI acima de 90%

YURI ABREU
REPORTER

E enquanto Salvador já vive a expectativa pela aplicação da Fase 1 do protocolo para a retomada das atividades econômicas, na próxima semana – levando em conta que a taxa de ocupação dos leitos de UTI, na capital baiana, atualmente está em 78% e esse número tem de estar abaixo dos 75% por pelo menos cinco dias consecutivos – em outras três regiões do estado a situação é, no mínimo, preocupante.

Um levantamento feito pelo jornal **Tribuna da Bahia**, tendo como base os dados disponíveis do portal Business Intelligence, da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), apontou que as regiões Sudoeste, Sul e Nordeste do estado estão com uma taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto acima dos 90%: 92%, 91% e 92%, respectivamente. Ainda segundo as informações, no Sudoeste, existem 109 leitos ativos para a Covid-19

e 77 pessoas internadas.

Na região Sul, são 278 espaços e 218 pacientes acolhidos. Por último, na região Nordeste, que tem por base o município de Alagoinhas, são 24 leitos ativos e 143 pacientes. Além dessas, a região extremosul da Bahia também está próxima desse índice: ocupação de 89% dos leitos de UTI. Ao todo, são 47 leitos ativos nas cidades de Porto Seguro e Teixeira de Freitas, com 40 pacientes internados.

Nas demais localidades, há uma variação: Centro-Leste (Feira de Santana, Itaberaba, Santana e Serrinha), 57%; Centro-Norte (Irecê e Jacobina), 60%; Leste (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus), 78%; Norte (Juazeiro e Senhor do Bonfim), 80%; e Oeste (Barreiras e Santa Maria da Vitória), 85%. Em toda a Bahia, segundo a Sesab, há 2.433 leitos ativos, com 1.556 pacientes internados. A taxa de ocupação geral é de 64% e a taxa de ocupação da UTI adulto é de 79%.

NOVOS LEITOS

Ontem, a Secretaria informou que o Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC), unidade da rede de saúde estadual, contará com mais 20 leitos de UTI para assistência a pacientes com Covid-19, na região sudoeste do Estado. Deste total, 10 foram abertos na noite de ontem e os demais começarão a receber pacientes até a sexta-feira da semana que vem. Com estes novos leitos, a unidade chegará a 40 vagas de UTI adulto destinadas ao tratamento de pacientes com o novo coronavírus.

Com esta ampliação da rede de assistência em Vitória da Conquista, o município totalizará 70 leitos de UTI adulto voltados para pacientes com diagnóstico de coronavírus. O secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, destacou que esta ação mostra o compromisso do Governo do Estado com o município de Vitória da Conquista e toda a região sudoeste. "Não faltarão leitos ou respiradores para atender a população de Vitória da Conquista", afirmou Vilas-Boas.



Foto:Paula Proes

LEITOS

Em Feira de Santana, o Clériston 2 veio para ajudar na luta contra a covid

Veículo: Site Bahia Econômica	Caderno:
Data: 19/07/2020	Página:



Domingo, 19 de Julho de 2020 - 18:50

Governo do Estado trava batalha na justiça do EUA para reaver dinheiro de respiradores

Com o objetivo de garantir a devolução do valor pago à empresa Ocean 26 Inc. na compra de 600 respiradores para enfrentamento da pandemia de Covid-19, o Governo do Estado contratou um escritório de advocacia especializado nos Estados Unidos. A contratação da King and Spalding LLP foi efetivada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e visa assegurar, com a maior brevidade possível, o ressarcimento aos cofres do Estado do valor investido para aquisição dos equipamentos.

A empresa Ocean 26 Inc. não entregou os respiradores no prazo estabelecido e por este motivo o contrato de compra foi rescindido por decisão do Governo do Estado. Visando proteger o patrimônio público e dado que a jurisdição própria para cobrança do retorno dos valores é nos Estados Unidos, foi celebrado o contrato com o escritório de advocacia King and Spalding LLP, cujo extrato de publicação encontra-se no Diário Oficial do Estado de 19 de julho.

Com esta ação, o Governo do Estado adota todas as medidas devidas para recuperar U\$ 8,6 milhões pagos antecipadamente à Ocean 26 Inc, o que representa 80% do valor total dos equipamentos que deveriam ter sido entregues.

Veículo: Site Bahia Econômica	Caderno:
Data: 18/07/2020	Página:



Sábado, 18 de Julho de 2020 - 09:40

Ford na BA suspende por 90 dias contratos de 1.600 funcionários e terceirizados

Ford na BA suspende por 90 dias contratos de 1.600 funcionários e terceirizados Foto: Sergio Figueiredo / Divulgação

A Ford decidiu suspender temporariamente os contratos de 1.000 funcionários da fábrica situada em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. Além disso, outros 600 sistemistas terão os vínculos suspensos entre 1º de agosto e 31 de outubro.

De acordo com a empresa, a suspensão tem o objetivo de "adequar o volume de produção à menor demanda do consumidor nessa situação sem precedentes", diante da pandemia do novo coronavírus.

Na última sexta-feira (17), a prefeitura de Camaçari afirmou, em nota, que acompanha a decisão da Ford e indicou que mantém diálogo permanente com a Ford e com todo o setor industrial da cidade.

Durante os 90 dias de suspensão, os trabalhadores continuarão recebendo seus salários, sendo que parte será paga pela empresa e parte pelo governo federal.

"Com esta crise, a Ford optou por esta suspensão dos contratos, conhecida como layoff. Nós mantemos diálogo permanente com a empresa e tenho certeza que, tão logo superemos esta crise sanitária, a Ford retomará suas atividades, mantendo os empregos. O cenário é muito difícil, mas continuaremos tomando todas as medidas necessárias para dar apoio ao setor produtivo de Camaçari", afirmou o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (DEM).

Veículo: Site Bahia Econômica	Caderno:
Data: 20/07/2020	Página:



Segunda, 20 de Julho de 2020 - 08:20

Próximo prefeito de Salvador terá 2021 difícil e vai precisar investir na economia, alerta Souto

por Lucas Arraz

Próximo prefeito de Salvador terá 2021 difícil e vai precisar investir na economia, alerta SoutoFoto: Bahia Notícias

Com 87% do Produto Interno Bruto (PIB) de Salvador decorrente do setor de serviços, um dos mais atingidos pela pandemia do novo coronavírus, o próximo prefeito da capital baiana terá um primeiro ano de gestão difícil, avaliou o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto. Para o secretário, o maior desafio do próximo gestor municipal será reacender a economia da cidade, dependente dos setores culturais e do turismo.

“O próximo prefeito irá encontrar as contas melhor do que encontramos, mas será um ano difícil. A prefeitura não terá os problemas que encontramos quando chegamos, mas será um ano que dependerá da recuperação econômica”, destacou o secretário em entrevista ao Isso é Bahia, de A Tarde FM e Bahia Notícias, desta segunda-feira (20).

Em Salvador, a pandemia é responsável pela geração de um déficit fiscal de R\$ 240 milhões somente até o mês de junho, entre despesas empenhadas com ações de combate à Covid-19, que somaram R\$ 225 milhões, mais as perdas de receitas correntes provocadas pela redução da atividade econômica.

O setor de serviços é o mais prejudicado durante a pandemia e com certeza a prefeitura está olhando com muito carinho para a retomada.

A prefeitura de Salvador prepara uma lista de ações para recuperar a economia da capital. No total, serão 100 ações, lançadas com mais detalhes nos próximos dias, envolvendo diversas áreas, a exemplo da tributária, infraestrutura e mobilidade e geração de empregos por meio de investimentos privados.

Duas dessas medidas já foram anunciadas: a emissão de certidões negativas de débito junto ao município para as empresas que estavam adimplentes até 15 de março, mesmo que tenham mudado de condição após essa data, e a prorrogação do pagamento do IPTU de agosto para dezembro, beneficiando 29 mil pessoas jurídicas, segundo os cálculos da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz).

Veículo: G1	Economia
Data: 20/07/2020	



Mercado melhora estimativa e passa a prever tombo do PIB abaixo de 6% em 2020

Projeção para o recuo do PIB neste ano passou de 6,10% para 5,95%. Analistas também mantiveram estimativa de inflação para este ano em 1,72%. Dados são do Boletim Focus, do Banco Central.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

20/07/2020 08h32 Atualizado há 2 horas

Os economistas do mercado financeiro melhoraram a estimativa para o nível de atividade e passaram a prever um tombo para a economia brasileira abaixo de 6% neste ano.

A projeção faz parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (20) pelo **Banco Central** (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, a previsão de queda passou de 6,10% para 5,95%. Para 2021, a expectativa de crescimento foi mantida em 3,50%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à **pandemia do novo coronavírus**, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

- Na última semana, o **governo brasileiro manteve a expectativa de queda de 4,7% para o PIB de 2020.**
- O Banco Mundial **prevê uma queda de 8%** no PIB brasileiro e o **Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1% em 2020.**
- Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **o PIB cresceu 1,1%**. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020, **foi registrada uma retração de 1,5% na economia brasileira.**
- **Entenda os impactos do avanço do coronavírus nas economias global e brasileira**

Inflação abaixo de 2%

Segundo o relatório divulgado pelo BC, os analistas do mercado financeiro mantiveram em 1,72% a estimativa de inflação para 2020.

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

Taxa básica de juros

O mercado segue prevendo nova queda da taxa básica de juros da economia brasileira em agosto deste ano. Atualmente, a **Selic está em 2,25% ao ano**. A previsão dos analistas é de que a taxa recue para 2% no início do mês que vem.

Para o fim de 2021, a expectativa do mercado permaneceu estável em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

Outras estimativas

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 continuou em R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 subiu de US\$ 54 bilhões para US\$ 55,15 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado recuou de US\$ 55,25 bilhões para US\$ 53,40 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, caiu de US\$ 55 bilhões para US\$ 53,95 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas permaneceu em US\$ 64,10 bilhões.

Veículo: Política Livre	
Data: 18 a 20.07.2020	Caderno: Economia



19 de julho de 2020 | 19:38

Governo baiano contrata escritório de advocacia dos Estados Unidos para tentar recuperar dinheiro de respiradores

BAHIA

O governo da Bahia contratou um escritório de advocacia dos Estados Unidos para tentar recuperar o dinheiro pago à empresa Ocean 26 Inc por 600 respiradores, que não foram entregues.

“A empresa Ocean 26 Inc. não entregou os respiradores no prazo estabelecido e por este motivo o contrato de compra foi rescindido por decisão do Governo do Estado. Visando proteger o patrimônio público e dado que a jurisdição própria para cobrança do retorno dos valores é nos Estados Unidos, foi celebrado o contrato com o escritório de advocacia King and Spalding LLP, cujo extrato de publicação encontra-se no Diário Oficial do Estado de 19 de julho”, diz nota enviada pela Secretaria de Comunicação (Secom), na noite deste domingo (19).

De acordo com o governo, a contratação da King and Spalding LLP foi efetivada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e “visa assegurar, com a maior brevidade possível, o ressarcimento aos cofres do Estado do valor investido para aquisição dos equipamentos”.

A Secom diz ainda que o governo “adota todas as medidas devidas para recuperar U\$ 8,6 milhões pagos antecipadamente à Ocean 26 Inc, o que representa 80% do valor total dos equipamentos que deveriam ter sido entregues”.

A reforma tributária, a CPMF e as fake news ‘do bem’

Ao contrário do que se tem dito por aí, a proposta do governo prevê um rearranjo do cipoal tributário do País e não um aumento de impostos

José Fucs

19 de julho de 2020 | 12h04

Foto: Dida Sampaio/Estadão

Com a perspectiva de o governo enviar ao Congresso, enfim, a sua proposta de reforma tributária, multiplicam-se por aí informações desencontradas sobre o tema. Estão falando em nova CPMF, aumento de impostos, quebra de promessas eleitorais, liberais de araque etc etc. Em meio ao Fla-Flu em que se transformou o debate político no País, é até previsível que isso aconteça.

Mas, na verdade, a proposta não é nada disso que estão dizendo. Cada um pode ter, claro, a opinião que quiser sobre a questão. Pode ser a favor, pode ser contra ou ficar em cima do muro. Agora, não dá para discutir o assunto com a seriedade que ele exige se a gente “cair na pilha” da arquibancada.

Com base em conversas e entrevistas que tive com o ministro Paulo Guedes sobre o tema desde as eleições e em nome do meu compromisso de buscar a verdade sobre os fatos e de combater as fake news, venham de onde vierem, posso dizer o seguinte em relação à proposta de reforma tributária do governo:

1. O novo imposto NÃO deverá implicar em aumento da carga tributária como um todo;
2. O novo imposto tem características semelhantes à CPMF, mas não é uma CPMF, pois NÃO deverá incidir sobre todas as transações financeiras, mas apenas sobre as transações digitais, muitas das quais não são tributadas hoje;
3. O novo imposto deverá compensar a diminuição de alíquota de outros tributos, como os incidentes sobre as empresas, que desestimulam os investimentos e o crescimento sustentável e tiram a competitividade da economia do País na arena global. Caso o novo imposto seja mesmo implementado, a taxa total das empresas deverá cair dos atuais 34% para cerca de 20% no total;
4. A criação do novo imposto deverá viabilizar também a desoneração da folha de pagamento das empresas, que encarece o custo da mão de obra e prejudica a criação de novos empregos;
5. Junto com o novo imposto, o governo ainda deverá propor — ao menos era a ideia inicial — a tributação dos dividendos, destinada a penalizar os que estão na faixa mais abonada, que hoje conseguem escapar do Leão do imposto de renda, e o aumento da faixa de isenção, para beneficiar os trabalhadores que ganham menos;
6. No final, segundo o ministro Paulo Guedes, a proposta deverá ser um jogo de soma zero. Mais uma vez, o que deverá acontecer é um rearranjo e uma simplificação do cipoal tributário brasileiro e não um aumento de carga tributária.

Como não posso ser acusado de bolsominion nem de “passar pano” para o governo, sinto-me à vontade para esclarecer o assunto e torpedear as fake news. O combate às notícias falsas tem de contemplar a desinformação vinda de todos os lados. Não dá para se levantar contra a propagação de fake news da tropa de choque bolsonarista nas redes e ao mesmo tempo ficar por aí turbinando versões sem base na realidade. Pega mal e tira a credibilidade de quem quer lutar o bom combate. Afinal, não há fake news “do bem”.

Se a proposta é a melhor ou não para o País, é o Congresso, em nome da sociedade, que deverá avaliar, tendo em mãos as devidas justificativas do Ministério da Economia. Mas o debate deve ser feito de acordo com o que ela de fato é e não do que não é.

Veículo: Estadão	
Data: .18 a 20.07.2020	Caderno: Economia



Bolsonaro diz que imposto defendido por Guedes é diferente da CPMF

'A proposta de Guedes visa desonerar a folha de pagamento', disse Bolsonaro a apoiadores reunidos em frente ao Palácio da Alvorada neste sábado

Eduardo Gayer, O Estado de S. Paulo

18 de julho de 2020 | 19h25

O presidente Jair Bolsonaro disse neste sábado que o imposto sobre transações financeiras proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não é igual à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a [CPMF](#). “A proposta de [Guedes](#) visa desonerar a folha de pagamento”, disse Bolsonaro a apoiadores reunidos em frente ao Palácio da Alvorada.

O tema do novo imposto, defendido por Guedes, voltou a ganhar importância com o retorno das discussões sobre a reforma tributária. A equipe econômica prevê enviar seu projeto ao Congresso na próxima terça-feira.

Na quinta-feira, 16, durante o evento Expert XP, [Guedes falou sobre o tema](#) e fez questão de ressaltar que um novo imposto sobre transações financeiras não é uma CPMF com outro nome. "Se disserem que não querem a CPMF, estaremos de acordo, pois não é a CPMF. Não é o mesmo imposto com outro nome, é uma base mais ampla", disse. Mas a criação do imposto provoca fortes reações contrárias. Também na quinta-feira, o presidente da Câmara, [Rodrigo Maia, afirmou ser contra a recriação de um tributo semelhante à CPMF](#). "Não há espaço para debater uma nova CPMF. Nossa carga tributária é alta demais, e a sociedade não admite novos impostos", escreveu Maia no Twitter.

Cerimônia

Contaminado pelo novo coronavírus, o presidente conversou com apoiadores no fim da tarde deste sábado após cerimônia de hasteamento da bandeira. Ele usava máscara e estava ao lado da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). "Vamos apoiar as reformas e colocar o país nos trilhos de novo", disse a parlamentar.

Bolsonaro ainda disse que o governo federal não deixou faltarem recursos para que Estados e municípios combaterem a pandemia. Ele reiterou que o Brasil deve "voltar a trabalhar" e que as medidas de isolamento social não têm eficácia no controle da covid-19. "Miséria e depressão matam mais que coronavírus", disse o presidente aos apoiadores.

Veículo: Estadão	
Data: .18 a 20.07.2020	Caderno: Economia



JP Morgan diz estar 'cético' quanto à reforma tributária

Em relatório, banco americano afirmar ser improvável que uma reforma ampla seja aprovada mesmo em 2021

Altamiro Silva Junior, SÃO PAULO

20 de julho de 2020 | 05h00

As discussões políticas em Brasília parecem estar se encaminhando para uma agenda mais positiva de reformas, principalmente a tributária, avaliou o banco JP Morgan, em relatório. Embora ache “bem-vinda” a tentativa de fazer andar a reforma tributária, o banco americano afirma que “permanece cético” de que um texto amplo seja aprovado este ano ou mesmo em 2021. “A reforma tributária retorna aos holofotes, mas continuamos céticos”, destaca.

“Reconhecemos que a discussão é bem-vinda e poderia melhorar a narrativa de curto prazo, afastando o foco do risco fiscal, que permanece alto”, ressalta o relatório, destacando que o governo juntou esforços com a Câmara para acelerar a discussão dessas medidas tributárias. O relatório observa que o ministro da Economia, Paulo

Guedes, prometeu enviar as propostas do governo ao Congresso amanhã.

“Dada a resistência a novos impostos no Congresso, o governo não mostra sinais de introdução de um imposto sobre transações eletrônicas no momento, mas Guedes sugere que isso pode ser incluído em uma reforma futura mais ampla que também incluía impostos sobre dividendos”, de acordo com o relatório do JP Morgan.

Retomada da economia

Sobre a atividade econômica, o banco observa que o contínuo crescimento dos casos de coronavírus no Brasil, que já superaram 2 milhões, e a decepção com indicadores recentes, como o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), apontam para a lenta retomada da economia. O IBC-Br cresceu 1,3% em maio ante abril, enquanto o banco previa alta de 3,5%.

O JP Morgan observa que indicadores de confiança do Brasil têm mostrado melhora, sobretudo no setor manufatureiro, que já se recuperou das quedas registradas durante a pandemia. Contudo, os índices de confiança dos consumidores e do setor de serviços subiram, mas ainda seguem com níveis inferiores aos de antes da crise.

Veículo: Estadão	
Data: .18 a 20.07.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária na crise

Debate acontece num momento em que todos os envolvidos na reforma estão com nervos à flor da pele

Adriana Fernandes*, O Estado de S.Paulo

18 de julho de 2020 | 04h00

A arrecadação dos principais impostos cobrados pelo governo federal, Estados e municípios levou um tombo de 2,5 pontos percentuais do **PIB** no primeiro semestre, marcado pela crise econômica provocada pela pandemia da **covid-19**.

O **Termômetro Tributário Mensal** coletado pela equipe do economista **José Roberto Afonso**, do **Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)**, antecipado à coluna, indica que é preciso ainda muita cautela na avaliação dos indicadores recentes de melhora da economia, comemorados pelo governo depois do “fundo do poço” do impacto da covid-19 registrado em abril.

Os dados do IDP apontaram que, em junho, a arrecadação total desses tributos recuou 27,7% em relação ao mesmo mês de 2019. A queda nas receitas de impostos dos Estados chegou a 29,3%, e nos municípios, a 19,4%. O recuo no governo federal foi de 27,4%, e só não foi maior

devido à influência da arrecadação do **Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)**, que teve a data de ajuste anual da declaração

transferida de abril para junho justamente por causa da crise.

Em outra face da mesma moeda, a pesquisa “Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas” do **IBGE** revelou que 1,221 milhão de empresas adiaram o pagamento de impostos. Entre elas, 587 mil (48,1%) declararam que o fizeram sem apoio governamental.

O maior agravante foi que a pesquisa do instituto do governo mostrou, segundo reportagem da última quinta-feira da repórter Daniela Amorim, do **Estadão**, que a maioria das empresas que adotaram alguma ação em resposta à covid-19 não percebeu o apoio governamental.

Os dados do Termômetro Fiscal do IDP combinados com os do IBGE sinalizam que o quadro econômico é ainda de muita fragilidade. E mais: ainda há muitos problemas relacionados aos “remédios” aplicados pelo governo para o enfrentamento da covid-19. Uma agenda incompleta.

“Temos ainda um PIB para salvar”, diz José Roberto Afonso, um dos maiores especialistas em contas públicas do País. Ele projeta que, ainda que haja melhora, continuará ocorrendo quedas importantes da arrecadação até o final do ano.

Afonso chama atenção para o fato de que há uma enorme distância entre a emissão de notas fiscais eletrônicas, usadas como parâmetro pela **Receita Federal** para mostrar a melhora do desempenho da economia, e o efetivo recolhimento dos tributos.

É nesse cenário de incertezas que a **reforma tributária** deve começar a avançar na próxima terça-feira, depois que o ministro

da **Economia, Paulo Guedes**, entregar a proposta de criação de um tributo federal, o **CBS**, para adoção do modelo IVA na unificação do PIS/Cofins.

Depois de tantas promessas descumpridas de apresentação do texto, o envio da proposta do governo (ainda a se confirmar) acontece num momento em que todos os envolvidos diretamente na proposta, sobretudo as empresas, os Estados e os municípios, estão com nervos à flor da pele sob o impacto desastroso da covid-19 nos seus caixas.

Governadores e prefeitos estão sem recursos para arcar com os compromissos maiores de despesas, e empresas estão sendo profundamente afetadas pela recessão econômica e sem acesso a crédito. Todo mundo vai puxar a brasa para o seu pedaço sob o argumento de que houve muitas perdas com a crise.

Há a percepção na área econômica e também entre muitos parlamentares de que o momento é propício à reforma, porque a crise abriu a janela para um acordo em torno da proposta, o que não se consegue há anos.

Mas pode não ser bem assim. O simples anúncio do envio do projeto do ministro, com a possibilidade de uma alíquota entre 11% e 12%, já deixou os representantes do setor de serviços com o cabelo em pé. As empresas do setor são as mais afetadas pela crise e, a depender da proposta, terão aumento da carga tributária.

A reforma não tem o poder de resolver os problemas de uma hora para outra. Transformá-la em soluções para todos os impasses gerados pela covid-19 pode causar frustração. Temos o exemplo da **reforma da Previdência**. Não acordamos no dia seguinte com os problemas da

economia brasileira resolvidos. A reforma tributária é importante, mas todo cuidado é necessário nessa hora para não colocar em suas costas o peso da solução para esta crise e acabar, com isso, aprovando um Frankenstein.

Veículo: Estadão	
Data: .18 a 20.07.2020	Caderno: Economia



Reforma Tributária: Qual o impacto nos investimentos da proposta de Paulo Guedes

Saiba quais são as ideias do governo para aumentar a arrecadação
[Twitter](#)[Facebook](#)[WhatsApp](#)[LinkedIn](#)[E-mail](#)

[THIAGO LASCO](mailto:THIAGO_LASCO@estadao.com)thiago.lasco@estadao.com

19/07/2020, 20:18 (atualizada: 20/07/2020, 9:47)

- Governo quer reduzir a tributação sobre consumo, serviço e produção e aumentar a tributação sobre a renda. Para isso, vai fundir PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS em um só tributo, o IBS, e elevar a alíquota máxima do IR
- Estão sendo estudados novos impostos sobre pagamentos por meio eletrônico, dividendos de empresas e operações financeiras feitas em Bolsa e com o CDI. Taxar os fundos fechados de forma semestral é outra possibilidade
- Necessidade de buscar novas formas de receita aumentou, pois governo terá mais gastos no controle da pandemia. Ao mesmo tempo, o momento político é delicado para elevar impostos, pois as finanças da população estão bastante combalidas

Não é de hoje que o Brasil espera por uma **reforma tributária**. A questão fiscal é um dos gargalos mais sensíveis para o desenvolvimento da economia. Mas a questão adquiriu contornos ainda mais sérios quando o coronavírus entrou em

cena. Se o governo já gastava mais do que arrecadava, as medidas para o combate da pandemia vão elevar essas despesas ainda mais. E, para essa conta fechar, a saída no horizonte é encontrar novas formas de arrecadação.

É por isso que o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, vem tentando propor um novo tributo nos moldes da CPMF. A ideia mais recente nesse sentido, divulgada nesta semana, é a criação de um imposto de 0,2% sobre todos os pagamentos por meio eletrônico. Não será uma briga fácil.

“A aprovação vai demorar um pouco, por uma questão de alinhamento entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Eles não querem tributar ainda mais a população. Como aumentar ainda mais os impostos em uma pandemia, quando as pessoas estão com a corda no pescoço? É delicado”, comenta Daniela Casabono, sócia-diretora da FB Wealth.

O espírito da reforma tributária em andamento

Quando Guedes assumiu a pasta, abraçou um dos dois grandes projetos de lei de reforma tributária que já haviam sido propostos. Explicando de maneira simplificada, a tônica principal dessa reforma é reduzir a tributação sobre consumo, serviço e produção e aumentar a tributação sobre a renda.

Assim, tudo o que se compra e consome tende a ficar mais barato, enquanto os salários passam a ser mais tributados. Como mercadorias e serviços são consumidos por todas as classes sociais, em tese os mais pobres são favorecidos por essa desoneração. Já o aumento dos impostos, sendo proporcional à renda, pesa mais sobre aqueles de maior poder aquisitivo.

“Para obter esses resultados, o governo precisa, de um lado, reduzir PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS, unificando-os em um só tributo, o **IBS (Imposto de Bens e Serviços)**. E, de outro, elevar a alíquota do imposto de renda de 27,5% para 35%, com diferentes faixas”, explica o advogado tributarista Alamy Candido, sócio do escritório Candido Martins Advogados.

Outros problemas são a dívida pública elevada e a folha de pagamentos, que tem um nível de tributação muito pesado. “Mas o governo não pode simplesmente desonerar a folha sem ter outra fonte de receitas para cobrir os gastos”, diz o advogado. “Daí vêm essas propostas de tributos sobre pagamentos por meio eletrônico e também sobre dividendos.”

Assim, a “cesta da reforma de Guedes” é composta pela unificação tributária em torno do novo IBS, pelo aumento da alíquota de IR e pela criação de impostos sobre [dividendos](#) e sobre pagamentos por meio eletrônico. Mas há outras ideias mais antigas correndo por fora, e que podem voltar à pauta.

Tributação sobre pagamentos por meio eletrônico

A proposta do ministro é passar a taxar em 0,2% todos os pagamentos feitos por meio eletrônico – o que atinge, principalmente, o [e-commerce](#). Para a advogada Adriana Lacerda, sócia da área tributária do escritório Gameiro Advogados, já era de se esperar um imposto desse tipo.

“O governo analisa quais foram os setores mais e menos afetados pela pandemia, e um dos que menos sofreram foi justamente o e-commerce, que inclusive teve uma curva ascendente nesse período”, ela comenta.

A advogada lembra que a economia digital teve uma vitória em 2017, com o fim da tributação de livros eletrônicos e e-readers, que passaram a ser equiparados a livros, jornais e revistas de papel. “Mas, se esse novo tributo não for bem tolerado pelo consumidor, as vendas vão cair, o que será um cenário péssimo para o comércio eletrônico”, prevê.

Como o novo Imposto Digital recai sobre os pagamentos, a base de cálculo será o valor do produto ou serviço adquirido. “Isso pode dar margem a discussões sobre um eventual bitributação, porque o IBS já vai incidir sobre ‘base ampla de bens, serviços e direitos, tributando todas as utilidades destinadas ao consumo’”, aponta Adriana.

Tributação sobre operações financeiras (Bolsa e CDI)

De acordo com informações do jornal *O Globo*, Guedes avalia criar [um imposto sobre transações financeiras](#), que incluiria a taxa de operações feitas na Bolsa de Valores e com Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), referência para a renda fixa.

A informação foi confirmada pela Arko Advice com fonte no Ministério. Segundo a consultoria, a tributação de aplicações financeiras viria somente na segunda fase da reforma, com alíquota do imposto entre 0,2% e 0,4%.

Essa é uma mordida que penaliza ainda mais o investidor, que viu seus ganhos minguados após sucessivos cortes na [taxa básica de juros](#) – hoje a Selic está em sua mínima histórica, 2,25% ao ano. O CDI é o indexador de boa parte dos investimentos de renda fixa.

“Será mais um tributo a se descontar. Se considerarmos que a taxa de juros já está muito baixa, o rendimento real ficará até negativo. Não sei até que ponto será válido comprar um CDB fazendo essa conta”, diz Daniela Casabona. “A medida vai acabar atrapalhando essa linha de crédito que o investidor ajuda a fomentar também.”

A sócia da FB Wealth aponta que o investidor da Bolsa já paga taxas administrativa, de corretagem e de custódia, e que um novo tributo espremeria ainda mais seus ganhos. “A renda variável era para onde ele corria para ter mais retorno. Agora ele vai ter que se acostumar com a ideia de rentabilizar o dinheiro dele ainda menos que antes.”

Tributação sobre dividendos

Pela proposta, as empresas seriam obrigadas a reter 15% de imposto sobre valores pagos a pessoas físicas ou jurídicas a título de lucros e dividendos.

“Paulo Guedes alega que a medida é justa, já que empregados assalariados sofrem descontos e quem recebe dividendos não é tributado”, diz Adriana Lacerda. “Ele sugere que parte da arrecadação com esse novo tributo seja destinado ao 13º salário do programa Bolsa Família.”

O impacto é grande nas duas pontas: para quem paga e para quem recebe. “A empresa terá de se responsabilizar pela retenção dos valores, como já faz com o IRPF de funcionário. Isso costuma gerar problemas de contencioso administrativo perante a Receita Federal”, diz a advogada.

Já quem recebe vai tomar uma mordida no bolso – seja na distribuição de lucros ou na compra de ações de empresas que pagam dividendos, como forma de ter uma renda mensal.

“Hoje, (o investidor não ser tributado) é um chamariz para que ele invista em determinada empresa. Com a tributação, não sei até que ponto isso ainda seria interessante. Uma Itaúsa dá R\$ 1 por ação. Menos o imposto, não vai dar nada. Será como um come-cotas para ele”, diz Daniela Casabona.

Alamy Candido ressalta que a tributação de dividendos é comum em outros países e, até 1996, também ocorria no Brasil. Foi retirada de cena como forma de estimular a economia real, com mais pessoas investindo em empresas. Ele rebate uma crítica muito frequente, de que ela seria uma forma de bitributação.

“Quem repete esse falso dogma não conhece nada de direito tributário. A bitributação exige que você tenha, duas vezes, mesmos sujeitos ativo e passivo, mesmo fato gerador, mesma base de cálculo”, ensina o advogado. “Aqui, isso não ocorre. O sujeito passivo da tributação do lucro da empresa é a própria empresa, a pessoa jurídica. Quando você fala em tributar o dividendo, quem é tributado é o sócio, pessoa física. São pessoas diferentes nessa cadeia, a regra matriz é diferente.”

Tributação sobre fundos fechados

Apresentada ainda na gestão do presidente Michel Temer, a proposta pretende implantar, para os fundos de investimento fechados, o mesmo regime de tributação semestral dos fundos abertos. Da forma como ocorre hoje, o dinheiro não é tributado enquanto está dentro do fundo, só o é quando há resgate de cotas.

“Isso permite um diferimento da tributação: você roda esse dinheiro por anos e 100% da tributação fica represada. Se, em 15 anos, o investidor ganhou ou perdeu dinheiro, nunca foi tributado. Ele só vai ser tributado se tirar o dinheiro do fundo e, nesse momento, tiver tido ganho de capital, ou seja, se o dinheiro for maior que o investido no começo”, explica Candido.

A ideia esbarra em uma questão polêmica: há a intenção de tributar também os rendimentos que os **fundos fechados** tiveram no passado. Isso é objeto de controvérsia entre os estudiosos do Direito.

“Alguns entendem que isso não seria possível, que só se pode tributar rendimento daqui pra frente. Já outros entendem que tudo bem, pois se estaria tributando um fato gerador fictício. É como se todo mundo estivesse resgatando as cotas dos fundos hoje: haveria uma linha de corte ali, e todo mundo seria tributado”, afirma o advogado.

Ele argumenta que essa medida geraria uma receita de trilhões de reais, afetando pouquíssimas pessoas, que têm uma capacidade de contribuição altíssima. “Do ponto de vista político, esse projeto tem força muito grande. Mas, sob Guedes, não se ouviu falar no assunto. Por que está parado, será que há interesses ocultos nisso?”, provoca.

Outras propostas que estão fora dos holofotes

Há, ainda, outras propostas correndo por fora. São discussões paralelas, não correlacionadas com a reforma tributária hoje defendida por Paulo Guedes como um todo. Duas delas são bastante antigas: impostos sobre **grandes fortunas** e sobre o **empréstimo compulsório**.

“A ideia de taxar grandes fortunas vem desde 1989, já são 37 projetos nesse sentido. Ela foi implementada em alguns países da Europa e eliminada, tem eficácia controversa”, diz Alamy Candido. “É muito mais uma ferramenta de deputados da oposição para atrair a mídia, do que algo que haja interesse de fato de implementar. O mesmo vale para os empréstimos compulsórios, essa não é uma discussão dentro do governo hoje.”

O Estado de São Paulo tem no radar, ainda, o aumento do ITCMD, tributo estadual que incide sobre heranças. Mas o *timing* para essa ideia não é o melhor agora. “Estamos tendo muitos óbitos na pandemia, então é complicado defender um tributo cujo fato gerador é a morte. Eu colocaria de lado”, comenta o advogado.

Os impostos vão subir, mas deveriam diminuir

Para Adriano Cantreva, sócio da Portofino Investimentos, o governo não tem outra saída a não ser aumentar a tributação. “A situação já era preocupante, a covid-19 piorou tudo e o governo precisa arranjar novas receitas. De onde vai tirar esse dinheiro?”

Ele acha, porém, que algumas propostas são mais viáveis que outras. Ele considera que a tributação sobre dividendos encontraria pouca oposição e seria fácil de implementar. E acrescenta que taxas sobre o e-commerce também vêm sendo avaliadas por outros países. Já o imposto sobre transações financeiras é um tema mais difícil, pois acaba onerando a todos. “O governo deve tentar postergar essa ideia ao máximo, pois seria como uma volta ao passado (quando havia a CPMF)”, diz.

Cantreva considera que o ideal seria uma reformulação tributária que, em vez de aumentar, reduzisse os impostos, para incentivar a atividade econômica. “Donald Trump fez isso nos Estados Unidos e a atividade subiu bastante. Por aqui, isso poderia ajudar a oficializar grande parte da economia informal, que

hoje não paga imposto. Mas é uma aposta ousada, não acho que a equipe econômica se atreveria.”

Ele argumenta que, sem reduzir tributos, o Brasil cai na situação de países europeus e Japão, em que impostos elevados afetam demais a capacidade produtiva.

“O Brasil tem carga tributária bastante elevada, desproporcional, resultado de décadas de arranjos. O ideal seria passar uma borracha e começar de novo. Como está, você não cresce e não investe porque os impostos são altos, e os impostos são altos porque você não cresce.”

BNDES deve ter dificuldade de cumprir meta em PDV

Banco lança hoje Plano de Estímulo à Aposentadoria com o objetivo de 10% da folha de salários

Por Francisco Góes — Do Rio

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Ajustando o quadro de pessoal

BNDES lança plano de estímulo à aposentadoria

■ Número de empregados por função

	Quantitativo de empregados
Administrador	344
Advogado	404
Analista de sistemas	292
Arquiteto	23
Arquivista	12
Assistente de contabilidade	1
Bibliotecário	11
Contador	332
Contínuo	30
Economista	328
Engenheiro	366
Geólogo	2
Motorista	4
Transitório	16
Cedido ao BNDES	1
Operador de equip. de som e imagem	2

Medidas previstas no plano:

- Pode aderir quem tiver menos de 75 anos e esteja aposentado pelo INSS ou tenha reunido, até 30 de junho, as condições para se aposentar.
- Desligamentos via demissão consensual prevista na CLT, que oferece 50% do aviso prévio indenizatório e 20% sobre o saldo para fins rescisórios do FGTS.
- Haverá ainda incentivo de 0,6 salário para cada 30 dias que faltarem para a obtenção do benefício integral de complementação de aposentadoria pela Fundação de

Operador de reprografia	8
Psicólogo	4
Recepcionista	2
Técnico administrativo	414
Técnico de arquivo	3
Técnico de comunicação	38
Técnico de informática	2
Telefonista	3
Total	2.642*

Assistência e Previdência Social (Fapes) do BNDES.

■ Limite máximo de recebimento a quem aderir: R\$ 600 mil.

■ Economia prevista: R\$ 190 milhões por ano, podendo alcançar até R\$ 950 milhões em 5 anos.

Fonte: BNDES e Valor. *Data das informações: 30.06.2020

Depois de mais de uma década, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lança hoje, oficialmente, um plano de demissão voluntária. A iniciativa, chamada de Plano de Estímulo à Aposentadoria 2020, busca atrair 10% do quadro de empregados, de 2.623 pessoas. Avaliações preliminares de técnicos do banco indicam, porém, que será difícil atingir a meta. O benefício máximo total para quem aderir não poderá passar de R\$ 600 mil.

Um dos entraves a uma maior participação dos empregados no plano pode estar no fato de que o BNDES, além de pagar salários elevados na administração pública, tem um programa de participação nos lucros e resultados (PLR) que poderia compensar a indenização prevista no Plano de Estímulo à Aposentadoria. O argumento se baseia na perspectiva de que o BNDES continue pagando PLRs nos próximos exercícios. A participação dos empregados nos resultados tem caído nos últimos anos.

Existe também a percepção entre técnicos do banco de que quem não tiver concluído o período de contribuição para a Fundação de Assistência e Previdência Social (Fapes), o fundo de pensão do BNDES, poderá ter mais dificuldade de aderir à proposta. “O plano pega quem tem tempo de contribuição na Fapes e no INSS. O resto vai fazer conta”, disse um técnico.

As condições divulgadas na sexta-feira, logo depois que o conselho de administração do BNDES aprovou o plano, dão conta de que podem aderir à iniciativa os empregados concursados que tenham menos de 75 anos e já estejam aposentados

pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou tenham reunido, até 30 de junho deste ano, as condições necessárias para se aposentar pelo INSS.

O banco informou que os desligamentos vão se dar na modalidade de demissão consensual prevista na CLT, que oferece 50% do aviso prévio indenizatório e 20% sobre o saldo para fins rescisórios do FGTS. Também será oferecido um incentivo financeiro correspondente a 0,6 salário para cada 30 dias que faltarem para a obtenção do benefício integral de complementação de aposentadoria pela Fapes.

O Banco estima que seja feita uma economia nominal anual de cerca de R\$ 190 milhões, que poderá alcançar até R\$ 950 milhões em 5 anos, segundo o BNDES. Técnicos avaliam, contudo, que o plano é “tímido”. Na Petrobras, que tem 45,5 mil empregados, a meta de redução da força própria de trabalho é de 34%. O BNDES considera, no entanto, que o plano é equilibrado e faz “sentido econômico” para as pessoas. Está claro que, por ser voluntário, o sucesso do plano depende da situação e do planejamento futuro de cada empregado.

O último PDV do BNDES foi em 2007 e teve adesão maciça, segundo uma fonte, pois as condições eram mais generosas. Agora o plano se insere em uma estratégia de redução de custos dentro do que a atual administração chama de “sustentabilidade financeira” do banco. O atual diretoria tem feito ênfase que o BNDES precisa andar com as próprias pernas, sem depender de repasses do Tesouro, como aconteceu no passado recente.

Informações de um PDV no BNDES circulavam antes mesmo da chegada do atual presidente, Gustavo Montezano ao banco, em julho de 2019. Consolidou-se a visão entre executivos do banco de que um BNDES menor - com desembolsos na faixa de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano - poderia trabalhar com um contingente também menor de pessoal. A área de pessoas do banco vem fazendo trabalho avaliando questões como meritocracia e resultados no corpo funcional. Isso se dá em contexto em que o BNDES passou a operar com linhas mais próximas do custo de mercado e dando mais ênfase à prestação de serviços ao setor público nas três esferas de governo.

A partir de hoje, o banco fará videoconferências para explicar o plano aos funcionários e vai disponibilizar simulador para que as pessoas façam contas. O

período de adesão vai de 27 deste mês até 21 de agosto. Há quem considere que a adesão de 70% a 75% dos elegíveis seria um número razoável de ser atingido. Entre os elegíveis, há pessoas com nível de formação fundamental, média e superior. A avaliação do BNDES é de que uma adesão de 10% é relevante e não há intenção de fazer um corte mais drástico da folha da instituição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos do mundo

SENHOR FINANÇAS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.

OKINA

LINK PATROCINADO

Terapeutas confusos: Alongamento de 30 segundos elimina anos de dores nas costas (Assista)

PROGRAMA COLUNA SEM DOR

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Acionistas minoritários tentam liminar contra Gol

VALOR INVESTE

Cenários das despesas públicas em 2021

Governo terá de lidar com o desafio político e econômico de interromper o “Coronavoucher”

Por Alexandre Manoel e Helder Rebouças

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



— Foto: Mohamed Hassan/ Pixabay

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021, a ser enviado ao Congresso Nacional até dia 31 de agosto, terá de respeitar o teto constitucional dos gastos públicos. Conforme a metodologia vigente, o limite superior do teto será da ordem de R\$ 1,485 trilhão, resultado da aplicação da variação do IPCA de 2,13% (julho/2019 a junho/2020) sobre o teto de 2020. Esse limite implica, portanto, um espaço fiscal de R\$ 31 bilhões, em 2021. É o que demonstra a tabela.

Esse “aperto” em 2021, além da baixa variação do IPCA, decorre da rigidez orçamentária, a exigir revisão das despesas obrigatórias, que hoje ocupam cerca de 93% do orçamento. Isso favorece o baixo nível de investimento público federal (0,6 % do PIB), apontando reduzido grau de liberdade para políticas anticíclicas, face aos efeitos socioeconômicos da pandemia. A partir da tabela, foram elaborados três cenários para a trajetória da despesa pública do governo federal em 2021, levando em conta regras do teto de gastos e de resultado primário.

Teto de despesas e espaço fiscal

Em R\$ bilhões

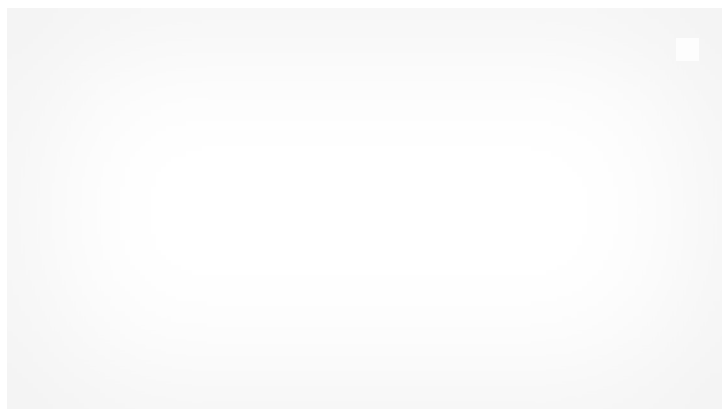
	2018	2019	2020	2021
Limite superior	1.348	1.407	1.454	1.485
IPCA (%)	4,4	3,4	2,13	-
Espaço fiscal	40	59	48	31
Despesas pagas	1.288	1.373	-	-
Folga em relação ao limite	60	34	-	-

Fonte: Elaboração dos autores, com base em relatórios da STN.

No cenário 1, supõe-se que o teto das despesas e a meta do resultado primário continuarão atuando simultaneamente, como ocorreu em 2019, sem orçamento paralelo de gastos para o combate à covid-19. Em 2021, portanto, seriam inviáveis

avanços no já combalido nível de investimento público federal e no volume de despesas para programas sociais.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

No cenário 2, vislumbra-se a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) para 2021, já enviado ao Congresso, sem meta de resultado primário e sem previsão de contingenciamento de despesas, no caso de frustração da receita. Aqui, se a receita não se comportar como esperado no PLOA, ajusta-se automaticamente a meta de resultado primário, sem necessidade de aumentar impostos ou diminuir despesas. Na prática, a execução das despesas será balizada pelo teto constitucional dos gastos. Neste cenário, o espaço fiscal de R\$ 31 bilhões, em 2021, constituir-se-ia numa espécie de “teto renovado”, que poderia ser utilizado, por exemplo, em políticas públicas anticíclicas.

Conforme a tabela, a folga de R\$ 60 bilhões em 2018 indica que, além de o espaço fiscal de R\$ 40 bilhões gerado pela regra do teto não ter sido utilizado, houve uma mistura de contingenciamento, empoçamento e sub-execução financeira de R\$ 20 bilhões. Já a folga de R\$ 34 bilhões, em 2019, revela que, do espaço fiscal de R\$ 59 bilhões, foram utilizados R\$ 25 bilhões. Em linhas gerais, tais “folgas” ocorreram porque o governo perseguiu simultaneamente metas de teto e de resultado primário.

A ausência de meta de primário na LDO, no entanto, gera expectativas negativas, em razão da incerteza na trajetória de dívida pública esperada pelo governo. Deve-se considerar, portanto, a fixação de regra de endividamento da União, que aponte para a sustentabilidade fiscal, integrada à regra do teto. Isso traria previsibilidade à

política fiscal. Com essa regra, aproximamos o modelo brasileiro de regras fiscais ao da União Europeia.

Governo terá de lidar com o desafio político e econômico de interromper o “Coronavoucher”

O cenário 3, com meta de resultado primário, supõe a manutenção de parte do “Coronavoucher” por meio da instituição de imposto sobre transações, como sugerido pelo deputado Arthur Lira (Progressistas/AL), em entrevista a este Valor no dia 9/7. Caso tais despesas impliquem ultrapassar o espaço fiscal de 2021 (R\$ 31 bilhões), será preciso flexibilizar constitucionalmente o teto da despesa.

Independentemente dos cenários, estima-se que muitos segmentos demandarão incremento dos investimento público federal, ao menos para o patamar médio histórico de 1% do PIB (que consumiria em torno de R\$ 15 bilhões do espaço fiscal). Isso, a título de contribuição da política fiscal para a recuperação econômica e o enfrentamento do desemprego, cuja projeção acena para mais de 18 milhões de desempregados no final do ano.

Aliás, no período 2007-2019, houve correlação positiva e significativa de 0,7% entre o investimento público federal e a formação bruta de capital fixo (FBCF), que mede o comportamento da capacidade produtiva da economia. Cabe registrar ainda que o investimento público federal já diminuiu de uma média de 1,1% do PIB no triênio 2014-2016 para 0,7% do PIB em 2017-2019, enquanto a FBCF também declinou de 17,7% (2014-2016) para 15,1% do PIB (2017-2019).

Além de tudo, o governo terá de lidar com o desafio político e econômico de interromper o “Coronavoucher”. Caso a alternativa seja a manutenção de uma fração do benefício, por meio da junção de programas sociais existentes, como o abono salarial e seguro defeso, ainda assim se exige alguma transição em 2021, pois suas fontes de financiamento não ficarão disponibilizadas imediatamente.

Ao lado do exame dos cenários aqui descritos, devem ser também superados os tradicionais debates sobre formalismos, codificações e rotinas burocráticas, predominantes na prática orçamentária brasileira, fiadores do atual cipoal orçamentário, que nada agregam à qualidade da despesa pública e à adequada

Equipe econômica busca desenho fiscal para viabilizar IR negativo

Usar parte do programa na formação de um capital para o futuro pode evitar uma quebra do teto de gastos

Por **Fabio Graner** — De Brasília

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Além do desafio de construir um desenho técnico que funcione para a ideia de Imposto de Renda Negativo, a equipe econômica também está à procura de um desenho fiscal adequado para o mecanismo que o ministro Paulo Guedes tem chamado de “rampa de acesso” para os informais. A principal questão é se o crédito desse benefício para os trabalhadores de baixa renda fora do Renda Brasil (o Bolsa Família turbinado, que também está em elaboração) terá impacto na despesa imediatamente ou não.

POIS DA PUBLICIDADE

Guedes indicou recentemente que o IR negativo pode capitalizar uma renda para o futuro, na aposentadoria, em vez de ser pago imediatamente. Essa hipótese pode postergar o impacto fiscal, mas ainda depende de como o crédito ao trabalhador será contabilizado.

Um dos cenários é que a despesa seja registrada à medida que o trabalhador faça jus ao direito, o que pressionaria o teto de gastos no curto prazo. Seria o mecanismo

mais tradicional e padrão de contabilização de uma despesa. Como o governo é deficitário, isso implicaria endividamento imediato.

O outro caminho é que isso seja contabilizado sem impacto imediato na despesa, gerando um débito para o futuro (semelhante a um passivo atuarial previdenciário) que impactará a despesa e a dívida pública só depois de décadas.

Nessa segunda hipótese, discute-se como se pagar essa dívida. Uma das possibilidades é já prever o redirecionamento de outros programas públicos para este. Um dos exemplos é acabar ou reduzir as deduções de Imposto de Renda, direcionando o dinheiro para bancar essa despesa.

Outra possibilidade envolve a constituição de um fundo público com ativos públicos (remanejamento de ativos), que serviria para bancar essa despesa lá na frente. Como o teto de gastos só vale por 20 anos, esse desenho superaria essa restrição.

Mas a hipótese do fundo também está sendo considerada para bancar parte do Renda Brasil, o programa social, a partir do rendimento que esses ativos podem gerar ao longo do tempo. Além disso, esses bens redirecionados para esse fundo poderiam acabar sendo vendidos na frente (privatização) para fazer frente às despesas futuras desses programas.

Outra alternativa seria dar um tratamento como restituição de tributo, o que driblaria o teto de gastos e permitiria o benefício no curto prazo. Essa hipótese esbarra no fato de que o eventual beneficiário não recolhe IR, embora pague outros tributos indiretos ao consumir.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, não é boa a ideia de colocar o IR negativo para ser acessível apenas na aposentadoria. “Os teóricos que pensaram nisso, inclusive o [Milton] Friedman, [pensaram em] ter um programa para se reduzir desigualdade. Não faz sentido dar recurso para a pessoa acessar apenas lá na frente”, disse, destacando que o ideal é que haja um programa de renda mínima bem equacionado em termos de financiamento, tanto pelo lado da despesa (reduzindo outros gastos obrigatórios) quanto pelo da receita.

Para ele, o programa de renda mínima deve ser prioridade, mas em bases fiscalmente sustentáveis. “É preciso criar espaço fiscal para que o programa atenda demandas de curto prazo, tem que ser transferência de renda, não adianta colocar aumento de possibilidades lá na frente. Isso me parece descolado da realidade”, disse. “É preciso um plano fiscal de médio prazo que considere as necessidades mais prementes.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos do mundo

SENHOR FINANÇAS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.

OKINA

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Lula defende Gilmar Mendes sobre críticas à atuação do Exército na Saúde

VALOR INVESTE

Governo aceita elevar a complementação do Fundeb, mas quer incluir transferência de renda

Condição do Ministério da Economia é que diferença seja repassada a famílias com crianças em idade escolar e pré-escolar

Por Fabio Graner, Matheus Schuch e Fabio Murakawa — De Brasília

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



A deputada Dorinha Seabra: insistência na complementação maior e apoio de entidades ligadas à educação — Foto: Adriana Lorete/O Globo

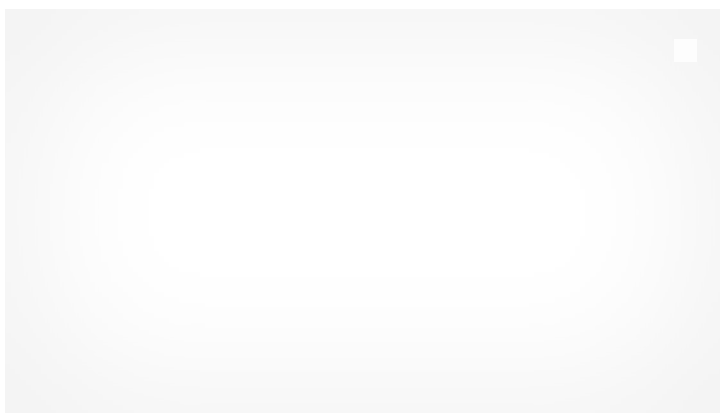
Na reta final das negociações, o governo flexibilizou sua posição e agora aceita elevar a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica (Fundeb) para 20%. Desde que uma parte do recurso extra seja direcionada para transferência direta de renda a famílias com crianças em idade escolar e pré-escolar. Isso, na leitura da equipe econômica, produziria resultados melhores.

Anteriormente, o time do ministro Paulo Guedes aceitava a elevação dos atuais 10% para 15% dos aportes de Estados e municípios até 2026. A relatora, deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), e a bancada da educação insistem no 20%. Por isso, o governo propõe que a diferença de 5% vá para transferência de renda.

Com a flexibilização sinalizada, o governo conseguiria reforçar o seu programa social em gestação, o Renda Brasil, sem a restrição do teto de gastos, já que o Fundeb está fora desse limite. O governo diz querer colocar todas crianças em creche.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O Palácio do Planalto, que na manhã desta segunda-feira receberá líderes partidários para uma reunião com o ministro Luiz Ramos (Governo), admite negociar os termos da nova proposta apresentada, diante das resistências já manifestadas pela bancada da Educação e outros representantes do setor. A votação do texto está prevista para essa semana.

Estudo interno do Ministério da Economia ao qual o **Valor** teve acesso destaca que a literatura aponta que priorizar a educação na primeira infância é uma forma de ampliar a capacidade cognitiva da pessoa. “Como resultado, além dos aspectos relacionados à cidadania, tem-se maior retorno econômico quando as intervenções são feitas cedo. A razão está na dinâmica, já que habilidades iniciais tornam mais fácil o processo de aquisição de novas habilidades”, diz o texto. “Programas direcionados ao período da adolescência e da juventude são mais caros e menos

eficientes em produzir o mesmo nível de habilidade atingida na fase adulta”, completa.

Nesse sentido, o material salienta que a reformulação do Fundeb é uma excelente oportunidade que se coloca para ampliar os investimentos na primeira infância. “A política constitui-se, ainda, em um eficiente mecanismo de transferência de renda, na medida em que as famílias mais pobres são justamente aquelas com crianças em idade escolar”, ressalta.

Segundo o documento, estudos apontam que o valor ideal de gasto por aluno no Brasil seria da ordem de R\$ R\$ 4,1 mil nos valores de 2015, ano de apresentação da PEC do Fundeb (R\$ 4,65 mil ano, em valores atualizados a 2018). A partir desse montante, de acordo com o texto, não haveria ganhos substanciais de qualidade de ensino.

O Ministério da Economia diz que para se atingir esse nível ideal seria necessário ampliar a complementação da União em 37,5%, passando dos atuais 10% para 13,75%, combinando com aperfeiçoamentos na forma de distribuição. O valor do estudo é menor que os números efetivamente em discussão (15% e 20%”). Se chegar a 20%, a complementação levaria a um gasto por aluno de R\$ 4,56 mil em valores de 2015.

O governo quer também aperfeiçoar a distribuição do dinheiro. “Atualmente, a complementação da União é direcionada aos estados mais pobres. Desta forma, são direcionados recursos para municípios ricos de estados pobres, em detrimento de municípios pobres de estados ricos”, diz o texto. O material explica que a ideia é fazer “a transferência “ente a ente”, isto é, direcionando os recursos às redes de ensino, sejam elas municipais ou estaduais”. “Com isto, atinge-se dois objetivos: (i) aumenta-se o valor investido por aluno, exigindo menor complementação da União, e garante-se melhor equidade na distribuição”, completa.

O Ceará é citado como referência para melhorar a eficiência do gasto em educação. O caso do Estado, que tem bom desempenho (Ideb superior a 6,0) com investimento por aluno da ordem de R\$ 3.735 (em valores de 2018), reforçaria que é possível obter bons resultados com valores nesse patamar - diz o documento.

“Observa-se, por exemplo, que o estado aplicou menos que Sergipe e conseguiu um melhor resultado.”

Nas negociações, o governo insiste em iniciar o aumento da complementação na educação básica em 2022 e não no ano que vem, que seria mantido em 10%. A alegação é a limitação de recursos e a necessidade de maior flexibilidade orçamentária no processo de recuperação econômica após a pandemia. Também não aceita a ideia de excluir a possibilidade dos Municípios pagarem aposentadorias dos professores com recursos do Fundo, dada a situação fiscal frágil dos entes, que os colocariam em um quadro de risco de quebra para pagar os benefícios previdenciários de seus inativos.

O Instituto Educadores, que reúne ex-secretários estaduais de Educação, divulgou nota com críticas à proposta do governo. Segundo a instituição, se o plano for seguido, isso representará o fim do Fundeb. “Não é apenas um total desrespeito ao Congresso Nacional e aos diversos atores que participaram da ampla discussão da PEC 15/2015 nos últimos cinco anos, mas um claro indicativo que o Ensino não é prioridade para quem a escreveu”, diz.

O Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) também criticou a proposta em vários pontos. Um deles refere-se à contraproposta do governo para remuneração dos professores. A entidade conclama lideranças do Congresso a aprovar o texto de Dorinha “tal como esta se apresenta hoje, pois representa o resultado de mais de cinco anos de amplo debate com Estados, municípios e a sociedade civil organizada em benefício da educação no Brasil”. **(Colaborou Raphael Di Cunto)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.
OKINA

Maia vê país sem agenda e critica 'burla' ao Teto para Renda Mínima

Presidente da Câmara vê uma janela de apenas 12 meses para aprovar as reformas mais importantes no Congresso, antes que a eleição geral de 2022 contamine de vez os debates

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



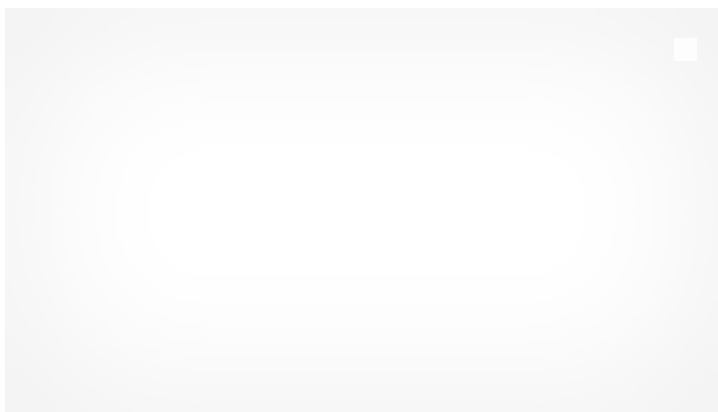
Maia avalia que governo tem janela de apenas 12 meses para aprovar no Congresso as reformas mais importantes — Foto: Anderson Lira / FramePhoto / Agência O Globo

A seis meses de encerrar seu terceiro mandato na presidência da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) vê uma janela de apenas 12 meses para aprovar as reformas mais importantes no Congresso, antes que a eleição geral de 2022 contamine de vez os debates. Maia, no entanto, aponta a ausência de um agenda para tirar o país da crise após a pandemia de covid-19 matar milhares de brasileiros, aumentar o desemprego e derrubar a economia.

“Está faltando a construção de uma agenda que olhe o futuro, um olhar macro sobre como é que o Brasil sai da crise. Isso tem me preocupado. Outros países já estão pensando nisso”, afirma Maia, citando um documento português sobre investimentos em infraestrutura e na gestão ambiental. “Está faltando organizar essas ideias e ter um norte, um caminho dentro da nossa realidade.”

Maia afirma que o governo só mandará a reforma tributária amanhã por pressão da Câmara e que o projeto é um “subproduto” das propostas de emenda constitucional (PEC) 45 e 110, já em debate no Congresso, mas que será analisado e decidido qual tem maior chance de aprovação. O deputado diz ter “expectativa” de que o presidente Jair Bolsonaro desista de enviar somente em 2021 a PEC de modernização do serviço público. “Se deixar para começar o debate no ano que vem, não aprova”, garante.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O presidente da Câmara recebeu o **Valor** ontem, um dia depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, divulgar contraproposta à PEC do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que a Câmara votaria hoje. Guedes é contra aumentar o fundo e sugeriu que metade do dinheiro custeie a reformulação do Bolsa Família.

Para Maia, a proposta é ruim porque o governo não dá prioridade para a educação e ainda tenta burlar o Teto de Gastos (que desde 2016 impede o crescimento dos gastos acima da inflação, mas o Fundeb está fora desse controle). Se quer mudar essa regra, afirma, a discussão precisa ser transparente. “Eu achava, no passado, que o governo estava na linha de cortar gastos para financiar programas, mas agora vem querer criar imposto [CPMF] para isso. Essa foi a mesma política de anos anteriores e que não deu certo”, diz. A seguir, a entrevista:

Valor: *O governo propôs que parte dos recursos que iriam para a Educação na PEC do Fundeb seja usada para custear a reformulação do Bolsa Família. O sr. concorda?*

Rodrigo Maia: O dinheiro da renda mínima tem que vir em outra PEC. É um outro debate, não dá para misturar. Estão querendo aproveitar o Fundeb, por estar excluído do Teto de Gastos, mas isso não significa que vamos utilizar essa excepcionalidade no Teto como “ônibus” de outros interesses - que são legítimos e urgentes, mas precisam ser debatidos de forma clara. Se o governo quer modernizar o Bolsa Família e está com problema no Teto, ele tem que ser transparente.

Valor: *Estão tentando esconder a falta de dinheiro do Renda Brasil?*

Maia: O governo tem defendido, tanto quanto eu e alguns deputados, o Teto de Gastos de forma muito firme. Se quer debater [uma mudança], tem que fazer a proposta para o Congresso discutir. Não dá para fazer dentro do Fundeb, que foi muito importante para melhoria da qualidade da educação e, com o aumento dos aportes, será ainda mais. A gente está olhando os vulneráveis, muitos que também estudam em escola pública. Não é só transferência de renda que vai resolver a pobreza, é algo multidimensional, e a melhor política social sempre foi a educação. Claro, se quiser reduzir o crescimento do Fundeb no primeiro ano por causa da pandemia, podemos discutir, mas sem misturar as coisas.

Valor: *O auxílio emergencial só durará mais dois meses e há pressão para prorrogá-lo até o fim do ano. Esse debate não é urgente?*

Maia: É urgente e, quando falei com o presidente, sugeri que prorrogasse por dois meses e já apresentasse uma proposta de renda mínima para debatermos. Mas

também temos várias urgências na educação. As crianças da rede pública, as mais vulneráveis, vão perder o ano letivo. Só quem estudou minimamente foram os alunos de escolas privadas de boa qualidade, com estrutura em casa, internet e bom computador. Não é a maior parte dos brasileiros. O governo quer deixar o aumento do Fundeb para 2022. Acho que está errado. Por quê adiar, se o drama dessas crianças está bem na nossa frente?

“

A minha posição em relação à CPMF é clara: é um imposto injusto, que penaliza os mais pobres. Não vou mudar”

Valor: *O governo alega que não tem dinheiro para as duas coisas.*

Maia: Não acho que seja o problema. Temos feito as reformas, como a da Previdência, e quando o Parlamento toma a decisão [de gastar], é responsável pela solução no Orçamento, agora que é impositivo. É como a desoneração da folha de salários. Se o Congresso derrubar o veto do presidente, terá que encaixar o dinheiro no Orçamento. Foi o que ocorreu com a MP 905 [do emprego verde e amarelo]. O governo sugeriu tributar o seguro-desemprego, que sabia que não tinha viabilidade, e depois soltou uma nota técnica dizendo onde estavam os R\$ 4 bilhões. No Fundeb, são R\$ 3 bilhões em 2021.

Valor: *Mas o senhor já defendeu a revisão do Teto de Gastos...*

Maia: Só depois de reorganizar as despesas. Tenho muita expectativa de que o presidente recue na decisão de não tratar da modernização da administração pública. Se o governo não quer mandar emenda constitucional porque acha mais difícil aprovar, podia olhar o projeto da Ana Carla [Abrão], que é lei complementar e pode ser o caminho. Não podemos repetir o erro dos governos do PT, de aumentar a carga tributária para poder gastar mais - e de forma meritória, porque os erros são sempre cometidos em temas meritórios, como pagar a renda mínima ou investir em infraestrutura. Mas a sociedade pagar mais impostos e reduzir ainda mais a competitividade das empresas não é meritório.

Valor: *Mas como seria essa revisão no Teto de Gastos então?*

Maia: O governo precisa reduzir os quase R\$ 400 bilhões em incentivos tributários, rever o lucro presumido, as deduções do Imposto de Renda, fazer a reforma administrativa. Abriu esse espaço fiscal, não estou defendendo que use para pagar dívida, não é hora disso. Usa para fazer política pública na área social, na educação, na infraestrutura e, com o crescimento da economia, vai aumentar a arrecadação. Eu achava, no passado, que o governo estava nessa linha, mas agora vem querer criar imposto para financiar programas. Essa foi a mesma política de anos anteriores e que não deu certo.

Valor: *Vincular a nova CPMF ao Renda Brasil não seria uma estratégia eficaz para aprová-la? Guedes diz que o sr "interdita" o debate sobre a CPMF na reforma tributária.*

Maia: Fico muito feliz que o governo está finalmente encaminhando uma proposta, quase um ano depois de anunciar que mandaria. A minha posição em relação à CPMF é clara: é um imposto injusto, que penaliza os mais pobres. Não vou mudar. Agora, o debate sobre a reforma só voltou por causa da Câmara. Se não tivéssemos convocado a reunião, o governo continuaria parado. Estou cada vez mais convencido de que essa reforma é a única capaz de aumentar a arrecadação pelo lado saudável, do crescimento, e não pela criação de tributos, como o governo quer. Governos anteriores aumentaram a carga tributária em 9% do PIB sem nenhum grande resultado para a sociedade. Tirou 10% da renda dos brasileiros e para quê?

Valor: *E como fica o debate sobre essa proposta do governo?*

Maia: O projeto é um subproduto das PECs 45 e da 110. Vamos debater junto e avaliar ao longo das próximas semanas qual texto que tem voto para ser aprovado. Se as PECs, por exigirem quórum mais qualificado, tiverem dificuldade e a proposta do governo [que é projeto de lei] tiver os votos para ser aprovada sozinha, vamos na do governo. Não temos problema com isso. Mas, na minha opinião, pela experiência dos governos Dilma e Temer, a PEC tem mais chances por ser mais ampla, mais equilibrada, com menor resistência nos serviços porque inclui também o ISS. Na PEC alguns setores, como bebidas e cosméticos, tem aumento de carga de um lado e redução de outro, distribui melhor.

Valor: *O senhor almoçou com Guedes por três horas. O que combinaram?*

Maia: Foi conversa sobre tudo, sobre os projetos que existem, como cada um está vendo o cenário. Uma conversa normal.

Valor: *Mas acertaram a agenda?*

Maia: Tem uma pauta aí, vamos andar com ela. Não vejo problema em votar a lei do gás, foi aprovada com certa unanimidade na comissão, tem algumas críticas, mas vamos ver como é que avança. A autonomia do Banco Central o Senado está pedindo para votar antes. O [senador] Plínio [Valério] reclamou e eu disse que não tinha problema. Quer votar antes, vota. Na Câmara, tem a questão da recuperação judicial que precisa votar mais rápido - aprovamos uma versão emergencial, mas teve muito ruído e o Senado acertadamente segurou, vamos votar o texto completo.

Valor: *Não tem previsão de novos projetos para retomada da economia após a covid-19?*

Maia: Está faltando a construção de uma agenda que olhe o futuro, um olhar macro sobre como é que o Brasil sai da crise. Isso tem me preocupado. Outros países já estão pensando nisso. Portugal está pensando isso, do ponto de vista da infraestrutura, integração ferroviária à Europa, meio ambiente. No Brasil, está faltando organizar essas ideias e ter um norte, um caminho dentro da nossa realidade. Elencar o que é mais importante: reforma administrativa, PEC emergencial e reforma tributária. Embaixo: mudar os marcos regulatórios. Discutir a fundo a renda mínima.

Valor: *Com a pressão do exterior, melhorou o cenário para votar projetos ligados ao meio ambiente, como o licenciamento ambiental?*

Maia: É preciso debater uma ampla agenda vinculada ao meio ambiente. Claro que o licenciamento é importante, mas a gente não pode cometer erros. Todos vão entender a importância desse projeto, desde que tenha os limites necessários. O importante na lei não é flexibilizar nada, é dar clareza ao que pode e o que não pode para que o burocrata na ponta não segure os processos. Mas essa agenda é maior do que discutir só isso - temos a retomada do mercado de crédito de carbono, uma

reforma tributária que olhe as questões ambientais e também cobrar que as agências de controle do Executivo voltem a funcionar.

Valor: *A reforma administrativa ficar para 2021 é prejudicial?*

Maia: Nada vai acontecer se o debate começar no próximo ano. Sabe o motivo? Se já estamos vendo algum ambiente eleitoral nascendo no debate político de agora, no segundo semestre do ano que vem isso vai estar muito mais forte. Então ou as coisas começam a andar agora e terminam até junho ou não vai se aprovar mais nada relevante. Se deixar o início do debate da reforma tributária para fevereiro, não será aprovada. Se começar a tratar da administrativa em março, ela não será aprovada. O governo ainda tem os próximos 12 meses para aprovar questões relevantes. Mesmo que não termine de votar tudo neste ano, se os textos estão prontos, se uma das Casas votar, já há debate bem avançado na sociedade.

Valor: *É possível aprovar a reforma tributária ainda em 2020?*

Maia: Pelo menos na Câmara, acredito que vote. O ideal é que vote nas duas Casas, mas, se pelo menos votar na Câmara, já será um grande passo.

Valor: *O senhor defende derrubar os vetos ao marco do saneamento?*

Maia: Temos que trabalhar para derrubar. Defendo o veto do ponto de visto do mérito, mas, no Parlamento, o que vale é o acordo. Se os deputados e senadores deram a palavra ao conjunto de parlamentares de que o artigo não seria vetado, tem que derrubar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

O Grande Experimento

Preocupação excessiva com o deficit fiscal e a dívida pública é um equívoco

Por Carlos Primo Braga

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



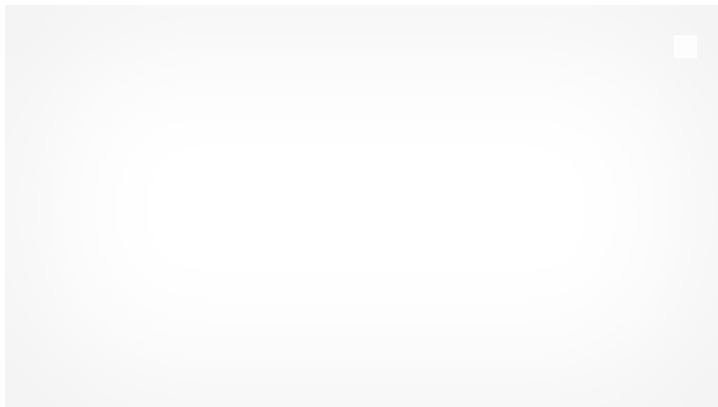
A pandemia da covid-19 tem gerado respostas fiscais expansionistas ao redor do mundo. Medidas de estímulo econômico devem superar a marca de 8% do PIB mundial em 2020. Essas medidas tipicamente incluem subsídios para a manutenção

de empregos, benefícios assistenciais para famílias de baixa renda e trabalhadores informais, descontos e postergação de impostos, créditos subsidiados para pequenas e médias empresas (PMEs), expansão de programas de seguro-desemprego, acesso a garantias públicas para financiamento privado e financiamento para aquisição de equipamento hospitalar.

Nos EUA, por exemplo, o pacote fiscal é estimado em mais de 11% do PIB. Mesmo a Alemanha, um pilar tradicional do conservadorismo fiscal, já anunciou programas que equivalem a mais do que 8% do PIB. E no caso do Brasil, a estimativa de suporte fiscal é da ordem de 11% do PIB e tais medidas devem contribuir para um deficit primário de 6,5% do PIB em 2020 de acordo com o FMI.

A reorientação da política monetária nos parâmetros da TMM também implicaria no abandono de qualquer pretensão de que o banco central seria uma entidade independente, afetando a credibilidade da instituição e pavimentando o caminho para o retorno da inflação

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Autoridades monetárias também têm diminuído taxas de juros de referência, aumentado a oferta de liquidez e adquirido ativos financeiros em larga escala (QE). Como consequência, os ativos dos Bancos Centrais do G-10 (que incluem o Fed, o Banco Central Europeu, o Banco do Japão, o Banco da Inglaterra, o Banco do Canadá e o Banco Nacional da Suíça) aumentaram em cerca de US\$ 6 trilhões desde o início do ano, uma intervenção que equivale a mais do que o dobro do que foi observado no período 2008-2009. Várias economias emergentes (como por exemplo, Polônia,

Filipinas, Turquia e Índia) vêm também implementando políticas de afrouxamento quantitativo (QE) amortecendo o impacto econômico da pandemia.

Mercados financeiros e mercados de trabalho, no entanto, estão sinalizando trajetórias distintas em termos de recuperação econômica. No caso de mercados financeiros, a avalanche de liquidez tem estimulado o apetite por investimentos de risco. Mercados acionários ao redor do mundo, por exemplo, vêm se recuperando após a queda dramática nas primeiras semanas de março. O contraste com o desempenho dos mercados de trabalho é significativo e muitos países estão observando taxas de desemprego de dois dígitos, refletindo o impacto da crise no setor de serviços e sobre PMEs.

O futuro da economia mundial será influenciado pela evolução da pandemia e pelo cronograma para a introdução de uma vacina contra o SARS-CoV2. Mas a expansão dramática da dívida pública de governos e o inchaço dos balanços de bancos centrais terão implicações de longo prazo. No caso de países industrializados, a dívida pública bruta deve superar, na média, a marca de 120% do PIB em 2020. No caso de economias emergentes, a média superará 60% do PIB, mas em vários casos, como Angola, Argentina, Brasil e Sri Lanka, deve ultrapassar a marca de 90% do PIB.

Em um livro que co-editei (*Sovereign Debt and the Financial Crisis*, 2011), um dos capítulos analisa se há um nível da relação dívida pública/PIB a partir do qual o impacto sobre a taxa de crescimento de longo prazo tende a ser negativo. O resultado, no caso de países em desenvolvimento, é que isso ocorre quando a relação ultrapassa 64% (90%, no caso de países industrializados). Em suma, as implicações dessa expansão do endividamento público podem ser significativas.

A resposta convencional a esse tipo de desequilíbrio macroeconômico se baseia em um aumento futuro da carga tributária, redução de gastos governamentais e privatização de ativos não-estratégicos. Na visão ortodoxa, o tamanho do desequilíbrio fiscal, que segundo algumas estimativas pode gerar um deficit global agregado de US\$ 30 trilhões no período 2020-23, demandará um ajuste fiscal significativo nos próximos anos. É nesse contexto que a Teoria Monetária Moderna (TMM) vem atraindo atenção como alternativa para o ajuste macroeconômico.

A TMM já vinha sendo discutida nos EUA no contexto da viabilidade de programas ambiciosos de financiamento de saúde pública e de combate à desigualdade econômica e mudanças climáticas (o Green New Deal defendido pela esquerda do Partido Democrata). Em meio à pandemia, os seus proponentes vêm ganhando ainda mais atenção ao argumentarem que a preocupação excessiva com o déficit fiscal e a dívida pública é um equívoco. De acordo com a TMM, o papel da política monetária deveria se limitar ao controle da taxa de juros e caberia à política fiscal o papel central na determinação do nível de atividade econômica.

No “mundo” da TMM, a monetização do déficit fiscal só se traduziria em um problema, caso a economia estivesse operando acima da capacidade produtiva do país. No caso de economias operando com taxas de juros próximas a zero e com ociosidade produtiva, essa opção deveria ser explorada. Tal abordagem poderia financiar, em tese, transferências diretas aos segmentos mais pobres da sociedade.

A economia política dessa estratégia, no entanto, pode ter implicações desastrosas. Uma política fiscal ativista cria interesses a favor da perpetuação do apoio fiscal aos setores aquinhoados com as benesses governamentais. Um estímulo anti-cíclico tende a se tornar permanente. A reorientação da política monetária nos parâmetros da TMM também implicaria no abandono de qualquer pretensão de que o banco central seria uma entidade independente, afetando a credibilidade da instituição e pavimentando o caminho para o retorno da inflação. É bem verdade que a pandemia gera um viés deflacionário, mas essa situação não irá se perpetuar.

Em síntese, mesmo para um país como os EUA, que tem a capacidade de emitir a principal moeda de reserva internacional, a monetização de déficits pode alterar percepções sobre o valor do dólar, impactando taxas de câmbio de forma significativa. E para a grande maioria dos países, a adoção da TMM seria um experimento catastrófico, que tornaria as experiências recentes da Venezuela e do Zimbábwe em uma nova norma global.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

PIB fica 14,1% abaixo do potencial no 2º tri, calcula FGV

Resultado é o pior em 38 anos de série histórica, aponta levantamento

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Produtividade opera a ritmo baixo

Variação se posiciona abaixo de 1% por trimestre há 38 anos



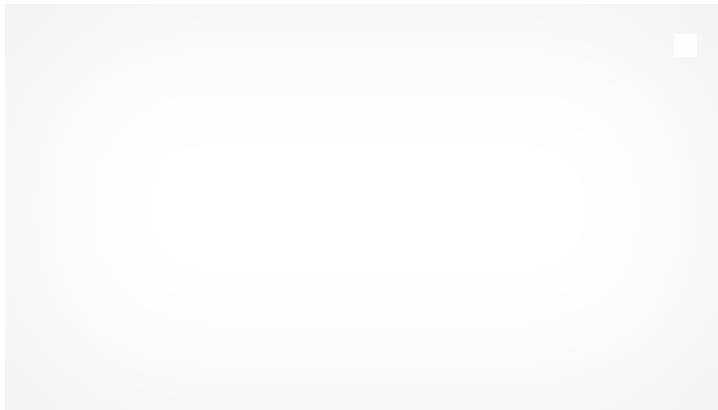
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O hiato do produto, diferença entre o PIB corrente e o PIB potencial de um país, registrou no Brasil o pior resultado em 38 anos no segundo trimestre de 2020. É o que mostra levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao qual o **Valor** teve acesso.

De acordo com o estudo, o hiato do produto no período, ou seja, diferença entre a capacidade produtiva da economia, e o que foi efetivamente alcançado, foi negativo em 14,1% - o mais baixo da série, iniciada em 1982 pela fundação sobre o tema. Um quadro de baixa confiança para investir no país, aliado à crise causada originada pela covid-19, levou ao resultado, afirma a economista da FGV Elisa Andrade, uma das organizadoras da pesquisa. “Não tínhamos recuperado ainda da recessão de 2014 e aí veio a pandemia”, considerou. “A pandemia veio coroar um desempenho que já vinha fraco.”

A FGV apurou que o produto potencial crescia, em média, 0,6% de 1982 a 2020. Já no mesmo período, o PIB efetivo subia a 0,5%. Mas, na análise trimestre a trimestre, a especialista comentou que, até o segundo trimestre deste ano, o pior resultado tinha sido no primeiro trimestre de 2017, quando houve saldo negativo de 6,6%.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A recessão pelo qual o país passou entre março de 2014 e dezembro de 2016 também gerou vários resultados negativos, no hiato em torno de 6%. A técnica pontuou ainda que, de 2005 até a recessão, o hiato sempre foi positivo - com exceção de 2009, devido à crise financeira originada do mercado subprime americano, ocorrida naquele ano.

Atualmente, o quadro está longe de ser positivo, admitiu a técnica. Os exercícios feitos para calcular o hiato do produto, elaborados pela pesquisadora em parceria com os também economistas da FGV Claudio Considera e Juliana Trece, apontam queda de 9,4% no PIB do segundo trimestre ante o primeiro trimestre, com recuo de 11,2% na comparação com segundo trimestre de 2019.

Para a especialista, o cenário atual, além do impacto da pandemia, reflete crise de falta de confiança em investir, e de baixa produtividade no país após a recessão de 2014. “Temos hoje uma questão estrutural muito forte, de não conseguir atrair investidores”, comentou a economista. “E isso atinge a questão do capital. Há a questão da confiança do investidor, abalada, por um risco Brasil muito alto, com muita burocracia para abrir negócio”, afirmou ela.

No entanto, a economista observou que o hiato de produto negativo recorde, registrado no segundo trimestre, deve ser o ponto mais baixo da série no ano. Há sinais de atividade “menos ruim” para o terceiro trimestre deste ano, admitiu.

Mas ela ponderou que isso, na prática, não significa quadro de melhora no indicador, e sim “menos pior”. “Não podemos nos esquecer que o PIB potencial já estava ruim. Nossa taxa de investimento [no total do PIB] estava muito baixa, desde 2014, quando atingiu 14% e a média brasileira entre 2011 e 2014 era de 20%”, disse a especialista. O IBGE anunciou taxa de investimento de 15,8% no primeiro trimestre deste ano. “Se não houver logo um investimento [na economia] baseado em capital, e que eleve produtividade, creio ser difícil prever crescimento do [hiato] do produto”, concluiu.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Os brasileiros mais ricos do mundo
SENHOR FINANÇAS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.

Pressão por cloroquina irrita Estados e municípios

Ministério envia ofícios solicitando divulgação do uso do remédio, que virou bandeira de Bolsonaro

Por Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro — De Brasília

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello: nota diz que ofício tem “caráter administrativo” para orientar institutos e hospitais federais — Foto: Jorge William/Agência O Globo

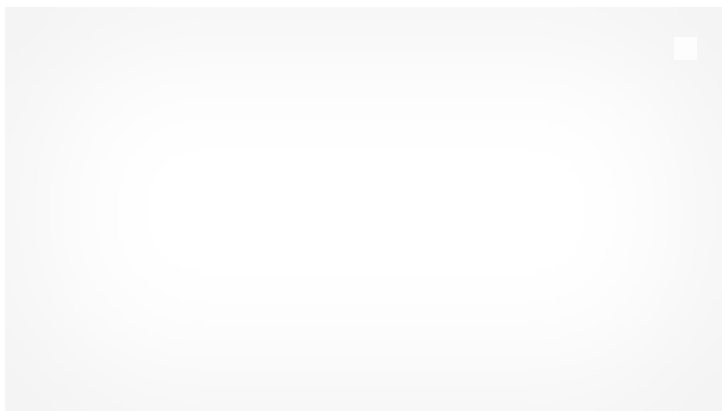
O Ministério da Saúde está pressionando secretários municipais e estaduais de saúde, além de hospitais e outras instituições federais do setor, a recomendar o uso da cloroquina como forma de tratamento precoce da covid-19. Essa insistência do governo, porém, está gerando um efeito reverso, com os gestores realçando seu

rechaço ao medicamento, que não tem eficácia comprovada no combate à doença causada pelo coronavírus.

O mais recente mal-estar ocorreu no dia 29 de junho, quando a pasta enviou um ofício a diversos órgãos “solicitando a ampla divulgação” do tratamento precoce da enfermidade.

A correspondência foi direcionada ao Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), ligado aos Estados, e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Ao **Valor**, o Conass afirmou que “não há racionalidade em defender o uso desses produtos dentro de uma política pública de medicamentos”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Também receberam a orientação as superintendências estaduais do Ministério da Saúde e outras instituições ligadas à pasta, como Grupo Hospitalar Conceição, no Rio Grande do Sul, Instituto Nacional do Câncer (Inca), Instituto Nacional de Cardiologia (INC) e o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Instituto).

Fontes ouvidas pelo **Valor** dizem que a recomendação do tratamento precoce da covid-19 não é um problema. O que incomoda é o apego do ministério ao medicamento, que tem como principal defensor o presidente Jair Bolsonaro.

Assinado pelo secretário de Atenção Especializada à Saúde, Luiz Otavio Franco Duarte, o ofício diz que é “essencial” considerar a prescrição do remédio, mediante consentimento do paciente com diagnóstico clínico de covid-19, “para tratamento medicamentoso precoce, ou seja, nos primeiros dias dos sintomas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

O documento também afirma que as unidades de saúde “devem disponibilizar ao prescritor em modalidade impressa o Termo de Ciência e Consentimento para pacientes indicados ao tratamento com cloroquina ou hidroxicloroquina isolada ou em associação a azitromicina”.

Esse pedido tem uma explicação: como não há comprovação científica da eficácia da cloroquina no combate à covid-19, esse uso não consta em bula. Portanto, para que o governo ou o médico não sejam responsabilizados por eventuais danos provocados pela cloroquina, o paciente deve assinar um termo assumindo todos os riscos.

O ofício pede também que as unidades façam monitoramento “por meio de eletrocardiograma para pacientes nos primeiro, terceiro e quinto dias de tratamento com cloroquina ou hidroxicloroquina isolada ou em associação com azitromicina”.

A orientação se deve ao fato de que o medicamento pode causar arritmias cardíacas graves como efeito colateral. Diagnosticado com covid-19, Bolsonaro atribuiu uma melhora imediata em seu estado de saúde à cloroquina. Ele faz dois eletrocardiogramas diários no Palácio da Alvorada, onde está isolado. Não se tem notícia de que o SUS esteja monitorando a condição cardíaca de outros pacientes com covid-19.

Técnicos do ministério viram o ofício como uma forma de pressão para o uso do remédio. Fontes ligadas a instituições federais e governos municipais e estaduais também tiveram essa impressão.

Em nota enviada ao **Valor**, o Conass fez duras críticas à postura do ministério. A entidade, que congrega os secretários estaduais de Saúde, citou um recente parecer da Sociedade Brasileira de Imunologia que concluiu “que ainda é precoce a recomendação de uso deste medicamento na covid-19”.

O Conass também lembrou que “a Organização Mundial da Saúde não reconhece nenhum medicamento ou vacina para a covid-19”. E que a Food and Drug Administration (FDA), agência federal do governo americano, “alertou que ‘não há provas’ de que hidroxicloroquina e cloroquina sejam seguras ou eficazes para tratar

e prevenir a covid-19". Citou, além disso, que os estudos científicos realizados até aqui "não comprovam a eficácia e a utilização desse medicamento na covid-19".

"O Conass entende que não há racionalidade em defender o uso desses produtos dentro de uma política pública de medicamentos, muito menos para uso de forma precoce", disse a nota. "No entanto, é importante salientar a autonomia dos entes federados e o direito do médico em prescrever, assim como do paciente consentir com o seu uso, assumindo a inteira responsabilidade por tais condutas."

Já a Fiocruz se disse ciente das orientações do ministério para o uso "off label" (ou seja, diferente da recomendada pela Anvisa) da cloroquina. E afirmou ser competência dos médicos sua possível prescrição.

O Ministério da Saúde disse que o ofício tem "caráter administrativo para orientar os institutos e hospitais federais sobre a Nota Técnica divulgada pelo Ministério da Saúde, que trata do enfrentamento precoce da covid-19".

Essa nota foi publicada em maio, já na gestão de Eduardo Pazuello. O general assumiu o posto em caráter interino após a demissão de Henrique Mandetta e Nelson Teich, ambos médicos e que se recusaram a endossar a prescrição da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19.

"A pasta divulgou novas orientações sobre uso de medicamentos, em que a prescrição permanece a critério do médico, sendo necessária também a vontade declarada do paciente. No caso de pacientes pediátricos ou incapacitados, é necessário consentimento de pais ou responsáveis legais", disse a Saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

Revolução tributária na era digital

As novas formas de interação do capital e do trabalho demandam não uma simples reforma, mas uma revolução tributária, que quebre paradigmas

Por Roberto Duque Estrada

20/07/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Há décadas em que nada acontece, há semanas em que acontecem décadas. Essa frase de Lênin bem ilustra o efeito transformador que a pandemia da Covid-19 impôs sobre a sociedade global. O ritmo das mudanças que já vinham se materializando foi dramaticamente acelerado.

Estaremos amanhã como estaríamos daqui a dez anos. As consequências políticas, sociais e econômicas dessa aceleração disruptiva serão por todos nós sentidas. Alguns suportarão melhor, outros pior, darwinianamente sobreviverão os melhores adaptados. Há previsões para todos os gostos sobre o “novo normal”. Mas apenas uma coisa é certa: a pandemia marca o começo de uma nova era, como a gripe espanhola foi um dos marcos do fim da Era dos Impérios e o começo da Era dos Extremos, o breve século XX, para usar as clássicas terminologias de Hobsbawm.

As novas formas de interação do capital e do trabalho demandam não uma simples reforma, mas uma revolução tributária, que quebre paradigmas

As novas formas de interação do capital e do trabalho demandam não uma simples reforma, mas uma revolução tributária, que quebre antigos paradigmas e permita a entrada na Era Digital, com um modelo de tributação adequado às novas relações econômicas.

É indiscutível que se precisa desonerar a folha de salários. A perda de empregos provocada pelas medidas de restrição da atividade econômica impostas por decretos governamentais é irreversível. Mais pessoas estão desempregadas e, pior que isso, muitas tornaram-se obsoletas. Já não mais conseguirão empregos, pois suas posições se extinguíram. E nada se resolverá com medidas como as dos ludistas ingleses do princípio do século XIX, que destruíam máquinas em protesto contra a automação.

Foi a alta carga tributária sobre a contratação de empregados que induziu à tão criticada “pejotização”, movimento consistente na constituição de pessoas jurídicas (PJs) para prestação de serviços às empresas em lugar da “carteira assinada”.

A redução de custos provocada pela utilização de uma alternativa juridicamente válida - exercício da atividade profissional através de uma pessoa jurídica - tem sido severamente recriminada pelas autoridades fiscais. Com efeito, para além da eliminação dos ônus da tributação da folha de salários, a pessoa jurídica prestadora de serviços sob o regime do lucro presumido acaba tendo uma tributação inferior àquela que incide sobre as pessoas físicas, taxadas pelas alíquotas progressivas do IRPF.

Uma das facetas dessa reação fiscal é a tentativa de taxaço dos dividendos. A eliminação da dupla tributação econômica da mesma renda - enquanto lucro ao nível da pessoa jurídica e enquanto dividendo ao nível da pessoa, física ou jurídica, que o recebe - foi um grande avanço de simplificação e justiça fiscal introduzida em 1995, que não deveria ser jogada fora, como pérolas aos porcos, por populismo tributário. Seria um gravíssimo retrocesso.

Em primeiro lugar porque a maioria esmagadora dos profissionais liberais e empresários exercem suas atividades por meio das pessoas jurídicas submetidas ao regime do lucro presumido e não podem ser considerados “pejotizados”. Trata-se de empreendedores que assumem os riscos dos seus negócios, suportam custos com locação, salários, tributos, planos de saúde, entre outros, e não podem ser comparados aos funcionários públicos ou privados, em situação radicalmente distinta quanto a esses fatores. A sobrevivência dos empreendedores - motores da economia criativa e inovadora - é transcendental para a retomada pós-Covid-19.

Acresce que a “universalização” do lucro presumido, associada à exoneração dos dividendos, eliminou custos com a fiscalização de dedução de despesas, com o combate aos esquemas de distribuição disfarçada de lucros etc. A máquina estatal terá que se reaparelhar para retornar a fiscalizar tais situações. Será que vale a pena retroceder? Já fizeram as contas sobre os ganhos efetivos?

No campo da tributação do consumo, é tempo de simplificar. A dicotomia entre mercadorias e serviços, categorias econômicas expressamente utilizadas pelo constituinte para conferir competência tributárias aos entes políticos, tornou-se cada vez mais difusa no mundo digital. A solução histórica do STF de tributar o software de prateleira como mercadoria, sujeito ao ICMS, e o software customizado como serviço, sujeito ao ISS, já não faz mais qualquer sentido nos dias de hoje em que tudo o que era sólido desmanchou-se no ar.

A desmaterialização digital tornou essa distinção ultrapassada. Apenas a tributação dos fluxos financeiros (com atenção às bitcoins) permitirá uma arrecadação eficaz sobre manifestações de capacidade contributiva no ambiente digital.

Um tributo sobre valor acrescentado, como o IBS da PEC 45, ainda será necessário, posto que adequado às relações econômicas da indústria e do comércio. Mas a PEC precisará de ajustes para que não onere de forma assaz gravosa as prestações de serviços, inviabilizando o setor econômico que mais se desenvolveu no Brasil nos últimos anos junto com o agronegócio.

Enfim, o desafio é complexo e requer uma visão global e coordenada entre as diversas esferas do poder político. É fundamental que Executivo e Legislativo encontrem rapidamente um consenso para dar as respostas urgentes que a sociedade brasileira demanda para enfrentar os desafios desse admirável mundo novo, que já começou.

Roberto Duque Estrada é sócio fundador do BDE- Brigagão, Duque Estrada Advogados, diretor da ABDF, conselheiro do Conselho de Governança e Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro, membro do Conselho Diretor da Abrasca, membro do comitê de assuntos fiscais da International Bar Association.

mercado coronavírus



O ministro Paulo Guedes (Economia) ajusta máscara em cerimônia no Palácio do Planalto 17.jun.20/Reuters

■ O que ministro propõe não é CPMF, afirma Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou no sábado (18) que o novo imposto sobre transações defendido pelo ministro Paulo Guedes (Economia) não é a CPMF, mas se esquivou de responder se é favorável à proposta. Em uma das etapas da reforma tributária, Guedes planeja apresentar um imposto para incidir sobre transações digitais. "O que o Paulo Guedes está propondo não é CPMF, não. É uma tributação digital. É uma compensação, é eliminar um montão de encargos em troca de outro. Agora, se a sociedade não quiser, não tem problema nenhum", disse em transmissão ao vivo em redes sociais, enquanto falava com apoiadores no palácio da Alvorada. Quando lhe foi perguntado se é favorável à proposta do ministro da Economia, o presidente evitou responder. "Não pergunta se eu sou favorável, não, porque aí já é maldade."

clusão de estados e municípios na proposta poderia interditar a tramitação. A avaliação é que, além de divergências entre os entes, as eleições municipais deste ano podem criar dificuldades.

Relator da reforma tributária no Congresso, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP- PB) afirmou que o principal é que o governo apresente logo suas propostas para que a discussão seja feita em torno de medidas concretas.

"É importante o governo se colocar no debate porque a proposta do Parlamento é mais ampla", disse.

A intenção da equipe econômica de dividir o envio da proposta é vista com ressalvas por alguns líderes partidários.

"Não estamos refratários a propostas, desde que sejam para melhor. Porém, faltar não é solução, é preciso ser ousado e promover uma reforma estruturante", afirmou o líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB).

"O governo falar em fatiar a reforma é uma declaração de incapacidade de que teve de apresentar uma proposta completa. Mas a unificação de PIS e Cofins pode ser contemplada, sim, e se integrar à proposta da PEC 45", disse o líder do Cidadania na Câmara, deputado Arnaldo Jardim (SP).

Na semana passada, a Câmara retomou as discussões sobre a reforma, diante de dificuldades do Senado para restabelecer as comissões mistas.

A iniciativa foi criticada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). "Eu sei que cada Casa — a Câmara e o Senado — pode tramitar as matérias", disse.

"É importante que a gente possa continuar debatendo, mas, de fato, se a Câmara não estiver alinhada com uma proposta do Senado e com a participação decisiva do governo... Alguém acha honestamente que sai uma reforma sem a participação do governo?"

Desde o ano passado o governo promete enviar uma proposta de reforma tributária, mas o debate foi adiado por uma série de fatores, como o prolongamento das discussões das mudanças na aposentadoria, que duraram mais do que o previsto pela equipe econômica.

Mais recentemente, o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus consumiu toda a atenção do Congresso e da equipe econômica.

Agora, com medidas para a retomada da economia já encaminhadas, técnicos da Economia dizem que a reforma tributária pode ser enviada.

O governo quer começar com a junção de PIS e Cofins em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, com objetivo de iniciar uma simplificação no sistema tributário.

Para auxiliares de Guedes, a inclusão de estados e municípios deveria ficar para um segundo momento. Isso porque a medida implicaria a criação de um fundo de compensação para entes que forem prejudicados pela reforma, o que poderia atrasar a tramitação.

Câmara apoia unificação de tributos de Guedes, mas quer reforma mais ampla

Primeira fase da proposta do governo, a ser entregue amanhã, une PIS e Cofins com alíquota de 12%

Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA Embora demonstrem apoio à proposta do governo de unificar impostos como PIS e Cofins, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), e líderes partidários defendem que o Congresso siga com o debate em torno de uma proposta mais ampla. Líderes partidários ouviram pela Folha o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), e líderes partidários defendem que o Congresso siga com o debate em torno de uma proposta mais ampla. Líderes partidários ouviram pela Folha o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), e líderes partidários defendem que o Congresso siga com o debate em torno de uma proposta mais ampla.

Líderes partidários ouviram pela Folha o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), e líderes partidários defendem que o Congresso siga com o debate em torno de uma proposta mais ampla.

Hoje, há duas PECs (propostas de emenda à Constituição) que envolvem simplificação de tributos no Congresso: a 45, na Câmara, e a 110, no Senado.

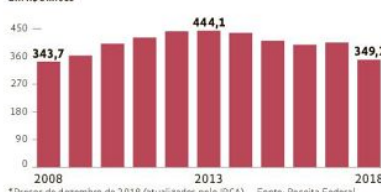
Os dois textos propõem uma reestruturação da carga tributária via um imposto único. A proposta da Câmara elimina cinco impostos. A do Senado substitui nove impostos por um único sobre consumo.

Apesar de considerar a reformulação de programas sociais mais urgente neste momento, o ministro Paulo Guedes (Economia) decidiu enviar

Tributação sobre folha de salários

Arrecadação composta por contribuições previdenciárias sobre empresas em geral e destinadas a outras entidades ou fundos e também contribuições ao PIS/Pasep, além de CPSS (Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor)*

Em R\$ bilhões



*Preços de dezembro de 2018 (atualizados pelo IPCA) Fonte: Receita Federal

Primeira fase da reforma tributária

- Versão simplificada, apenas com unificação de PIS e Cofins
- Alíquota estudada é de 12%
- Proposta pode ser acoplada a textos que já tramitam no Congresso

Outras etapas estudadas pelo governo

Reforma do Imposto de Renda

- Inclui ampliação da faixa de isenção e tributo negativo para pessoas de baixa renda

Desoneração da folha de pagamentos

- Redução de tributos sobre o salário do trabalhador
- Hoje, contribuição patronal sobre a folha é de 20%
- Nova alíquota dependeria de aprovação de um tributo sobre transações

a primeira fase da reforma tributária na tentativa de reduzir críticas sobre o atraso do governo para entrar no debate.

O texto unifica PIS e Cofins para criar uma Contribuição

Imposto sobre transações digitais

- Incidiria sobre operações e pagamentos por meios digitais, como compras na internet e aplicativos

Alíquotas estudadas

0,2%

0,4%

Arrecadação estimada

R\$ 60 bi ao ano

R\$ 120 bi ao ano

sobre Bens e Serviços. A alíquota deve ficar em 12%.

A Folha Maia disse que a proposta do governo vai na direção da que tramita na Câmara e também da PEC no Senado.

"O governo acredita que seria bom a gente avançar com essa primeira unificação e depois avançar com a unificação completa das PECs 45 e 110. Eu acredito que, além da expecta-

Trabalho remoto acentua desigualdades, dizem pesquisadores

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A pandemia do coronavírus, que levou milhões de pessoas a trabalhar em suas casas, pode ter contribuído para acentuar desigualdades no acesso às tecnologias necessárias para o trabalho a distância, diz um grupo de pesquisadores acadêmicos que estuda as políticas de combate à crise.

Dados do IBGE mostram que 5% dos trabalhadores executavam suas atividades em casa antes da chegada da crise. Em sua maioria, eram autônomos, sem vínculo formal e de baixa renda, com vendedores, costureiras e manicures.

Com as medidas de distanciamento social, 10% dos ocupados passaram a exercer suas

atividades em casa, mas os números do IBGE indicam que o deslocamento mobilizou trabalhadores com outro perfil, com maior grau de escolaridade e renda mais alta.

Executivos, professores e profissionais liberais passaram a trabalhar remotamente, aproveitando facilidades no acesso à internet que já tinham antes da pandemia, uma vantagem com a qual os trabalhadores mais pobres não contaram para se adaptar às mudanças causadas pela crise.

"A falta de conexão com a tecnologia limita o acesso de muitas pessoas às formas de trabalho remoto que ganharam impulso na pandemia, especialmente as mais pobres", afirma Fábio Senne, do Nú-

cleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Segundo dados do IBGE analisados pelo grupo do qual Senne faz parte, ligado à Rede de Pesquisa Solidária, 26% dos gerentes e diretores de empresas passaram a trabalhar em casa com a pandemia, assim como 17% dos profissionais de apoio administrativo e 14% dos técnicos de nível médio.

Menos de 5% dos membros desses segmentos da força de trabalho exerciam suas atividades remotamente antes da pandemia, segundo o IBGE. Em outras áreas, ocorreu o inverso. Entre os trabalhadores do comércio e dos serviços, 8% trabalhavam em casa e só 3% passaram a fazê-lo.

Com lojas, bares e restaurantes fechados, muitas dessas pessoas não tiveram condições de continuar trabalhando em casa e viram sua renda diminuir. Mesmo com a reabertura da economia na maioria dos estados, a volta ao trabalho tende a ser lenta, dizem os pesquisadores.

Antes da pandemia, a renda média dos que trabalhavam em casa equivalia a 66% da obtida por trabalhadores que exerciam as mesmas atividades fora de casa, diz o grupo. Em maio, a renda dos que conseguiram trabalhar em casa era 170% maior que a dos colegas que trabalhavam fora.

A pesquisa mais recente sobre usuários da internet no

Brasil, concluída pelo CGI antes da pandemia, mostra que 74% da população tem acesso à rede, mas a maioria navega pelo celular, especialmente para trocar mensagens e entrar nas redes sociais. Poucos usavam a internet para trabalhar.

"Mesmo entre os que venceram a principal barreira e estão conectados à internet, o uso para atividades de trabalho é muito baixo", diz Senne. "Com o impacto da crise na renda das famílias, é provável que muitas tenham deixado de pagar e perdido a conexão, o que acentua desigualdades."

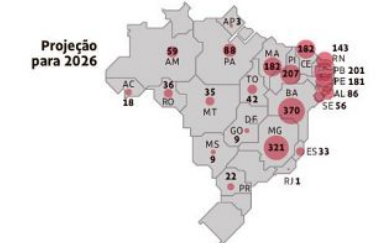
Na avaliação dos pesquisadores, muitos que passaram a trabalhar em casa continuaram exercendo suas atividades remotamente mesmo após a

reabertura da economia. Outros, sem computadores, conexão de banda larga e equipamentos para o trabalho remoto, ficarão para trás.

O grupo defende mudanças na legislação que estabeleça regras para o teletrabalho, sugerindo definições mais claras para separar horas de trabalho e descanso em casa e maior flexibilidade nas normas estabelecidas para fornecimento de equipamentos e reembolso de despesas pelo empregador.

Senne faz parte da Rede de Pesquisa Solidária, que reúne pesquisadores de instituições como a USP e Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Desde abril, eles produzem boletins semanais, que estão no site do grupo.

Novo Fundeb

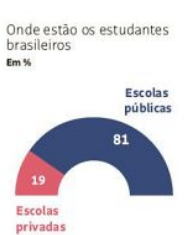
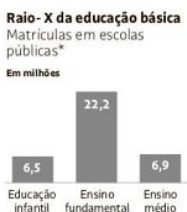
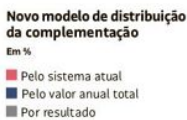


Formas de distribuição do novo Fundeb

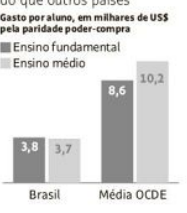
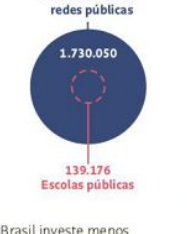
Sistema atual
Estados, e respectivos municípios, que não atingem valor mínimo por aluno estipulado a cada ano recebem recursos da complementação da União, referente a 10%. As regras para esse volume não vão mudar

Valor anual total
Parte dos recursos, referentes a 7,5% em 2026, serão distribuídos a partir do valor total investido em educação, o que inclui municípios pobres (e com baixo investimento) em estados que sejam mais ricos e que, no sistema atual, não eram levados em conta

Por resultado
Outra parte dos novos recursos, de 2,5%, serão distribuídos a redes que alcancem evolução em indicadores de aprendizagem. Texto prevê cumprimento de condicionalidades de gestão, melhora em atendimento e redução de desigualdades (formato não está definido)



Valor mínimo de gasto por aluno



até 2026 — e altera, entre outros pontos, o formato de distribuição dos novos recursos. A equipe econômica reclama que o texto não aponta de onde virá o dinheiro novo. Congressistas defendem, por sua vez, que a definição da origem é papel do Executivo.

Contrário à proposta, o ministro Paulo Guedes (Economia) tenta agora destinar metade do montante da União para um benefício voltado a crianças no Renda Brasil. Guedes convocou na semana passada a reunião com a relatora do texto, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), para sugerir uma mudança. O ministro tenta incluir o Renda Brasil na PEC como forma de garantir dinheiro ao plano, uma vez que o Fundeb ficou de fora do teto de gastos (regra que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior).

"O ministério tem a ideia de fortalecer a educação infantil, que vem ao encontro do que a gente quer também", disse Dorinha. "O que não pode é tirar da educação recursos que já são reduzidos. Mas, de maneira complementar, nós podemos trabalhar muito."

Dorinha criticou a proposta do governo apresentada a líderes partidários do chamado centrão — que reúne partidos como PP, PL e Republicanos. O deputado Idilvan Alecar (PDT-CE) disse que a Câmara não vai abrir mãos dos 20%. "Se quiserem 25% de complementação com Renda Brasil, acho que ninguém vai se opor, se atrelar o programa à permanência de estudantes", disse.

Para o presidente da comissão especial do Fundeb, deputado Bacelar (Podemos-BA), a proposta do governo tem custo eleitoral para garantir votos a Bolsonaro em 2022.

"Ele quer transformar o Fundeb de um fundo educacional para um fundo de assistência social. Quer comprar o voto da miséria", afirmou. Segundo Bacelar, a proposta de Dorinha "é inalterável".

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que o Congresso é soberano em suas decisões, mas defendeu que os ajustes sejam feitos. Segundo ele, o projeto do Legislativo não tem sustentabilidade fiscal e não apresenta fonte de recursos.

O governo, no entanto, ainda não apresentou a fonte orçamentária na contraproposta feita aos parlamentares.

"O governo é a favor do Fundeb. Teremos um Fundeb com melhor desenho, mais eficiência e mais recursos. Não vamos tirar dinheiro, vamos aumentar a quantidade de recursos e queremos fazer da maneira mais eficiente possível", disse.

O Ministério da Economia informou ainda que a proposta do governo não deixa de fazer a complementação ao fundo em 2021. No ano que vem, a complementação seria mantida como é hoje, com mudanças sob as regras novas apenas a partir de 2022.

O Fundeb nunca esteve entre as prioridades do governo Bolsonaro. Milton Ribeiro, novo ministro da Educação, esteve na reunião na Economia, mas manteve participação discreta.

Após vários adiamentos, congressistas conseguiram apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para marcar a votação em plenário já nesta segunda — o tema está na pauta.

Com o texto da Câmara, está previsto um incremento de R\$ 66,9 bilhões de aportes da União até 2026 (a depender do crescimento econômico). O valor mínimo gasto por aluno no país teria uma alta de 39%, passando de R\$ 3,427 para R\$ 4,778, segundo cálculo da Consultoria do Orçamento da Câmara. O número de municípios beneficiados seria 34% maior, das atuais 1.699 cidades para 2.284 em 2026.

O texto prevê a adoção de um modelo híbrido de divisão do dinheiro. A distribuição dos atuais 10% continua sob as mesmas regras, com base na realidade dos estados (e seus municípios) que não atingem valor mínimo por aluno.

Parte dos recursos, referentes a 7,5% (a serem atingidos em 2026), serão distribuídos a partir do valor total investido na área por cada rede. Esse modelo contempla municípios pobres (e com baixo investimento) em estados mais ricos e que, no sistema atual, não são levados em conta.

A intenção de Guedes é reduzir esses 7,5% a 2,5% — a diferença iria para o Renda Brasil.

Outra parte dos novos recursos, de 2,5%, será distribuída a redes que obtenham bons resultados em indicadores de aprendizagem. Esse formato ainda não está definido.

Na PEC, ainda há pontos em disputa, como o veto ao pagamento de inativos e a obrigatoriedade de usar 70% dos recursos com pagamentos de profissionais da educação.

O formato atual prevê que 60% sejam destinados a salários de docentes. Deputados do Novo, por exemplo, dizem que isso pode engessar os recursos. O pagamento de profissionais ativos já consome cerca de 80% do fundo em estados e municípios, segundo estudo da organização D3E.

Em 2016, o Brasil gastou cerca de US\$ 3,800 por aluno do ensino fundamental. É menos da metade da média, de US\$ 8.600, de países desenvolvidos da OCDE. Os valores são calculados segundo a paridade de poder compra.

Relatório do Ineped 2019 indica que, no Brasil, o gasto público em educação corresponde a 5,6% do PIB (Produto Interno Bruto), superior à média dos países da OCDE (4,4%).

Colaborou Thiago Resende

sário dizer que, apesar de reconhecer os perigos da ressurreição de vírus e bactérias congeladas, a comunidade científica lidada com incertezas sobre o potencial infeccioso de tais seres em hospedeiros humanos.

Embora o Homo sapiens caminhe sobre a Terra há 300 mil anos, poucas são as pesquisas dedicadas à identificação de patógenos infecciosos em nossos ancestrais. Num trabalho fundamental sobre o tema — com título digno de ficção científica: "De volta para o futuro numa placa de Petri" —, foram exploradas as variáveis da ecologia da ressurreição, ramo relativamente novo que estuda as nuances de interação entre patógenos antigos e hospedeiros milhares de anos à frente em termos evolutivos.

As conclusões do trabalho indicam que ainda não há evidências de que organismos adaptados para invadir e po-

Governo quer novo Fundeb em vigor somente em 2022

Às vésperas de votação, Guedes tenta destinar verba do fundo para o Renda Brasil

Paulo Saldaña, Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA. A Câmara deve iniciar nesta segunda-feira (20) a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que renova o Fundeb. O fundo é o principal mecanismo de financiamento da educação básica. Distante das discussões des-

de o ano passado, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) ainda tenta alterar o texto.

No sábado (9), o governo sugeriu a líderes partidários que as novas regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação sigam a partir de 2022. Pela proposta,

a complementação adicional da União seria repartida com o Renda Brasil, que vai substituir o Bolsa Família.

O fundo é responsável por R\$ 4 a cada R\$ 10 gastos pelas redes públicas de ensino de educação básica. Sua vigência expira no fim deste ano. O dispositivo reúne parcelas de impostos e recebe uma

complementação da União para estados e respectivos municípios que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno no ano. O complemento federal atual é de 10% — cerca de R\$ 16 bilhões no ano.

A PEC da Câmara torna o Fundeb permanente, amplia a complementação da União para 20% — de modo progressivo

Os mistérios da ressurreição

Aquecimento global é capaz de descongelar bactérias e vírus adormecidos

Thiago Amparo

Advogado, é professor na FGV Direito SP Doutor pela Central European University (Budapeste), escreve sobre direitos, política e discriminação

"Racismo perpazza a ciência que produzimos", escreveu Adriana Alves, geóloga e professora da USP. Nada mais disruptivo deste racismo do que acadêmicas negras escreverem sobre a ciência que produzem. É o que faz Adriana ao ocupar esta coluna com o texto a seguir, escrito para a campanha #CientistaTrabalhando, que celebra o Dia Nacional da Ciência. Ao longo do mês de julho, cientistas ocupam espaços como esta coluna para abordar temas relacionados ao processo científico.

*
Em 2016, dezenas de habitantes de um vilarejo russo apresentaram sintomas de contaminação pela bactéria causadora da doença conhecida como antraz ou carbúnculo. Essa bactéria povoa nosso imaginário desde os rumores de um verão quente demais. A comunidade científica logo ficou em alerta: confirmava-se a conexão entre aquecimento global e ressurreição de patógenos congelados, potencialmente perigosos aos huma-

nos e desconhecidos de nosso sistema imunológico. Em estudo publicado neste ano, cientistas definiram o protocolo analítico para investigação da carga biológica contida em testemunhos de gelo antigo, até então utilizados sobretudo em estudos paleoclimáticos. Os pesquisadores começaram a despertar 33 diferentes tipos de vírus adormecidos havia 15 mil anos em gelo tibetano, 28 dos quais totalmente desconhecidos.

Pausa para o desespero... Dada a má notícia, é neces-

sário dizer que, apesar de reconhecer os perigos da ressurreição de vírus e bactérias congeladas, a comunidade científica lidada com incertezas sobre o potencial infeccioso de tais seres em hospedeiros humanos. Embora o Homo sapiens caminhe sobre a Terra há 300 mil anos, poucas são as pesquisas dedicadas à identificação de patógenos infecciosos em nossos ancestrais. Num trabalho fundamental sobre o tema — com título digno de ficção científica: "De volta para o futuro numa placa de Petri" —, foram exploradas as variáveis da ecologia da ressurreição, ramo relativamente novo que estuda as nuances de interação entre patógenos antigos e hospedeiros milhares de anos à frente em termos evolutivos.

As conclusões do trabalho indicam que ainda não há evidências de que organismos adaptados para invadir e po-

voar seres vivos que lhes foram contemporâneos possam infectar vidas milhares de anos mais evoluídas. Não há meios de determinar, por exemplo, aspectos metabólicos ou comportamentais desses seres, nem quais seriam as mutações necessárias para que passassem a infectar humanos.

Resta à comunidade científica a certeza de que as eventuais oportunidades de pesquisa de terras geladas durante o período de recrudescimento do aquecimento global que se avizinha não devem desprezar os seres ora adormecidos e os perigos a que podemos nos expor.

Tenhamos esperança de que até lá estaremos mais preparados para lidar com os problemas de eventuais pandemias. Passados cem anos da gripe espanhola, as medidas de contenção não progrediram grande coisa.

mercado **coronavírus**

Governo cria força-tarefa para agilizar Renda Brasil

Congresso só aceita encerrar auxílio emergencial com reforço de programas sociais

Bernardo Caram
e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo virou refém do auxílio emergencial e busca uma saída para criar um novo programa de transferência de renda que substituirá o Bolsa Família e pretende pagar valores acima do garantido atualmente.

O auxílio emergencial, considerado necessário pela equipe econômica, acabou virando uma armadilha, na visão de técnicos. A conclusão é que o Congresso só aceitará o fim do benefício se houver reforço nos programas de assistência existentes hoje.

Os primeiros beneficiários do auxílio emergencial e trabalhadores informais receberam a última parcela já no fim de agosto. No total, serão cinco pagamentos de R\$ 600.

Paulo Guedes (Economia) ganhou após a extensão de dois meses para elaborar suas propostas, mas já recebe pressões do Congresso, sobretudo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), para estender o benefício caso não haja nova política.

Por outro lado, a pressão do calendário também é vista pelo governo como uma forma de acelerar o debate no Congresso e empacar medidas consideradas amargas.

As principais apostas são a criação de um imposto sobre transações financeiras e a reformulação ou extinção de programas sociais considerados ineficientes.

Uma força-tarefa foi criada para finalizar e enviar ao legislativo a proposta do novo programa social, batizado de

Renda Brasil, a tempo de apresentá-lo como substituto do auxílio pago a informais.

Antes da pandemia, a medida não estava entre as prioridades da equipe de Guedes. Um grupo de trabalho interministerial foi formado e se dedica à elaboração de um plano amplo que incluirá o Renda Brasil.

O valor do benefício pode ficar entre R\$ 250 e R\$ 300 ao mês, e o programa deve atender mais 6 milhões de pessoas além das que já atendidas pelo Bolsa Família.

O ministro ainda tem sugerido acoplar medidas pensadas para o novo Fundeb (fundo para a educação), como auxílio a mães, para aumentar os valores do Renda Brasil.

Guedes pretende que os planos sejam interligados a um novo programa de empregos desonerados e a uma parte da reforma tributária, com imposto negativo para trabalhadores de baixa renda e o imposto sobre pagamentos, sobretudo no comércio eletrônico, conforme mostrou reportagem da Folha.

A ideia é enviar o pacote com as medidas reunidas. Isso, no entanto, não deverá ser feito nesta semana.

Cobrado pela demora na apresentação da reforma tributária, o ministro Paulo Guedes (Economia) decidiu focar a entrega da primeira fase da proposta, apenas com a unificação de PIS e Cofins em um imposto do tipo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O anúncio está previsto para terça-feira (21).

Não está definido se o pacote amplo de medidas ficará

'Rampa' estudada por Guedes

Ministro desenha uma rampa de ascensão social voltada a 36 milhões de vulneráveis registrados na pandemia

Plano ainda está em análise, principalmente sobre viabilidade, e pode sofrer modificações. Objetivo é ligar assistência social ao mercado de trabalho:

1º nível Bolsa Família / Renda Brasil

- Receberia mais 6 milhões de pessoas

- Poder pagar mais que do valor atual (média de aproximadamente R\$ 190)

- Pode substituir outros programas sociais, como o abono e seguro-defeso

2º nível Trabalhador informal

- Voltado a 30 milhões de pessoas

- Teria imposto de renda negativo de até 20%

3º nível Trabalhador formal de baixa renda

- Teria corte de tributação sobre a folha

- Desoneração seria para até um salário mínimo

4º nível Demais trabalhadores formais

- Regras da CLT

+ Auxílio de R\$ 600 ajuda economia a funcionar, afirma Bolsonaro

O presidente voltou a pedir a governadores e prefeitos que abram o comércio nas cidades. Em transmissão ao vivo em redes sociais neste sábado (18), Bolsonaro também afirmou que os pagamentos da assistência de R\$ 600 são inicialmente limitados a meios digitais por falta de papel-moeda no país. "São R\$ 50 bilhões por mês, e parte desse recurso tem que ser digital, não tem papel para todo o mundo", disse o presidente.

Quantidade de cadastrados no auxílio emergencial



Fonte: Caixa (para dados do auxílio emergencial)

pronto ainda em julho, prazo estabelecido como meta pelo ministro.

"Nós estamos desenhando uma rampa de ascensão social. Se o brasileiro cair, ele vai para o Renda Brasil. Ele vai trabalhar, tem um estímulo para sair do programa social e entrar no mercado de trabalho e vai recebendo um estímulo, que é o Imposto de Renda negativo [a ser usado na aposentadoria]", disse Guedes na quinta-feira (16) em entrevista à Jovem Pan, após a Folha ter antecipado as medidas.

"Quando ele chegar a R\$ 1.000, nós queremos que ele penetre no mercado formal de trabalho. Então nós estamos pensando em desonerar primeiro o salário mínimo."

Programas sociais ainda dependem de cálculo de impacto

Fontes que acompanham os trabalhos afirmam que está praticamente pronta a formulação do Renda Brasil e do sistema de Imposto de Renda negativo, que pretende dar créditos a trabalhadores de menor renda.

O programa de emprego desonerado e o novo imposto sobre transações digitais, entretanto, ainda dependem de debate interno e modulação de impacto.

Estimativas feitas pela área econômica apontam que o imposto sobre pagamentos pode gerar uma receita anual de pelo menos R\$ 60 bilhões aos cofres públicos se tiver alíquota de 0,2% no ato do pagamento.

Se houver cobrança em cada ponta da operação (pagador e receptor), ou seja taxa for de 0,4%, o potencial de arrecadação subiria para R\$ 120 bilhões por ano.

Com a alíquota maior, interlocutores de Guedes dizem que seria possível promover uma ampla desoneração

da folha de pagamentos das empresas e também bancar a maior parte do Renda Brasil. Ainda assim, Guedes quer propor a revisão de programas sociais considerados ineficientes, como abono salarial, farmácia popular e o seguro-defeso (pago a pescadores). O dinheiro economizado iria para o Renda Brasil.

Em outra frente para tentar acelerar o processo, o Ministério da Economia iniciou negociações com congressistas, especialmente os do centro, antes mesmo de apresentar as propostas.

O apoio do grupo de partidos independentes ao governo é considerado essencial para que os planos de Guedes prosperem. A ideia é já buscar aval para essas propostas que poderiam custear o Renda Brasil, mas são consideradas polêmicas e encontram resistências no Legislativo.

Nas últimas semanas, Guedes se reuniu com líderes congressistas parlamentares da Câmara e do Senado. Segundo pessoas que acompanharam as conversas, líderes demonstraram disposição em apoiar as propostas.

Um dos maiores entraves seria Maia, que se posicionou contra a criação do imposto sobre transações e pode travar toda a discussão.

Técnicos do Congresso veem com desconfiança o otimismo do time de Guedes. A avaliação é que será muito difícil construir consenso político para debater, aprovar e colocar em prática o Renda Brasil logo após a extinção do auxílio emergencial.

Em outro ponto de dificuldade, reportagem da Folha mostrou que parte dos recursos de programas sociais que poderiam ser direcionados para o novo Bolsa Família já está comprometida no Orçamento e não poderia ser usada neste ano.

O governo precisa encaixar os planos do teto de gastos, já que não abre mão da norma (que impede crescimento real das despesas a cada ano).

Guedes e Maia fazem esforço por reforma em meio a atritos

Fábio Pupo e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), ensaiaram uma aproximação nos últimos dias em busca de entendimento na agenda econômica, sobretudo na reforma tributária.

A relação foi marcada por atritos durante a pandemia, com cobranças e disputa na formulação de medidas. Guedes se afastou após acumular incômodos com Maia desde o começo da crise do coronavírus e preferiu enviar assessores e especialistas da pasta para servirem de interlocutores em diferentes discussões do Congresso.

A primeira cobrança contundente de Maia foi em março, quando Guedes visitou o Congresso logo após o coronavírus ter sido declarado pandemia pela OMS (Organização Mundial de Saúde). O presidente da Câmara criticou a proposta do ministro para reagir à crise, que seria o avanço na agenda de reformas.

"A crise é tão grande que agente não tem direito de imaginar que o ministro da Economia de uma das maiores economias do mundo possa ter pensado de forma tão mediocre", disse Maia em entrevista à Folha, publicada em 13 de março.

No mesmo dia, Guedes rebateu. "O presidente da Câmara está pedindo medidas? Em menos de 48 horas vamos soltar", disse. "Gostaria também que as principais lideranças políticas do país reagissem também com muita velocidade a nossas reformas para reforçar a saúde econômica do Brasil", cobrou o ministro.

A falta de avanço de propostas de interesse do ministério é uma das principais insatis-



Paulo Guedes (de óculos) e Rodrigo Maia (ao centro) Pedro Ladeira - 11.fev.20/Folhapress

fações de Guedes com Maia, segundo aliados. O ministro entende que mudanças legais, como em logística, energia e cabotagem, além da autonomia do Banco Central, poderiam ter avançado enquanto ele é cobrado por reformas.

Também marcou a relação o auxílio emergencial, cujo desenho Guedes afirma ter criado e que foi alvo de disputa entre Executivo e Legislativo. O ministro planejava um valor de R\$ 200, antes de o Congresso analisar a proposta e pressionar pela ampliação do universo de pessoas atendidas, além de um valor mais alto (de R\$ 500).

Após conversa entre Guedes e o presidente Jair Bolsonaro, o Executivo elevou o valor para R\$ 600. Para aliados do ministro, a discussão sobre os valores afetou o potencial de duração da política.

Aliados do ministro também interpretam que Maia interdiu a proposta de reforma tributária de Guedes ao se

colocar contra o novo imposto sobre pagamentos planejado pelo economista.

Por isso o governo analisa alternativas para a ideia, como lançá-la em um pacote de empregos ou via Senado.

Na reforma tributária, pelo menos há consenso entre os dois de que mudanças são necessárias. Por isso, houve a reaproximação. E quem garantiu o esforço foi o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Na quarta (15), ele reuniu Maia e Guedes para um almoço. Por três horas, conversaram para aparar arestas e discutir a pauta econômica.

Os dois lados emitiram sinais positivos depois da conversa. No Congresso, porém, o clima ainda é de desconfiança, o clima ainda é de desconfiança em alguns assuntos, como em relação à criação do imposto sobre pagamentos.

Um deputado que acompanha o assunto disse que é preciso esperar como vai evoluir a relação pelo menos até ter-

ça-feira (21), data que Guedes marcou no calendário para entregar a proposta do governo de reforma tributária, aguardada pelos congressistas desde o fim de 2019.

Além disso, a instável relação entre Executivo e Legislativo está sujeita aos movimentos feitos no caminho para a eleição do novo presidente da Câmara, em fevereiro de 2021.

Apesar de os responsáveis pela articulação política do Palácio do Planalto dizerem que o governo não deve abraçar candidaturas, aliados de Maia destacam que não é segredo a aproximação de Bolsonaro com o líder do centro na Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Lira tem levado o grupo, decisivo para qualquer votação na Casa, para o lado de Bolsonaro. Mas adversários de Lira lembram que, na política, fidelidade é algo de ocasião.

As assessorias do Ministério da Câmara e do Ministério da Economia foram procuradas, mas não se manifestaram.

+ Escalada nas tensões durante a pandemia

13 de março

"A crise é tão grande que a gente não tem direito de imaginar que o ministro da Economia de uma das maiores economias do mundo possa ter pensado de forma tão mediocre", disse Rodrigo Maia sobre a alegada falta de medidas do ministro Paulo Guedes, em entrevista à **Folha**

"O presidente da Câmara está pedindo medidas? Em menos de 48 horas vamos soltar. Gostaria também que as principais lideranças políticas do país reagissem também com muita velocidade a nossas reformas para reforçar a saúde econômica do Brasil", rebateu Guedes

26 de março

"O que a gente tem entendido é que a proposta do governo é muito pequena diante do que a população brasileira precisa", afirmou Maia sobre o auxílio de R\$ 200 inicialmente sugerido por Guedes

31 de março

"Se ele [Maia] encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regulariza isso, o dinheiro sai", afirmou Guedes sobre o auxílio emergencial

"Se ele [Guedes] estiver certo hoje, o governo mentiu na ação que impetrou no Supremo Tribunal Federal", rebateu Maia (o STF já tinha suspenso certas regras fiscais para a pandemia, mas o governo queria também congelar a chamada regra de ouro das contas públicas, o que só ocorreu com a PEC do Orçamento de Guerra)

3 de abril

"Qualquer crítica de que houve demora no programa [auxílio emergencial] eu considero oportunismo político. Acho que a atitude seria agora é ajudar a resolver os problemas, não é ficar jogando responsabilidade para um lado ou para outro", disse Guedes, sem mencionar nomes

17 de abril

"Ele não é sério. Se fosse sério, não tentaria misturar a cabeça das pessoas", disse Maia à Veja sobre a atuação de Guedes na ajuda aos estados

"Os governadores saíram felizes. Ai voltaram duas semanas depois pedindo algo que o Mansueto [Almeida, então secretário do Tesouro] calculou em R\$ 220 bilhões. Inaceitável. Transformar uma crise de saúde numa farsa eleitoral", criticou Guedes três dias após a entrevista

9 de julho

"O governo precisa parar de fazer discurso sobre o tal Renda Brasil e apresentar o programa ao Congresso", disse Maia. "Se o governo deixar tudo para a última hora, é claro que a pressão será grande por mais algum período de R\$ 600"

15 de julho

"É muito difícil que passe na Câmara qualquer criação de novo imposto", disse Maia sobre o novo imposto sobre pagamentos planejado por Guedes. "Não acho que precisamos aumentar imposto para aumentar a arrecadação", disse o parlamentar

Guedes busca espaço no teto de gastos para pagar o seguro-desemprego

Após acionar crédito externo, ministro procura como bancar quase 4 milhões de solicitações do benefício feitas no primeiro semestre

Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA O aumento de dois dígitos nos pedidos de seguro-desemprego, impulsionado pela crise do coronavírus, está fazendo o ministro Paulo Guedes (Economia) estudar como obter mais recursos para o benefício.

Após pedir crédito a agências internacionais, ele agora planeja usar uma folga criada no cálculo do teto de gastos.

O impacto da pandemia no mercado de trabalho já levou 3,9 milhões de pessoas a pedir o seguro-desemprego no primeiro semestre, o que representa um aumento de 14,8% na comparação com igual período do ano passado.

Só em junho, o crescimento foi de 28% ante o mesmo mês de 2019 (para 653 mil).

Para bancar o aumento nos pedidos, o Ministério da Economia busca em agências internacionais um financiamento de US\$ 780 milhões para o programa. Entre as instituições, estão o NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, o banco dos Brics) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Nas contas do governo, o financiamento pode bancar cerca de 1 milhão de novos beneficiários. Isso cobriria de forma aproximada o saldo líquido de 1,1 milhão de vagas formais fechadas de janeiro a maio, de acordo com os mais recentes dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Porém, o comportamento do mercado de trabalho ainda é incerto nos próximos meses. Os números podem continuar se agravando em relação ao ano anterior, inclusive porque economistas consideram que há uma defasagem de tempo entre as demissões e os pedidos do seguro (que podem ser feitos em até quatro meses).

O secretário de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse que os dados do Caged do último mês sinalizam abrandamento da crise, mas ressalta não haver estimativa de quando o mercado de trabalho vai parar de fechar vagas. "É muito difícil dizer, todos

estamos enfrentando esse tipo de crise pela primeira vez", afirmou Bianco em entrevista sobre os dados há menos de duas semanas.

Outra pressão é a proposta de sindicatos para que mais duas parcelas do seguro sejam pagas a quem for demitido durante a crise do coronavírus.

A ideia foi apresentada ao Codefap (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas ainda não há previsão para análise. A medida valeria para quem for demitido sem justa causa ou que esteja recebendo o seguro-desemprego.

Segundo representantes dos trabalhadores, o custo seria de mais R\$ 16,1 bilhões neste ano.

"Mesmo com o início da reabertura de algumas atividades, quem ficar desempregado agora encontrará um mercado de trabalho ainda longe do que pode ser considerado normal", disse o representante da Força Sindical no Codefap, Sérgio Luiz Leite.

Diante da perspectiva de aumento, Guedes tem estudado alternativas. Uma delas é usar um espaço surgido no cálculo do teto de gastos nos últimos meses. A folga apareceu com as primeiras medidas de enfrentamento do coronavírus, quando o ministro abriu créditos extraordinários para mitigar os efeitos da pandemia.

O instrumento pode ser usado para despesas urgentes e imprevisíveis (como em caso de guerra, comção interna ou calamidade pública) e não conta no cálculo do teto. Ao abrir os primeiros créditos, Guedes cancelou outras despesas previstas.

O objetivo era evitar pressões sobre normas fiscais como a regra de ouro (que impede endividamento para despesas correntes) e sobre a própria dívida pública.

Posteriormente, diferentes normas fiscais foram suspensas (por Congresso e Supremo Tribunal Federal) para enfrentar a situação de calamidade, o que dispensou a necessidade de cancelamento para créditos extras.

Mesmo assim, Guedes já tinha cancelado R\$ 7,8 bilhões em despesas. Agora, o minist

➤ A BUSCA PELO BENEFÍCIO

3,9 milhões

é o total de pedidos de seguro-desemprego feitos ao governo no primeiro semestre

14,5%

é o crescimento no número de solicitações na comparação com o mesmo período do ano passado

1,1 milhão

de vagas formais foram fechadas de janeiro a maio

tro planeja usar esse espaço, e parte pode ser destinada à demanda do seguro-desemprego.

Internamente, a equipe econômica não vê problemas legais para o uso da folga no teto. No entanto, Guedes avalia a possibilidade de pedir respaldo dos ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) antes de tomar uma decisão. O seguro-desemprego é custeado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que tem como fonte principal os recursos das contribuições do PIS e Pasep, recolhidas pelos empregadores sobre o faturamento das empresas.

Dos R\$ 445,5 bilhões reservados no Orçamento para pagar o benefício, cerca de metade já foi desembolsada, segundo consulta feita neste mês.

Em meados de maio, no relatório bimestral de receitas e despesas, o governo calculou a necessidade de um gasto extra de R\$ 3,7 bilhões para custear novos pedidos de seguro-desemprego no país.

Os dados podiam estar abaixo da realidade no início da pandemia considerando o fato de agências terem sido fechadas por causa das restrições de circulação das pessoas. Somente a partir de abril foram liberadas solicitações pela internet e, em junho, 6% dos pedidos foram feitos online.

Dados do Ministério da Economia mostram que, em junho, a taxa de novos seguros ficou em 85% do número de solicitantes. Dentre os pedidos negados até março, a principal causa foi não ter número de meses ou salários suficientes para entrar no programa (50,9% das negativas).

Tem direito ao auxílio quem foi demitido sem justa causa e não tem renda para se sustentar. É preciso ter trabalhado de 6 a 12 meses antes da dispensa (dependendo de quantas vezes já pediu o seguro).

Apesar dos custos, o seguro-desemprego é citado na equipe econômica como um programa fundamental na resposta à crise econômica para proteger trabalhadores formais que forem demitidos. Há expectativa de que o número de pedidos continue a ser expressivo por causa da crise.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Expectativa x realidade

As paralisações organizadas pelos trabalhadores de aplicativos de delivery nas últimas semanas acirram a tensão das empresas não só com os entregadores mas também entre elas próprias. Desde o início da pandemia, que evidenciou as fragilidades do modelo de negócio, as concorrentes entraram em uma disputa de imagem para se diferenciarem umas das outras. No entanto, as tentativas não têm sido reconhecidas pela categoria, que vê pouca distinção entre elas.

IGUALDADE Em entrevista ao Painel S.A. na quinta (16), executivos do iFood afirmaram que a companhia foi pioneira em dar benefícios a entregadores na pandemia e que as concorrentes não fazem o mesmo, o que teria levado às greves da categoria.

EQUIDADE A Uber, porém, diz que mantém desde o começo da crise um fundo de R\$ 25 milhões para apoiar motoristas e entregadores. Diz também que ofereceu aos prestadores de serviço orientação médica online do Einstein e lhes deu itens de higiene.

DIFERENTES DOS IGUAIS Géronson Cunha, presidente interino do SindimotSP, refuta a afirmação do iFood de que a insatisfação dos trabalhadores é causada pelos concorrentes. "Basta sair na rua e falar com os entregadores para ver que a questão envolve as cinco empresas [iFood, Uber Eats, Rappi, Loggi e Lalamove]."

FALHA TÉCNICA Na última terça (14) houve uma tentativa de conciliação entre as companhias e o sindicato, em reunião mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Mas o sistema teve instabilidades e precisou parar no meio. Ainda não marcaram uma nova data.

CARTEIRA Escolas de cursos complementares, como música e idiomas, fechadas desde o início da quarentena em São Paulo, se preparam para voltar às atividades depois de assinarem a carta de retomada com a prefeitura na sexta (17).

LIMITE Os cursos poderão funcionar com metade da capacidade e dois metros de distância mínima entre as mesas nas salas de aula, segundo Edson Nunes, presidente do Sindinformática (sindicato do setor). O tempo máximo das aulas será de 50 minutos.

INTERVALO "Muitas empresas não aguentaram e fecharam definitivamente. No caso das escolas que mantiveram as aulas online, a estimativa é que elas voltem com 60% dos alunos que tinham antes da pandemia", afirma Nunes. Ele prevê o surgimento de cursos profissionalizantes na área de segurança sanitária.

ACERVO O mercado de arte se retraiu durante a crise do coronavírus, que impediu a realização dos leilões presenciais e das feiras, mas o setor financeiro segue atento a ele e quer expandir a carteira de empréstimos para colecionadores dispostos a oferecer suas obras como garantia.

COLEÇÃO Segundo o Wall Street Journal, que ouviu executivos de grandes bancos, o modelo tem sido procurado por magnatas do setor imobiliário que tiveram queda na renda com aluguel e por empresários com baixo fluxo de caixa. As obras de arte costumam ter volatilidade menor do que ações e ativos de risco nas crises, dizem especialistas.

QUINTETO Cinco executivas brasileiras de grandes empresas vão representar o país na Aliança Empresarial de Mulheres do Brics, que terá sua primeira reunião nesta segunda-feira (20).

PAIAUSENTE A campanha publicitária de Dia dos Pais da Natura neste ano vai pagar cacrona na experiência da quarentena, quando os pais ficaram mais tempo em casa na companhia dos filhos, para refletir sobre a questão da presença paterna. O vídeo, que será lançado neste domingo (19), vai exibir cenas da convivência familiar no isolamento.

LISTA Segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), que será responsável pela secretaria-executiva da aliança no Brasil, as selecionadas foram Ana Beatriz Macedo da Costa (Natura), Andrea Marques de Almeida (Petrobras), Grazielle Parenti (BRF), Tania Reis (Serpa) e Viviane Saravia (Queiroz Galvão).

VENTO Os estragos do ciclone bomba que atingiu o Sul do país no início de julho ainda estão sendo contabilizados pela divisão dos seguros auto e residencial no Bradesco, que acionou uma operação especial para atender os clientes.

ALARME A empresa diz que recebeu um número recorde de chamados de sinistros para a região. Até o momento, foram cerca de 3.000 pedidos, e a estimativa de indenizações supera R\$ 43 milhões.

Claro, TIM e Vivo formalizam proposta conjunta para comprar telefonia móvel da Oi

SÃO PAULO A TIM Brasil, a Telefônica Brasil (Vivo) e a Claro formalizaram uma proposta conjunta pela unidade móvel da Oi, operadora que pediu recuperação judicial em 2016 com uma dívida, à época, de R\$ 65 bilhões.

O valor da proposta não foi divulgado. A Oi estabeleceu um preço mínimo de R\$ 15 bilhões pelos seus ativos móveis. A empresa quer usar o dinheiro da venda para financiar o crescimento da sua banda larga de fibra ótica e pagar dívidas, tentando escapar da proteção de insolvência.

Segundo documentos apresentados neste sábado (18) à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), as teles disseram que pediram à Oi o direito de cobrir potenciais propostas que a empresa brasileira possa ter recebido pelos ativos, que serão divididos pelas três operadoras.

De acordo com a consulto

ria Telemo, a Oi é a quarta colocada no mercado de telefonia móvel no país, com participação 16,28%. A primeira é a Vivo, com 33,01%, seguida pela Claro/Nextel, com 25,97%, e pela TIM, com 23,20%. Os índices são relativos a maio.

Segundo duas fontes com conhecimento do assunto disseram à Reuters, houve uma segunda proposta de um investidor estrangeiro com pequena presença no Brasil.

Para escolher o vencedor, a Oi não levará em conta apenas o valor da proposta, mas também qual grupo pode garantir a aprovação dos órgãos reguladores mais rapidamente.

A TIM e a Telefônica disseram, em maio, que planejavam uma proposta conjunta pelos negócios da Oi móvel, apesar da pandemia de Covid-19, sem mencioná-la.

"A transação, se completa, deve acrescentar valor para todos os acionistas e clien

➤ RANKING DA TELEFONIA CELULAR

1º Vivo

33,01%

2º Claro/Nextel

25,97%

3º TIM

23,20%

4º Oi

16,28%

tes, com mais crescimento, geração de eficiências operacionais e melhoria na qualidade dos serviços", afirmaram os três candidatos, em comunicados.

A venda da operadora móvel foi a solução encontrada pelos acionistas para garantir que a Oi despoje um cenário mais competitivo.

Em conversas com representantes do governo e da Anatel, o presidente da companhia, Rodrigo Abreu, deixou claro que a empresa pretende se tornar uma grande fornecedora de infraestrutura fixa — rede e serviços — para concorrentes em todo o país, especialmente na instalação das redes de 5G.

Em outro comunicado, a Oi afirmou que recebeu proposta de R\$ 1,08 bilhão pela unidade de torres da Highline do Brasil 2 Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

Com Reuters

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



O GLOBO

Reforma tributária leva governo a negociar projeto

Parlamentares debatem o tema desde o ano passado, a partir de textos produzidos na Câmara e no Senado

As últimas três décadas foram marcadas por sucessivas tentativas de mudanças no sistema tributário. Todas frustradas.

O Congresso chegou a analisar, no período, iniciativas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, em 1995; Lula, em 2008; e Michel Temer, em 2017. As três propostas de emenda constitucional naufragaram na Câmara, sem votação.

Há pelo menos 18 meses o governo Jair Bolsonaro anuncia o envio de seu projeto. O ministro Paulo Guedes, da Economia, diz que está “pronto” e promete apresentá-lo amanhã, mesmo parcialmente.

Parlamentares debatem o tema desde o ano passado, a partir de textos produzidos na Câmara (PEC nº 45/19) e no Senado (PEC nº 110/19 e seu substitutivo). Nas duas Casas a premissa é não aumentar a carga tributária, hoje no patamar de 33,6% do Produto Interno Bruto.

O objetivo comum é simplificar o pagamento de impostos para redu-

zir os custos das empresas com a unificação de tributos num Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Faz sentido a decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de acelerar a discussão, em acordo com o Senado, mesmo antes do retorno à normalidade nas comissões mistas do Congresso, suspensas devido à pandemia. Se já eram urgentes antes da disseminação do vírus, com a devastação da economia as mudanças no sistema tributário se tornaram vitais.

É notável, no caso, o protagonismo do Legislativo no vácuo político deixado pelo Executivo. Em muitos sentidos tem-se na reforma tributária uma situação que aparenta ser repetição do que se viu na reforma da Previdência, cujas mudanças foram viabilizadas com Temer e decididas sob Bolsonaro, contra a manifesta vontade do presidente.

Isso ocorre porque o governo continua adotando a confusão como método nas relações com o Congresso. Os desencontros estão visí-

veis na quebra de acordos negociados pelo próprio governo, por exemplo, com o Senado, na aprovação da Lei do Saneamento. Ao sancionar a lei, o presidente não considerou os compromissos assumidos e vetou 11 itens. Os senadores anunciam que pretendem derrubar os vetos.

Desde março passado, o governo impôs vetos em 44% das 47 leis produzidas no Congresso. Foram 187 dispositivos negados, segundo pesquisa da consultoria Arko Advice.

Do total de leis aprovadas nesse período de pandemia, apenas 30%, ou seja, 14, eram de iniciativa governamental (Medidas Provisórias).

Esses dados mostram o protagonismo do Legislativo em iniciativas nacionais de proteção sanitária. Refletem, também, a rarefeita disposição governamental à negociação política, com ônus desnecessário, como ocorre na revisão dos vetos na desoneração da folha de pagamentos e na Lei de Saneamento. Espera-se que na reforma tributária a primeira mudança seja a de postura do governo.

O GLOBO

CUSTO DA PANDEMIA

GASTO INFLADO

CGU projeta em R\$ 1,9 bilhão sobrepreço de compras para combate ao coronavírus

VALORES DOS CONTRATOS PELO PAÍS

Cálculo da Controladoria-Geral da União indicou preços que servem como base para aquisições relacionadas à Covid-19

	Respiradores	Máscaras cirúrgicas	Testes rápidos	Leitos de UTI (diária)
QUANTIDADE DE ITENS COMPRADOS	52.213	445.446	2.845.035	63.448
PREÇO DE REFERÊNCIA POR UNIDADE (EM R\$)	85.000	2,36	117	1.600
Gasto médio por item				
Acre	87.045,32	3,50	146,35	1.330,27
Alagoas	197.802	2,20	166,50	1.121,28
Amazonas		1,95	239,95	
Amapá	49.500	3,00	119,79	
Bahia	162.671,97	1,90		1.600
Ceará	59.900	0,88		
Distrito Federal		2,14	186	3.000
Espírito Santo	57.800	2,70	120	1.600
Goiás	57.465	4,00		
Maranhão		3,50	706,50	
Mato Grosso	56.660,20	2,36	98,50	
Mato Grosso do Sul	135.000	1,73	74	732
Minas Gerais	47.179,63	2,74		
Pará	126.000	3,23	50	
Paraíba		1,83	98,50	
Paraná	53.582,98	1,90	85	326,63
Pernambuco	56.250	1,90	132	2.287,63
Piauí	16.200		130	3.000
Rio de Janeiro	169.800	2,20	128,90	1.500
Rio Grande do Norte	107.000			2.350
Rio Grande do Sul		2,64	125	
Rondônia	56.000	1,20	137,50	3.171,45
Roraima	226.000	3,25	150	
Santa Catarina	116.677,51	2,44		
São Paulo	183.608,33	1,46	92,40	
Sergipe		1,00		
Tocantins		4,00	100	
GOVERNO FEDERAL	85.000	1,90	79,98	

Fonte: CGU. Espaços sem valores significam que os governos não realizaram compras do item ou que os contratos não foram analisados pela CGU

Editoria de Arte

Análise da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre 19,8 mil contratações realizadas no âmbito do combate à Covid-19 por estados, capitais e outras grandes cidades projetou em R\$ 1,9 bilhão o sobrepreço aplicado em compras desde o início da pandemia no Brasil, em março. Somados, os contratos chegam a R\$ 13 bilhões.

Foi considerada a aquisição de itens como respiradores, máscaras, aventais, medicamentos e equipamentos, além de custos com gestão de hospitais de campanha em 357 municípios e entes federados.

O aumento da demanda mundial por itens e a urgência de aquisição são algumas das causas da ocorrência de preços mais altos. Mas há também indícios de conluio e má-fé entre empresas e agentes públicos.

Algumas compras relatadas na análise da CGU foram interrompidas depois de se tornarem objeto de ações da polícia e do Ministério Público. Mesmo as-

sim, há aquisições ainda ativas que apresentam razões para um olhar mais cuidadoso dos órgãos de controle: dos 30 maiores fornecedores (acima de R\$ 50 milhões), que, juntos, totalizam R\$ 4,4 bilhões em compras, 12 têm contrato social inferior a 10% da contratação assinada ou são empresas de pequeno porte, segundo anotação da própria CGU.

Entre os 30 contratos de maior valor na base de dados, oito têm o governo do Rio ou municípios do estado como parte, e seus signatários vêm sendo alvos de operações do Ministério Público, da Polícia Civil e do Tribunal de Contas, que podem levar ao impeachment do governador Wilson Witzel (PSC). Somados, chegam a quase R\$ 1 bilhão. Já foram constatados episódios de sobrepreço, venda de leite de UTI fantasia em hospital privado e incapacidade de prestar serviços e entregar respiradores, entre outros problemas. O governo diz que vem revisando contratos suspeitos.

Com R\$ 174 milhões acordados para fornecimento de remédios, a Carioca Medicamentos, por exemplo, te-

ve contratos suspensos depois que o Tribunal de Contas identificou que o governo sequer consultou preços de referência no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio, em tabelas da Anvisa ou contratações vigentes similares. Resultado: estava prestes a pagar R\$ 50 milhões por luvas cirúrgicas a R\$ 0,55 cada, valor 40% maior que a mediana constatada no país, de acordo com a CGU.

IMPORTADORA DE JOIAS

Outra empresa carioca na mira é a Fast Rio Comércio, firma de pequeno porte que prevê faturamento anual de, no máximo, R\$ 4,8 milhões, mas com registro de fornecimento de 600 mil testes de Covid-19 ao governo estadual, ao custo de R\$ 77,3 milhões. O preço unitário do item é de R\$ 128,8 enquanto a mediana calculada pela CGU é R\$ 117.

O dono da empresa integra o quadro societário de um grupo de companhias suspeitas de terem proprietário oculto, no caso, o capitão da PM Victor Zeitune, que também é dono de hospitais da Zona Norte carioca. O relacionamento

do empresário com as firmas foi denunciado por uma ex-funcionária em processo trabalhista contra uma das empresas, ocasião em que ele negou a acusação. Procuradas por e-mail, as empresas não se manifestaram.

No Pará, o governo estadual encomendou à microempresa Kaizen Comércio o fornecimento de cestas básicas para estudantes ao custo de R\$ 74 milhões. A compra foi cancelada quando verificou-se que a firma funcionava em imóvel modesto e não tinha capacidade ou estrutura de logística para distribuir o material às 144 cidades do estado. Os representantes da Kaizen não foram encontrados.

Os dois maiores contratos do painel da CGU foram cancelados — o primeiro previa a compra de 15 mil respiradores ao custo de R\$ 1,03 bilhão, mas não seguiu por decisão do fornecedor; o segundo, encerrado após o Tribunal de Contas da União (TCU) questionar a capacidade de entrega da contratada, previa 80 milhões de aventais, ao custo de R\$ 912 milhões.

O maior contrato em vigor

no país, portanto, é o terceiro do ranking e foi celebrado com uma importadora de joias que mudou de ramo para fornecer 240 milhões de máscaras ao governo federal, ao custo de quase R\$ 700 milhões. A cláusula obrigou o governo federal a gastar mais R\$ 80 milhões com fretamento de aeronaves para trazer o material, que ainda assim apresentou preço unitário abaixo da mediana constatada no país. Comandada pelo empresário Freddy Rabbat, a empresa fez acordo com uma firma de Hong Kong para fornecer os itens, exigindo em contrato que eles fossem buscados na China. Procurado, Rabbat não quis se manifestar.

Para chegar ao cálculo do sobrepreço, a CGU considerou os valores acima do que poderia ser considerado o preço mediano dos produtos, isto é, excluindo-se do cálculo os gastos mais altos e mais baixos e obtendo-se, desta forma, o preço típico de um produto em tempos de pandemia.

O diretor de Auditoria da CGU, José Paulo Barbieri, explica que o valor de R\$ 1,9 bilhão não configura necessariamente um prejuízo

efetivo, mas uma projeção que mostra “como várias compras sem observância de referência de mercado podem se transformar em exemplos de má gestão”.

— Se (as contratações) tivessem sido melhor trabalhadas, teríamos o potencial economia — diz.

FALTA DE COORDENAÇÃO

O órgão decidiu, neste mês, tornar público o levantamento em um painel virtual, que tem o propósito de ser referência a gestores.

—Alguns compra urgente pode ter sido feita acima da mediana para salvar vidas, o que seria justificável para locais distantes, exemplos de frete elevado. A partir do momento em que há uma referência de preços, gestores têm a oportunidade de atuar dentro de alguns limites — afirma Barbieri.

Especialistas vêm criticando a falta de coordenação na pasta da Saúde, que teve três ministros no curto período da pandemia e sucessivas crises. Na visão deles, compras articuladas nacionalmente poderiam ter evitado a corrida de estados e municípios a insumos em condições desfavoráveis.

O GLOBO

GERALDA DOCA E
MANOEL VENTURA
@globo.com.br
BRASÍLIA

Assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, Guilherme Afif Domingos afirma que a primeira etapa da reforma tributária que será entregue ao Congresso na próxima terça-feira é apenas o primeiro passo de um projeto mais amplo. Na primeira fase, o governo vai propor apenas a unificação do PIS e da Cofins em um único imposto, chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que teria alíquota de 12%.

A unificação de impostos federais é discutida há anos, mas custa a sair do papel porque não é considerada vantajosa para o setor de serviços, que responde por mais de 70% do PIB. Neste modelo, a cobrança é feita ao longo de cada etapa da cadeia de produção. No caso do setor de serviços, ela não traz as mesmas vantagens porque o maior custo é a mão de obra, que não gera crédito tributário.

De modo geral, defende-se a unificação com o argumento da redução de burocracia e de custo das empresas ao facilitar a cobrança do imposto.

Em uma etapa posterior, que dependeria da volta das sessões presenciais no Congresso — ainda sem data para acontecer —, o governo pretende criar um novo imposto sobre pagamentos eletrônicos, que é alvo de críticas por parlamentares como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que comentou o assunto dizendo que resgataria a campanha “Xô, CPMF”, por ver semelhanças com o antigo imposto do cheque. Nesta fase, o governo também pretende apresentar aos parlamentares o programa Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família. Por ora, as sessões do Congresso são feitas apenas de forma remota.

Perguntado sobre o motivo de o governo ter optado por uma reforma fatiada, Afif comparou a mudança no sistema tributário do país a um boi: — Por que um boi se engole aos bifos. Se quiser engolir um

NO CONGRESSO

TESTE DE RESISTÊNCIA

Primeira fase da reforma tributária prevê imposto de 12% unificando PIS e Cofins



Em etapas. Governo deixará apenas para depois que voltarem as sessões presenciais no Congresso os principais pontos da reforma



“Um boi se engole aos bifos. Se quiser engolir um boi inteiro, entala ou regurgita. Não podemos

no Congresso apenas à unificação de impostos, o governo vai propor a desoneração da folha de pagamentos das empresas, hoje tributadas em 20%. Esta mesma promessa tem sido feita a parlamentares em troca de apoio ao veto do

de contrato em caráter temporário, em uma tentativa de manter empregos diante do impacto da pandemia do novo coronavírus na economia.

Mas para custear uma desoneração geral, é preciso gerar receita. A saída do gover-

nimo, até dois salários mínimos, ou tirar a contribuição da folha inteira. Para isso vamos ter que graduar esse novo imposto que vinha para substituir a base tributária da folha de pagamento — explicou Afif.

Especialistas afirmam que o

entre a ambição da proposta do governo e a necessidade de manter empregos no momento em que economistas avaliam que o país enfrentará a maior recessão em 120 anos, Afif afirmou que as mudanças podem não ser aprovadas da noite para o dia.

— O que você está oferecendo é o debate. Ou acha que isso vai ser aprovado a toque de caixa? Não vai. É mais complexo. Você tem, inclusive, que esperar a volta presencial do Congresso para apresentar as matérias que dependem de alteração da Constituição.

Além disso, o governo ainda discute a base de tributação do novo imposto.

— Defendo a maior base possível. Pega tudo porque segue o princípio da proporcionalidade e não da progressividade. Movimentou pouco, paga pouco, movimentou muito, paga muito. É uma base muito fácil de você capturar, sem aumentar a carga tributária. Ela vai financiar a Previdência Social e os programas sociais de renda mínima — afirmou.

MUDANÇAS NOIR

O assessor de Guedes rechaça comparações com o antigo imposto do cheque:

— Não é a mesma CPMF. Ela é de 12 anos atrás, o imposto do cheque. Aqui, você tem uma base muito mais ampla e que vai alcançar também o sistema financeiro, a Bolsa de Valores, todos — disse, e acrescentou em resposta ao comentário de Maia: — Nós vamos fazer a campanha “xô, imposto sobre a folha”.

Segundo Afif, a reforma tributária deve incluir futuramente alterações no Imposto de Renda de pessoas e empresas. No caso de pessoas jurídicas, a ideia é reduzir a cobrança e adotar imposto sobre lucros e dividendos:

— Você dá a perspectiva de que vai baixar, por exemplo, (a alíquota) de 34% para 23%, mas num período de sete anos, aí dá tempo de fazer a equalização necessária.

Para pessoas físicas, segundo Afif, há “excesso de deduções” que precisam ser anali-

Na Rua Olegário Maciel, na Barra, a movimentação de pessoas era maior no entorno dos bares e muitas circulavam sem máscaras e com copos de cerveja na mão. Um descumprimento das normas mesmo diante de agentes municipais. Depois que os estabelecimentos fecharam, a desobediência foi para as calçadas.

PRAIAS ELAGOAS

A permissão de atividades físicas coletivas deu o tom do "novo normal" em praias, lagoas e quadras, como as do Aterro do Flamengo. A retomada dessas práticas, no entanto, só será permitida por enquanto de segunda a sexta-feira.

— É perfeitamente possível retomar as atividades coletivas sem descuidar das medidas de proteção — aprovou Marcos Solano, de 33 anos, professor de beach tennis em Ipanema.

A retomada permitiu ainda a reabertura de pontos turísticos, restritos a um terço da capacidade de público e com

um distanciamento de quatro metros quadrados entre os visitantes. No entanto, o Pão de Açúcar, o Corcovado, o Aquário e a roda-gigante RioStar decidiram reabrir somente em agosto.

boi inteiro, entala ou regungita. Não podemos errar. Precisamos basear, saber as etapas da entrada, porque um projeto grande como o da reforma tributária vai ter muitos conflitos dentro do Congresso, principalmente com problemas de estados e município. Estamos dando o primeiro passo como prova de boa vontade.

Para vencer as resistências

errar. Precisamos basear, saber as etapas de entrada, porque um projeto grande como a reforma tributária vai ter muitos conflitos dentro do Congresso”

Guilherme Afif Domingos,
assessor especial de Guedes

presidente à prorrogação da desoneração de 17 setores que são grandes empregadores no país. Estas atividades não deixam de pagar imposto, apenas adotam outro modelo tributário, considerado mais compatível. A extensão da medida por um ano havia sido incluída na medida provisória (MP) 936, que permite redução de jornada e salário ou suspensão

no é a criação do novo imposto sobre pagamentos eletrônicos. Cálculos do governo apontam que uma alíquota de 0,2% geraria arrecadação de R\$ 60 bilhões. O outro percentual em análise, de 0,4%, resultaria em receita de R\$ 120 bilhões.

— Vamos escolher quanto vamos tirar sobre a folha, de quem ganha até um salário mi-

debate sobre a mudança no sistema tributário do país é um processo longo, que exige capital político e negociação com parlamentares. A mera unificação de impostos já foi discutida nos últimos anos, mas nunca saiu do papel. A mudança proposta pela equipe econômica é ainda mais abrangente. Perguntado se poderia haver um descasamento

sadas, como forma de aumentar as faixas de isenção.

— Vamos diminuir as deduções e aumentar a base de isenção, ou seja, corrigir a base que está sem correção.

Afif descartou imposto sobre grandes fortunas:

— Quem fez quebrou a cara. Vê a França, que entrou nessa, o que saiu de capital. Isso é dialética de esquerda.

Guedes busca o apoio do setor industrial ao projeto

Em videoconferência com executivos, ministro apresenta esboço da proposta que será entregue ao Congresso na terça-feira

**HENRIQUE GOMES BATISTA E
MANOEL VENTURA**
assessor de Guedes e
SOPHALO FERREIRA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou ontem para um grupo de líderes industriais um esboço da proposta de reforma tributária que pretende encaminhar ao Congresso na próxima semana.

Durante videoconferência com cerca de 70 executivos, o ministro fez um apanhado geral do projeto. Na primeira fase, que será detalhada na terça-feira, a equipe econômica pretende trabalhar ape-

nas na criação de uma espécie de imposto único nacional, fruto da união de dois tributos federais, o PIS e a Cofins, que incidem sobre o faturamento das empresas.

A segunda fase da reforma seria dedicada ao que o ministro chama de “imposto do pecado”. Essa ideia ganhou visibilidade no início do ano, quando Guedes pediu para

sua equipe estudar uma forma de tributar de forma mais pesada itens como cigarro, bebidas alcoólicas e produtos com adição de açúcar.

Segundo relato de empresários que participaram da

videoconferência, a tributação mais forte destes produtos passaria por uma alteração nas regras vigentes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS

Na terceira fase, a equipe do Ministério da Economia focaria o trabalho em mudanças no Imposto de Renda.

A ideia, segundo a explicação do ministro, seria garantir um sistema de cobrança que seja mais progressivo para as pessoas físicas — cobrando mais de quem tem mais renda — e, ao mesmo

OPINIÃO DO GLOBO AÇÃO

O ESTUDO publicado na revista “Science” indicando que ao menos 17% da carne e 20% da soja produzidas na Amazônia e no Cerrado, exportadas para países da União Europeia, podem ter saído de áreas de desmatamento deve levar algumas autoridades a denunciar que se trata de uma manobra protectionista contra o Brasil.

ATÉ EXISTE esta manipulação, mas a reação aconselhada, como começou a fazer a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é dar respostas objetivas, antes que a denúncia seja usada com este propósito. E o governo demonstrar com atos que contraria o atual ciclo de destruição ambiental.

tempo, fazendo alterações na tributação das empresas. Neste caso, uma das medidas em estudo é a cobrança de imposto sobre o pagamento de dividendos, parte do lucro de uma empresa que é distribuído entre seus acionistas.

A quarta e última fase das mudanças que Guedes pretende fazer no sistema tributário do país seria a mais polêmica: a criação do imposto sobre transações eletrônicas. Segundo o ministro, o novo tributo permitirá ao governo reduzir a carga de impostos que incide sobre a folha de pagamento das empresas.

De acordo com alguns dos empresários, Guedes não detalhou questões como ordenamento jurídico, base de cálculo ou alíquotas. A conversa foi mais genérica, onde ele pediu apoio aos projetos.